

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Negociações Internacionais**  
**Período de Análise: abril de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

## Índice

<b>Maionese, cocoricós e o G20</b> - Vinicius Torres Freire - Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009.....	4
<b>G20 começa sob previsão de piora da crise</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009.....	5
<b>Líderes terão 17 minutos para salvar o mundo</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009.....	7
<b>Por que o G20 fracassará</b> – Martin Wolf – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009 .	8
<b>Pacto mundial</b> – O Globo – Opinião – 01/04/2009 .....	9
<b>Indigestão</b> – O Globo – Capa – 01/04/2009.....	10
<b>Comensal indigesto</b> – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 01/04/2009.....	10
<b>Qual Lula está no G-20?</b> – Carlos Alberto Sardenberg – O Globo – Opinião – 02/04/2009 .....	12
<b>Brasil vai pôr dinheiro no FMI</b> – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 02/04/2009 .....	14
<b>Porque os líderes do G-20 fracassarão</b> – Martin Wolf – Valor Econômico – Colunista – 01/04/2009.....	15
<b>O G20 e seus limites</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 02/04/2009.....	18
<b>O grupo dos 20</b> – Kenneth Maxwell – Folha de São Paulo – Opinião – 02/04/2009 .....	19
<b>G20 adotará "regulação do século 21", prevê Obama</b> – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009.....	20
<b>Ação ajudará a evitar crises no futuro</b> – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009.....	22
<b>Expectativas exageradas</b> – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009.....	23
<b>Sarkozy defende maior regulação financeira global e alfineta Obama</b> – Fernando Duarte – O Globo – Economia – 02/04/2009.....	24
<b>Novo começo com a Rússia</b> – O Globo – O Mundo – 02/04/2009.....	25
<b>Brasil tem 'lições a dar' ao G-20, diz Lula</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009.....	27
<b>'A voz de Doha'</b> – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009 .....	29
<b>EUA são alvo de críticas, mas Obama tem dia de estrela</b> – Jennifer Loven – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009.....	29
<b>Grupo deve aprovar US\$ 1,15 tri para emergentes</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009.....	30
<b>Metas para emissões</b> – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009 .....	32
<b>Consensos e valores</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião- 03/04/2009.....	32

<b>G20: para além da reunião de Londres</b> – Luiz Carlos Mendonça de Barros – Valor Econômico – Dinheiro – 03/04/2009 .....	33
<b>Consenso de Washington acabou, diz Brown</b> – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/04/2009.....	34
<b>Erros, mentiras e omissões do G20</b> – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/04/2009.....	35
<b>Bretton Woods, o G-20 e a reforma do sistema monetário internacional</b> – José Gilberto Scandiucci – Valor Econômico – Opinião – 03/04/2009 .....	36
<b>Sorrisos em Londres</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 05/04/2009.....	39
<b>Com apoio do G20, FMI torna-se crucial no combate à crise</b> – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/04/2009.....	40
<b>G20 marca o fim da hegemonia dos EUA e o início de uma era de maior regulação</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/04/2009.....	41
<b>Krugman &amp; Stiglitz contra Tim Gheitner</b> – Argemiro Ferreira – Carta Maior – 06/04/2009.....	42
<b>O Brasil no G-20</b> - Paulo Guedes - O Globo – Opinião – 06/04/2009 .....	45
<b>A reunião de cúpula do G20 e as grandes ilusões</b> – Boaventura Souza Santos – Sítio Eletrônico da Carta Maior – 07/04/2009 .....	46
<b>Bancada ruralista derruba corte de subsídios proposto por Obama</b> – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/04/2009.....	48
<b>O Brasil e o G-20</b> – Cristiano Romero – Valor Econômico – Brasil – 08/04/2009.....	48
<b>G-2, depois do G-20</b> – Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião – 08/04/2009.....	51
<b>Acordo do clima esbarra no Congresso americano</b> – Afra Balazina - Folha de São Paulo – Ciência – 09/04/2009.....	53
<b>Pobre diz que rico exporta sua poluição</b> – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 09/04/2009.....	55
<b>G-20 não negou Consenso de Washington</b> – John Williamson – Matéria de Luciana Rodrigues - O Globo – Economia – 09/04/2009 .....	56
<b>Governo Obama deslança sua ofensiva ambiental</b> – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 09/04/2009.....	57
<b>O G20 e a emergência do Brasil</b> – Aloizio Mercadante – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – Editorial – 10/04/01 .....	59
<b>Obama e o agronegócio</b> – Geraldo Barros – Estado de São Paulo – Economia – 13/04/2009.....	60
<b>China e Brasil, aliança desconfiada</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil – 13/04/2009.....	62
<b>No Mercosul, ninguém cresce como o Uruguai</b> – Janes Rocha – Valor Econômico - Internacional – 13/04/2009.....	65
<b>Duas lentes para observar o G-20</b> – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião – 14/04/2009.....	66
<b>Um FMI do qual podemos gostar?</b> – Dani Rodrik – Valor Econômico – Opinião – 14/04/2009.....	69

**Maionese, cocoricós e o G20** - Vinicius Torres Freire - Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009

"LA MAYONNAISE va prendre" é uma expressão francesa tanto para dizer "a coisa vai engrenar" como, em contexto de maior exaltação, "o caldo vai engrossar". Nicolas Sarkozy, marido de Carla Bruni, aliás presidente da França, ameaça bater a maionese na reunião do G20, que começa amanhã, em Londres. Não é o mais importante dos tiros no concerto do G20, mas é sintomático.

Sarkozy vazou para imprensa que "deixará uma cadeira vazia" no G20 caso os EUA não aceitem uma reforma que endureça os controles sobre a finança mundial. "Cadeira vazia" é um clássico gaullista, de quando Charles de Gaulle deixou seus pares da Comunidade Econômica Europeia falando sozinhos, em 1965.

A maionese caseira de Sarkozy desanda. Há o risco de a crise levar franceses em massa às ruas, o que não tem tido consequências maiores desde os anos 1960, embora tenha levado à breca um governo liberal, nas grandes greves de 1995. Enfim, nunca se sabe o que pode dar quando há franceses irados na rua. Sarkozy canta, pois, um cocoricó para a galera, tirando casquinha dos EUA. Além do mais, se sair do G20, faz o quê? O que importa? O PIB francês equivale a 6% das 19 economias do G20 (19 países mais um representante da União Europeia). Os EUA têm 30% do PIB do G20.

A chanceler alemã, Angela Merkel, deve reafirmar sua oposição ao apelo de Barack Obama, que pede mais gasto público no mundo a fim de conter o colapso global. Os alemães são conservadores em juros e dívida, mas temem mesmo é ter de bancar a conta do colapso da Europa, que não tem governo unificado para fazer pacote fiscal. A Alemanha é 8% do G20 e, na previsão da OCDE, seu PIB deve encolher uns 5% em 2009.

O premiê japonês, Taro Aso, apoia os americanos e critica Merkel. Aso vai a Londres com aprovação de apenas 25% dos japoneses e sob o risco de governar a pior recessão no mundo rico (queda de 6,6% do PIB, diz a OCDE). O Japão, 10% do PIB do G20, tem, porém, a experiência de quase 15 anos de estagnação, fruto do estouro de uma bolha imobiliária, de uma outra na Bolsa e da reação oficial tardia à crise. Aso apoia a ideia americana de triplicar os fundos do FMI, está soltando um pacote fiscal de US\$ 100 bilhões a US\$ 200 bilhões, uns 2% a 4% do PIB, e anunciou ajuda para a Ásia. O anfitrião Reino Unido é sempre pró-EUA, mas não que ver o caldo entornar em casa e está meio sobre o muro. Os chineses, que têm 8% do PIB do G20, vão aproveitar para tirar um cascão dos EUA, como o têm feito, acusando-os de irresponsáveis e sugerindo, por ora retoricamente, dar cabo do dólar como moeda mundial. Os russos estão falidos, mas são mais um problema político.

O resto é mais ou menos o resto.

Aliás, do que vai tratar mesmo o G20? De estímulo à demanda mundial, de reforma financeira, de evitar protecionismo. Numa reunião de um dia, cheia de ruídos, na qual o "Ocidente" tentará tanto lançar mão do "ouro de Pequim" como evitar que a China atraia mais emergentes para seu lado. Em que os líderes terão de falar "urbi et orbi", por algum acordo internacional, para as ruas que querem protecionismo, para Wall Street que não quer saber de restrições etc. Vai dar certo, isso?

**G20 começa sob previsão de piora da crise** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009

Um dia antes do início da cúpula, OCDE aponta alta no desemprego e recuo de 4,3% entre economias mais industrializadas

Para o Brasil, estimativa do órgão é de retração de 0,3% neste ano -a menor aposta até agora; BC trabalha com projeção de avanço de 1,2%

O presidente Barack Obama estava ainda voando para Londres, para participar a partir de hoje da cúpula do G20, enquanto seu vice-conselheiro de Segurança Nacional, Mike Froman, explicava aos jornalistas, em um hotel londrino, o que havia acontecido com a economia mundial desde a cúpula anterior, em novembro: "A economia declinou em novembro e dezembro, a crise se espalhou, e os países do G20 [que reúne as maiores economias do mundo] passaram a focar a recuperação da demanda e do crescimento".

Seria uma descrição quase perfeita não fossem dois detalhes: enquanto Froman falava, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o clubão dos 30 países mais industrializados do mundo, embora o Brasil não faça parte dele) divulgava números ainda mais aterradores. Não sobre novembro e dezembro passados, mas sobre o resto deste ano.

Os países da OCDE verão um retrocesso de 4,3% em sua produção econômica (no mundo, a queda será de 2,7%), o desemprego aumentará "agudamente" até o fim de 2010 e, em alguns países, atingirá dois dígitos pela primeira vez desde o início dos anos 90.

Mais: o comércio internacional retrocederá mais de 13% neste ano, cifra muito superior à previsão já dramática feita na semana passada pela Organização Mundial do Comércio, de recuo de 9%.

As más notícias atingem também os países emergentes. No caso dos Brics, o Brasil retrocederá 0,3% -a pior estimativa divulgada até agora para o país por um grande órgão internacional e distante da atual projeção do Banco Central (veja quadro). A Rússia, cuja economia está fortemente atrelada à cotação do petróleo, que despencou nos últimos meses,

será a mais afetada dos Brics pela crise. Índia e China ainda crescerão, mas muito menos do que o padrão usual.

O segundo ponto em que Froman não tocou é no fato de que a cúpula do G20 não dará uma resposta concreta ao desastre econômico. Será, segundo o anfitrião, Gordon Brown, primeiro-ministro britânico, apenas uma boa dose de "oxigênio da confiança" à sociedade.

Reforça José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia e, como tal, um dos líderes que estarão à mesa do G20: "Nós não esperamos uma solução milagrosa".

Não mesmo, admite Froman, que praticamente confirmou que o documento final do encontro será mesmo o que o jornal "Financial Times" vazou no domingo e que a Folha já resumiu nesta semana.

Froman lembrou o texto emitido há três semanas pelos ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G20, que diz que se comprometem a fazer "tudo o que for necessário" para restaurar o crescimento. Ressalvou que o comunicado não está fechado, mas informou que "há amplo consenso em torno dos parâmetros básicos".

Os parâmetros básicos giram em torno de dois pontos que conciliam as posições originalmente divergentes dos EUA e da União Europeia: os norte-americanos insistiam em novos pacotes de estímulo para reativar a economia, ao passo que a Europa preferia centrar a cúpula na reformulação abrangente da regulação/ supervisão do sistema financeiro.

O documento dos ministros da Fazenda/presidentes de BCs, que será a base para o texto dos governantes, contempla essas posições e fala em fazer o necessário pelo crescimento e em apertar a regulação.

## **Brasil**

O Brasil alinhou-se com os norte-americanos na questão da reativação da economia e com os europeus na reforma da regulação/supervisão. Ficou então satisfeito com o documento dos ministros e, portanto, com o que sairá da reunião dos chefes de governo.

Além disso, viu contemplada a sua reivindicação de que o G20 se torne um fórum permanente de líderes -em vez de só ministros da Fazenda e presidentes de BCs, como vinha sendo desde a sua criação, em 1999, até novembro. O rascunho de documento final prevê nova cúpula do G20 neste ano.

**Líderes terão 17 minutos para salvar o mundo** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009

Os líderes que participam, a partir de hoje, da Cúpula de Londres, seu nome oficial, terão em torno de 17 minutos cada um para dizer como salvar o mundo de sua crise mais grave em 50, 60 ou 70 anos, dependendo de qual é o parâmetro de comparação que se use.

Chega-se aos 17 minutos da seguinte maneira: a cúpula propriamente dita terá oito horas e 40 minutos de duração, somados o café da manhã que a inaugura, o almoço que separa uma sessão de trabalho da outra e os debates propriamente ditos.

Não contam a recepção que a rainha Elizabeth 2ª oferece hoje ao anoitecer no Palácio de Buckingham nem o subsequente jantar de praxe, no número 10 de Downing Street, residência e local de trabalho do anfitrião, o primeiro-ministro Gordon Brown. Como são 30 as personalidades que participarão do encontro, ficam, portanto, mais ou menos 17 minutos para cada um, se houver uma distribuição igualitária do tempo.

É pouco? Sim, se alguém imagina que as discussões de cúpulas, quaisquer que sejam, são trabalho exclusivo dos chefes de governo. Não é assim.

Elas são exaustivamente preparadas pelo que o jargão diplomático chama de "sherpas", em alusão aos guias do Himalaia, que carregam o equipamento e mapeiam o caminho para que os alpinistas finquem a bandeira no pico -ou, no caso, para que os governantes assinem o texto final.

### **Cinco meses**

Para a cúpula de Londres, há, na verdade, dois "sherpas" principais. Um é o vice-ministro das Finanças de cada país (no caso do Brasil, o embaixador Marcos Galvão, assessor internacional da Fazenda).

O outro é designado pela Presidência ou pela Chancelaria de cada nação envolvida (o do Brasil é outro embaixador, Pedro Luís Carneiro de Mendonça).

Os "sherpas" estão trabalhando desde a cúpula de Washington, que aconteceu em novembro passado. Ou seja, há praticamente cinco meses discutem a alentada e complexa agenda de salvação do planeta.

Às vezes, reúnem-se ao vivo. Às vezes, trocam e-mails. É natural, por esse mecanismo, que acabe vazando o teor do documento final, como aconteceu no domingo pelo jornal britânico "Financial Times" -o conteúdo foi resumido nas edições de anteontem e ontem da **Folha** (leia mais no texto acima).

A ideia, em qualquer cúpula, é chegar a ela com o texto definitivo pronto e previamente aprovado. Mas é óbvio que os governantes podem, sempre, fazer alterações de última hora, além dos discursos em que marcam uma posição política, já que, neste caso, o texto final é de caráter predominantemente técnico.

**Por que o G20 fracassará** – Martin Wolf – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/04/2009

A CONFERÊNCIA de cúpula do G20 parece destinada a realizar progressos. Mas suas realizações precisam ser medidas não apenas diante do desempenho do passado, mas com relação à "feroz urgência do agora". E, infelizmente, não serão suficientes.

A OCDE prevê agora contração de 4,3% nas economias dos países avançados neste ano, seguida por estagnação em 2010. Nos países avançados que a integram, o desemprego pode subir em 25 milhões de pessoas até 2010. Enquanto isso, o FMI prevê que a economia mundial se contrairá neste ano entre 0,5% e 1%. Isso representaria uma elevação de cerca de 4% na "diferença de produção", a diferença entre o potencial produtivo e a produção efetiva.

Será que o G20 se provará capaz de enfrentar esses excepcionais desafios? A resposta é não. O que é necessário é uma grande ampliação na demanda e uma virada em sua distribuição, dos países cronicamente deficitários para os superavitários. Em ambos os pontos, o progresso será muito limitado.

A OCDE argumenta que as medidas de estímulo adotadas pelos governos em resposta à crise elevarão o PIB desses países em média por só 0,5%, em 2009 e 2010. Além disso, a demanda adicional está surgindo pelo menos em igual medida nos países deficitários e superavitários. Isso não é receita para uma solução dos desequilíbrios mundiais, mas sim para seu prolongamento indefinido.

Infelizmente, não há consenso sobre as causas subjacentes da crise ou as melhores maneiras de escapar dela. EUA e Reino Unido concordam que os excessos financeiros tiveram origem não na desregulamentação e sim no imenso excedente de oferta dos países superavitários, principalmente China, Alemanha e Japão. Mas a China e europeus liderados pela Alemanha argumentam que a culpa cabe integralmente aos perdulários países deficitários. No entanto, a China também espera que o mundo em breve possa voltar a absorver seu excesso de oferta.

Na entrevista do "Financial Times" com Angela Merkel, a chanceler alemã disse que "a economia alemã depende muito de exportações, e isso não é algo que se possa mudar em dois anos". Acrescentou ainda que "não é algo que desejemos mudar".

Parafraseando: "O resto do mundo precisa encontrar uma maneira de absorver a nossa oferta excedente, mas de maneira sustentável, por favor". Mas o que acontece se isso



não ocorrer? Em 2007, os China, Alemanha e Japão registraram um superávit agregado de US\$ 835 bilhões em conta corrente. Logicamente, os países deficitários que lhes servem como contraparte precisam gastar mais do que ganham por igual montante. Mas os países deficitários já não podem captar recursos junto a credores voluntários com bom crédito.

Essa mudança é o aspecto central da crise. Os países superavitários, que dependiam do setor privado dos países deficitários para que realizasse por eles sua captação irresponsável, demonstram padrão muito diferente: o balanço em seu setor privado mudará pouco e, em todos os casos, continuará a exibir um grande superávit o tempo todo: grandes superávits em conta corrente quase sempre significam poupança excedente no setor privado. Mas, na medida em que seus superávits externos caíam, os déficits fiscais crescerão, em parte por decisão política deliberada mas também devido às consequências automáticas das recessões.

Assim, as posições fiscais estão se deteriorando, e os superávits e déficits em conta corrente estão minguando em toda parte, à medida que o setor privado dos países deficitários reduz dramaticamente os seus gastos. Mas a deterioração fiscal esperada é maior nos países deficitários do que nos superavitários. Com a exceção do Japão, os déficits fiscais também serão maiores nos países deficitários. O que essa análise nos revela é bastante simples: não está acontecendo quase nenhum ajuste nos desequilíbrios estruturais subjacentes. Não estamos no caminho para uma saída duradoura da crise.

Assim, o que resta a fazer? Esse deve ser o tema central do G20. A economia mundial não pode ser conduzida a um equilíbrio seguro por meio de medidas que encorajem número relativamente pequeno de países a gastar até falir. A resposta depende, em parte, de mudanças nas políticas dos países superavitários. Mas também em igual medida de repensar o sistema monetário internacional. Enquanto isso, a cúpula do G20 tratará em larga medida dos sintomas imediatos da doença. Encontrar uma cura de longo prazo para o excesso crônico de oferta mundial é tarefa que ficará para o futuro.

#### **Pacto mundial – O Globo – Opinião – 01/04/2009**

Se dependesse do primeiro-ministro inglês Gordon Brown, a reunião do G-20 que se inicia em Londres amanhã entraria para a História rivalizando com o encontro de Bretton Woods, no final da Segunda Guerra, nos Estados Unidos, ocasião em que o projeto de ordem econômica e monetária que vigorou em boa parte da segunda metade do século XX foi lançado. Não chegará a tanto a cúpula dos dirigentes dos países donos das vinte maiores economias do mundo, marcada para uma tentativa — sem dúvida imprescindível — de se definir ações comuns contra a maior crise desde a de 30. Para Brown, cuja descendente vida política ganhou fôlego ao reagir com eficiência quando a primeira onda de choque produzida pelo derretimento de grandes bancos americanos chegou à City londrina, seria a glória.

Mas não há como sair agora do G-20 uma fórmula definitiva de salvação, embora a reunião possa ter um sentido histórico, caso de fato inicie um salutar processo de compartilhamento do poder mundial.

A conjuntura que desafia todos os países, e não apenas os do G-20, é ameaçadora. Projeções divulgadas ontem pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), baseada em Paris e na qual estão congregadas as nações desenvolvidas, indicam um encolhimento da economia mundial em 2,75% este ano. Os Estados Unidos poderão sofrer uma recessão de 4%, a União Europeia, de 4,1%, e o Japão, de 6,6%. A recuperação mundial viria em 2010, e mesmo assim em exíguo 1,2%. Tudo ainda a depender do resultado das terapias usadas principalmente nos Estados Unidos e na Europa para reativar a produção, a partir do destravamento do sistema de crédito.

Algumas arestas terão de ser aparadas entre americanos e europeus.

A Casa Branca não só defende como demonstra que o momento é de pesados estímulos fiscais (gastos), esgotada a via monetária (juros). Europeus, Alemanha à frente, exceto Inglaterra, preferem dar prioridade à discussão sobre uma regulação para o sistema financeiro globalizado. Admita-se que faz mais sentido o que pensam Obama e Brown: primeiro recuperar o paciente, para depois educá-lo.

Ao lado disso, os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) falarão em voz alta para serem ouvidos. Atitude acertada. A torcida é para que Lula não se notabilize pelo exotismo de sua visão maniqueísta e racionalista da crise, e sim por contribuições efetivas ao encontro.

Já será lucro se o G-20 vier a se comprometer a sério a não praticar o protecionismo, gatilho da depressão em 30.

#### **Indigestão** – O Globo – Capa – 01/04/2009

Lula, na abertura de encontro em Doha. No almoço, ao ver que comeria ao lado do ditador sudanês, deu uma desculpa e deixou a sala. Já Chávez defendeu Bashir e o convidou para ir à Venezuela. **Página 21**

#### **Comensal indigesto** – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 01/04/2009

Lula abandona almoço no Qatar ao perceber que ditador sudanês se sentaria a seu lado

##### **Deborah Berlinck Enviada especial • DOHA, Qatar**

O constrangimento que a diplomacia brasileira mais temia aconteceu. Num almoço com os líderes dos países árabes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi surpreendido ao ser colocado na mesa ao lado de um homem que tem um mandato internacional de prisão: o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, indiciado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra e contra a Humanidade na região de Darfur. O conflito causou a morte de 300 mil pessoas desde 2003.

Lula abandonou inesperadamente o almoço. Não é um gesto comum do presidente. Ele teria saído da mesa quando Bashir chegou (atrasado), segundo um assessor da Presidência.

Cumprimentou o líder sudanês e o presidente da Somália, Sharif Sheikh Ahmad, que estava a seu lado, e saiu dizendo que daria um telefonema, segundo o mesmo assessor.

— Não! Não sentaram juntos. Não trocaram uma palavra — garantiu o assessor.

O governo brasileiro foi pego de surpresa. Oficialmente, nada foi dito sobre a posição do Brasil em relação a Bashir. Segundo a fonte, “Lula saiu do almoço para descansar”, pois enfrentaria uma longa viagem para Paris, e depois, para Londres, para a reunião do G-20. Quando um jornalista abordou o presidente a caminho de uma reunião, perguntando como foi o almoço, Lula respondeu apenas: — Só comi salada.

Pelo cardápio, Lula comeu aspargos ao vinagrete, com um brioche de trufas. O que não comeu — mas o ditador sudanês, sim — foi um filé de carneiro coberto por vagem, e sobremesas que iam de mousse de chocolate a especialidades árabes.

### **Chávez defende Bashir e ataca Bush**

Na verdade, o presidente não teve muito tempo para descansar. Pouco depois estava no plenário ouvindo o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, defendendo Bashir e dizendo que, no lugar dele, quem deveria ir para a corte era o ex-presidente dos EUA George W. Bush e um líder israelense.

— Por que (o TPI) não ordena a captura de Bush? A captura do presidente de Israel? A Venezuela se alinha com a Liga Árabe — disse Chávez, confundindo o presidente de Israel, Shimon Peres, cujo cargo não permitiu que tivesse qualquer influência nas invasões do Líbano e da Faixa de Gaza, decididas pelo agora ex-primeiro ministro de Israel Ehud Olmert.

Chávez ainda convidou publicamente o presidente sudanês a desafiar o mandado internacional de prisão indo à Venezuela. Em entrevista à imprensa brasileira, ele disse: — Por que não buscaram Bush? E a invasão no Iraque, os mortos nos bombardeios? Isso é uma arma política.

Querem atropelar o Terceiro Mundo.

São os resquícios do imperialismo.

Se o presidente cometeu algum crime, cabe à Justiça de seu país julgar.

A Venezuela ratificou o acordo que criou o TPI. Mas Chávez diz que lá não é lugar para chefes de Estado, por eles terem “imunidade internacional”. E ainda cobrou uma posição do Brasil: — O Brasil deveria se sentir atropelado, assim como todos os países do Terceiro Mundo.

O ministro do Exterior, Celso Amorim, perguntado se os líderes sul-americanos discutiriam o assunto, disse: — Não está na agenda... assim eu espero.

Bashir foi a Doha para uma reunião da Liga Árabe, segunda-feira, que deu apoio total a ele. Ele aproveitou e ficou no Qatar para a reunião de 22 países árabes com 12 sul-americanos. Conseguiu, com isso, não só constranger, mas também dividir os visitantes.

Durante a reunião, o presidente Lula ignorou o assunto Bashir — assim como todos os demais, à exceção de Chávez e do próprio Bashir —, preferindo defender uma nova regulamentação do sistema financeiro mundial.

Mencionou também a situação dos palestinos, apoiando um plano de troca de “terra por paz” com Israel. — Não podemos ficar insensíveis ao sofrimento do povo palestino. Não é possível que depois de tantos anos de negociações, frequentemente interrompidas por ações militares, não tenhamos ainda um Estado palestino coeso e economicamente viável

— disse Lula, que insinuou que o Hamas deve fazer parte das negociações. — Não haverá solução para os graves problemas no Oriente Médio sem a participação de todos os atores relevantes.

A declaração final da reunião não menciona qualquer apoio a Bashir, afirmando apenas que os países pedem a solução do conflito em Darfur e a importância do papel das forças da ONU e da União Africana no Sudão.

Bachelet, que encerrou a reunião falando como ocupante da presidência da Unasul (União dos Países SulAmericanos), não quis responder diretamente a perguntas sobre a ausência de um apoio a Bashir na declaração. A chilena lembrou que ela e seu pai foram perseguidos e que muita gente desapareceu durante a ditadura chilena. O presidente brasileiro também foi perseguido pela ditadura militar do Brasil.

Depois, para os jornalistas brasileiros, ela deu sua opinião pessoal.

— O Chile foi um dos países que impulsionou o TPI. Pela nossa própria experiência, há momentos em que a soberania dos países não basta. Há valores universais, os direitos humanos. Após o encerramento da reunião, Chávez atacou Bachelet.

— Creio que não faz bem para a unidade sul-americana a presidente chilena convocar uma reunião com o vice-presidente dos EUA e o premier britânico, representantes dos impérios — disse Chávez, mencionando Lula, que também participou deste encontro, com líderes progressistas mundiais. — Há progressistas ali que não entendo.

Vou perguntar a Lula: “como são progressistas?” O governo chileno respondeu que “as palavras do presidente Chávez são completamente inadequadas”.

### **Qual Lula está no G-20? – Carlos Alberto Sardenberg – O Globo – Opinião – 02/04/2009**

O mundo ainda está numa emergência, ainda que a fase aguda da crise tenha passado.

O comércio global, que cresceu 8% ao ano por um bom tempo, registra quedas de 20% neste início de 2008. As exportações brasileiras, por exemplo, caíram 15% no primeiro trimestre deste ano contra o mesmo período de 2008. E as últimas previsões indicam que o produto mundial vai afundar quase 3% neste ano.

Os países do G-20 — os desenvolvidos e os principais emergentes — representam 85% da economia mundial.

Reunidos em Londres, hoje, seus governantes têm, portanto, poder e tema para agir. Trata-se de tomar medidas concretas para reanimar o comércio e a atividade econômica.

Tentar definir uma “nova arquitetura financeira global” ou lançar as bases de um “novo capitalismo” será o caminho do fracasso. Embora todos concordem que é preciso criar nova regulação para o sistema financeiro, não há entendimento sobre a extensão e o modo dessas normas. E quanto a um novo capitalismo, então, não há acordo nem dentro dos países.

Além disso, é uma discussão prematura.

A economia está na sala de emergência, não faz sentido querer estabelecer regras para quando ela tiver alta.

Seria como dizer a um paciente da UTI que ele precisa parar de fumar.

Já o tratamento imediato exige: restabelecer a saúde dos bancos, de modo a reanimar o crédito internacional; colocar mais dinheiro nas instituições internacionais (FMI, Banco Mundial e bancos regionais) para que estas financiem países emergentes e os mais pobres; combinar planos de investimentos públicos; definir comportamentos que impeçam um surto de protecionismo.

Se não for por aí, será mais uma reunião inútil. Na verdade, pior que inútil.

Um fracasso explícito abalaria ainda mais a já combalida confiança de investidores e consumidores mundo afora.

E o Brasil? Será preciso verificar qual Lula está em Londres. Na última terça-feira, na cúpula sul-americana/árabe, em Doha, Lula voltou à tese de que o mundo desenvolvido (dos brancos de olhos azuis) é culpado pela crise econômica, pela destruição do meio ambiente e pelos desequilíbrios da economia mundial. E que é preciso partir desse ponto de vista para resolver os problemas mundiais. Ou seja, qualquer solução tem de privilegiar as atuais vítimas, os emergentes, e punir os ricos, os quais, além disso, têm que entrar com mais dinheiro.

Mas nessa mesma terça, em Londres, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, em reunião com o presidente Barack Obama, citava uma frase de Lula, que ouvira do próprio presidente brasileiro, em Brasília.

Disse: “Eu estive na semana passada no Brasil e eu acho que o presidente Lula vai me perdoar por citá-lo.

Ele me disse: ‘Quando eu era sindicalista, eu culpava o governo.

Quando eu era da oposição, eu culpava o governo. Quando eu virei governo, eu culpei a Europa e os Estados Unidos’.” O próprio Brown tirou a conclusão da metáfora: “Lula, portanto, reconhece, como nós reconhecemos, que este é um problema global. É um problema global que exige uma solução global.” Este é o Lula respeitado no mundo desenvolvido, como o melhor representante da esquerda moderna.

Pode-se dizer que a reunião de Doha não valia nada — era apenas um convescote para falar mal da globalização e dos EUA. Assim, a verdadeira posição de Lula seria aquela da conversa com Brown. É o que saberemos hoje, com o desempenho do presidente brasileiro na reunião do G-20.

Mas não custa, desde já, deixar este ponto explicado: quem mais se beneficiou do recente surto de crescimento global foi o mundo emergente.

Enquanto o produto global cresceu na média de 4,5% ao ano, os países emergentes tiveram expansão de 8%.

É do interesse dos emergentes restabelecer o crédito e o comércio que permitiram esse extraordinário crescimento da renda e do emprego.

**GASTO PÚBLICO** O governo brasileiro diz que está gastando mais para reanimar a economia.

Não é bem assim. O governo já vinha gastando muito e aumentando suas despesas bem antes da crise.

E, na verdade, gastando pouco em investimentos.

No primeiro bimestre deste ano, o governo federal gastou R\$ 2,7 bilhões em capital, para uma despesa total de R\$ 86,7 bilhões.

**CARLOS ALBERTO SARDENBERG** é jornalista.

E-mail: [sardenberg@cbn.com.br](mailto:sardenberg@cbn.com.br).

**Brasil vai pôr dinheiro no FMI** – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 02/04/2009

Lula diz que país participará de esforço internacional para injetar US\$ 1 tri nas economias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o Brasil está pronto para injetar dinheiro no Fundo Monetário Internacional (FMI), como forma de ajudar numa solução para a crise global e a reforma da instituição.

— O Brasil não vai agir como se fosse um paisinho pequeno e sem importância — afirmou o presidente, a caminho da reunião de cúpula do G-20 (grupo de países ricos e principais emergentes), que começa hoje em Londres, em clima de quebraquebra e muitos protestos. As manifestações deixaram dezenas de feridos, um morto e 63 presos.

Lula não disse quanto o país aplicaria no Fundo. Mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, revelou que os países do G-20 estão negociando uma injeção de até US\$ 1 trilhão, não apenas no FMI mas também em outras instituições multilaterais, como o Banco Mundial, para socorrer os países que não estão conseguindo crédito. A medida está condicionada a que os recursos sejam só para países pobres e emergentes.

— O Brasil tem cacife hoje para colocar dinheiro emprestado para ajudar países pobres — disse Lula.

Lula e Sarzoky afinam discurso

Lula não condicionou a iniciativa à maior participação do Brasil no poder de decisão do Fundo, embora isso venha sendo discutido dentro do governo. Lula disse que era preciso separar as coisas: a discussão de emergência para a normalização da atividade econômica do mundo, de um lado, e as mudanças nas regras do funcionamento das instituições multilaterais, de outro.

— Vamos ter mais tempo para mudar as regras de funcionamento das instituições multilaterais. Isso não precisa ser amanhã.

Segundo Mantega, outros países estão dispostos a injetar mais dinheiro no Fundo. O Japão anunciou que vai pôr US\$ 100 bilhões, a União Europeia (UE), outros US\$ 100 bilhões, a Noruega entrará com US\$ 48 bilhões. O que já dá cerca de US\$ 250 bilhões. O ministro explicou que o Brasil está estudando como fará sua contribuição.

A preferência é por meio dos Direitos Especiais de Saque (SDR), que permitem tomar recursos do Fundo. Mas há outros mecanismos: — Vamos ter que discutir qual a melhor maneira de fazer o aporte.

Mantega acrescentou que quando for discutida a reforma do FMI o Brasil brigará por uma fatia maior no poder de decisão: — O Brasil está disposto a colaborar, mas temos de ver qual é a melhor maneira de se adaptar às novas regras do jogo. Não podemos trabalhar com as velhas regras. São novas regras, para que o Brasil seja também protagonista.

Ontem, em Paris, antes de embarcarem para Londres, Lula e seu colega francês, Nicolas Sarkozy, fecharam posição na defesa de um cerco aos paraísos fiscais: — Não existe explicação para haver um mundo real, que investe no setor produtivo, e uma

economia que termina por esconder o dinheiro do crime organizado, narcotráfico, lavagem de dinheiro — disse Lula.

Sarkozy confirmou que estará no Brasil no dia 7 de setembro e acrescentou que, até lá, Brasil e França vão preparar em conjunto um projeto com propostas para uma nova governança do mundo.

— Temos uma identidade completa de pontos de vista entre Brasil e França. O presidente Lula e eu queremos que o mundo mude, se transforme. E que haja um mínimo de regulação — afirmou Sarkozy.

**SARKOZY ALFINETA OBAMA, na página 20**

**Porque os líderes do G-20 fracassarão** – Martin Wolf – Valor Econômico – Colunista – 01/04/2009

A cúpula do G-20 que ocorre amanhã será decepcionante, pois não está à altura dos desafios atuais

A cúpula do G-20, grupo dos 20 principais países emergentes e de alta renda, que acontecerá em Londres amanhã, parece determinada a obter progresso. Mas o êxito não deve ser medido apenas em relação a atuações passadas, mas sim diante da "brutal urgência dos nossos dias" (Martin Luther King). Infelizmente, será decepcionante.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta agora uma contração de 4,3% nas economias dos países desenvolvidos neste ano, seguida de estagnação em 2010. Nos países membros desenvolvidos, o contingente de desempregados poderá aumentar em 25 milhões de pessoas até 2010.

Enquanto isso, o FMI projeta que a economia global encolherá em 0,5% a 1% neste ano. Isso representaria um aumento na "defasagem na produção" (a defasagem entre produção presente e potencial) de cerca de 4%.

Conseguirá o G-20 ficar à altura destes desafios excepcionais? A resposta é não. É necessário um grande aumento na demanda agregada e também uma alteração na sua distribuição, saindo dos países cronicamente deficitários rumo aos superavitários. Em ambos os pontos, o progresso será limitado demais.

A OCDE argumenta que as medidas discricionárias de estímulo tomadas pelos governos em resposta à crise impulsionarão o PIB numa média de apenas 0,5% em 2009 e em 2010. Além disso, a demanda adicional está vindo pelo menos na mesma proporção dos países deficitários e dos superavitários. Isto não é uma receita para a resolução dos desequilíbrios globais, mas para seu prolongamento indefinido.

Infelizmente, não existe nenhum consenso em torno das causas subjacentes desta crise ou acerca das melhores maneiras de escapar dela. Os EUA e o Reino Unido concordam que os excessos dos setores financeiros têm suas raízes não só na desregulamentação, como também nos colossais excedentes de oferta dos países superavitários, dos quais China, Alemanha e Japão (com seus respectivos excedentes em conta corrente de US\$ 372 bilhões, US\$ 253 bilhões e US\$ 211 bilhões em 2007) são os mais importantes. Mas a China e os países da Europa continental, liderados pela Alemanha, argumentam que tudo isso é culpa dos perdulários países deficitários. A China, no entanto, também espera que logo em breve o mundo seja capaz de absorver seu excesso de oferta novamente.

Em entrevista do "Financial Times" na semana passada com Angela Merkel, a primeira-ministra alemã disse: "A economia alemã depende muito de exportações e isso não é uma coisa que pode ser mudada em dois anos". Além disso, "não é algo que sequer queremos mudar". Parafraseando: "O resto do mundo precisa encontrar uma forma de absorver nosso excesso de oferta, mas sustentavelmente, por favor". Mas o que acontecerá se isso não puder ser alcançado para o excesso de oferta potencial de todos os países superavitários reunidos? Em 2007, os três países registraram superávits em conta corrente de US\$ 835 bilhões. Logicamente, os países deficitários correspondentes precisam gastar este tanto a mais além das suas receitas. Os países deficitários, porém, já não dispõem de tomadores de empréstimos privados motivados e solventes.

Esta mudança é toda a essência desta crise. Entre 2007 e 2009, os setores privados dos EUA, Reino Unido e Espanha que foram atingidos pela crise remanejarão, com base nessas projeções, os seus saldos financeiros (a diferença entre suas receitas e despesas) maciçamente na direção de saldos positivos, à medida que crescerem as economias e os gastos forem cortados. Na Espanha, projeta-se que o deslocamento será de 11,7% do PIB. As principais compensações nesses países deficitários serão enormes saltos nos déficits fiscais, embora os déficits em conta corrente também estejam encolhendo, inevitavelmente.

Os países com excedentes, que recorreram aos setores privados dos países deficitários para conceder seus empréstimos irresponsáveis, exibem um padrão muito diferente: os saldos dos seus setores privados mudarão muito pouco e, em todos os casos, apresentarão vastos superávits do princípio ao fim: grandes saldos positivos em conta corrente quase sempre significam excesso de economias do setor privado. À medida que seus superávits externos encolherem, porém, os déficits fiscais crescerão, em parte devido a políticas públicas calculadas, mas também devido às consequências automáticas das recessões.

Assim, as posições fiscais estão se deteriorando e os superávits e déficits em conta corrente estão minguando em todos os lugares, à medida que os setores privados dos países deficitários reduzem seus gastos dramaticamente. Mas a deterioração fiscal esperada é maior nos países deficitários do que nos superavitários. À exceção do Japão, os déficits



fiscais também serão maiores nos países deficitários. O tamanho reduzido do remanejamento esperado no déficit fiscal da China, o nível moderado do seu déficit fiscal de 2009 e a persistência dos gigantescos excedentes dos seus setores privado e estatal é impressionante. Este é um país que espera (ou pelo menos tem esperanças de que ocorra) uma recuperação na demanda externa.

O que esta análise nos ensina é bastante simples: não está acontecendo praticamente nenhum ajuste nos desequilíbrios estruturais subjacentes. Em particular, os setores não fiscais dos três grandes países superavitários deverão continuar gerando enormes saldos positivos. A mudança - temporária, certamente esperam os países superavitários - é que a expansão fiscal doméstica esteja compensando modestamente a queda na demanda procedente dos países deficitários com setores privados excessivamente alavancados. Esta queda na demanda privada, porém, também é contrabalançada por maciços estímulos fiscais nos países deficitários.

Esta não é uma rota que conduz a uma saída duradoura da crise. É uma rota na qual os déficits fiscais necessários para compensar os persistentes déficits em conta corrente e o colapso nos gastos privados em países com déficits externos se manterá indefinidamente. A menos que, e até os países superavitários reconhecerem que essa situação não poderá continuar, não se conseguirá nenhuma saída duradoura da crise. Compreensível, mas toalmente, eles não estão dispostos a fazê-lo.

Então, o que precisa ser feito? Esta questão deve ser um item central na agenda do próximo encontro de líderes do G-20. A economia do mundo não poderá ser seguramente equilibrada estimulando um número relativamente pequeno de países a gastar a ponto de falirem. Parte da resposta reside na mudança das políticas públicas dos países superavitários. Também reside, na mesma medida, porém, na reorganização do sistema monetário internacional. O argumento em prol das consideravelmente grandes e contínuas alocações de direitos especiais de saque - o ativo de reserva do FMI - é poderoso, como argumentou, entre outras pessoas, Zhou Xiaochuan, presidente do Banco do Povo da China, em artigo recente fascinante (Reform the International Monetary System [Reformem o sistema monetário internacional], [www.pbc.gov.cn/english](http://www.pbc.gov.cn/english)). Espero retornar em breve a este desafio e oportunidade imensos. Enquanto isso, a cúpula do G-20 estará lidando em grande parte com os sintomas imediatos da doença.

Encontrar uma cura de prazo mais longo para o crônico excesso de oferta global permanece no horizonte.

**Martin Wolf é colunista do "Financial Times".**

O G20 e seus limites – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 02/04/2009

### **Grupo tende a tomar o lugar do G8 como fórum global, mas divergências reduzem expectativa de resultados em Londres**

EM LINHAS gerais, os debates preparatórios para a cúpula do G20, que reúne hoje em Londres os países de maior peso econômico, se concentraram em quatro grandes temas. São eles uma ação global contra a crise, o compromisso de não impor novas restrições ao comércio, um novo sistema de regulação bancária mundial e o reforço das instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial).

Há divergências em cada um desses temas. Sobre as medidas para deter a crise global, os EUA pressionam a União Europeia para que adote estímulos fiscais equivalentes a 2% do PIB neste ano e no próximo. Outra proposta em debate é a criação de um fundo para reanimar o crédito ao comércio mundial.

Para o governo Obama, os EUA arcam com os maiores esforços para realimentar a economia sem que seus parceiros, também em recessão, façam a sua parte. Em 2009, o descompasso entre gastos e receita estatais americanos atingirá US\$ 1,9 trilhão -espantosos 13,1% do PIB.

Do outro lado do Atlântico, os governos preferem aguardar os impactos das ações já tomadas. A chanceler alemã, Angela Merkel, argumenta que os governos precisam pensar, desde logo, nas "estratégias de saída". Isto é, o retorno à disciplina fiscal, o desmonte de medidas protecionistas e o enxugamento do excesso de estímulo, monetário e fiscal.

Os líderes mundiais reafirmam o compromisso de combater o protecionismo. Mas essa disposição ainda precisa se concretizar: um estudo do Banco Mundial mostrou que, após a cúpula de Washington, em novembro, 17 dos países do G20 adotaram um conjunto de 47 ações de restrição ao livre comércio.

No que se refere à reforma da regulação financeira, França e Alemanha criticam os EUA por demorarem demais para resolver o problema de seus bancos (limpar dos balanços os "ativos tóxicos"), sem o que o crescimento econômico não poderá ser retomado. A posição da Europa é bastante intervencionista e contempla um organismo supranacional para fiscalizar os grandes bancos globais. Mas os EUA refutam a ideia de um ente externo ditar regras no seu território.

No caso do FMI, há um consenso de que o Fundo precisa de mais dinheiro. EUA, Japão e UE concordam em, no mínimo, duplicar sua capacidade de empréstimo, para US\$ 500 bilhões. Brasil, China, Índia e Rússia, por seu turno, defendem alteração substantiva de poder dentro da instituição. Isso significa conceder aos países em desenvolvimento maior

potencial de voto, medida que já tarda. Atualmente, os europeus detêm 32% dos votos e os EUA, 17%, enquanto a China tem 3,6% e o Brasil, 1,3%.

Uma revisão pode ocorrer em 2011.

Tais conflitos e divergências podem limitar o alcance das decisões da cúpula. Gordon Brown, premiê britânico, já afirmou que o encontro será "apenas uma etapa em um processo".

Concretamente, o evento de Londres tende a referendar o papel do grupo, em substituição ao G8 (os sete países mais ricos, além da Rússia), como principal fórum de discussão dos temas econômicos globais. Os brasileiros não deveriam menosprezar a importância desse passo.

#### **O grupo dos 20 – Kenneth Maxwell – Folha de São Paulo – Opinião – 02/04/2009**

O GRUPO dos 20 (G20) se reúne hoje em Londres. O objetivo é enfrentar a crise econômica mundial e oferecer uma resposta coletiva a ela. Composto por líderes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o grupo representa cerca de 80% da economia mundial.

Muitos de seus integrantes se viram forçados a adotar medidas heterodoxas para mitigar o colapso do comércio internacional e a perda de ativos, e alguns recuaram ao protecionismo. As consequências políticas, para eles e para nós, ainda estão por se revelar. A questão preocupante é determinar se esses líderes estão à altura da tarefa.

A conferência de cúpula de Londres será o primeiro grande conclave internacional de que Barack Obama participará como presidente dos EUA. Ele será o novato. Mas já demonstrou forte determinação quanto ao estímulo econômico e obteve sucesso em implementar uma série de respostas políticas inovadoras. O anfitrião, o primeiro-ministro Gordon Brown, também está injetando dinheiro no setor financeiro. Mas, como ministro das Finanças, ele comandou os anos de expansão da economia britânica e está sob pressão interna no momento.

Os demais líderes europeus são muito mais cautelosos. A resposta dos britânicos e norte-americanos à crise foi criticada severamente pela chanceler alemã, Angela Merkel, que deixou claro que não haverá estímulo ao modo norte-americano em seu país. Porque a Alemanha continua a ser a principal economia da União Europeia, isso significa que a concordância quanto a ideias é improvável. Os países da Europa Oriental estão todos sofrendo severamente com a contração da atividade econômica e o alto desemprego.

Os países em desenvolvimento também estão divididos. Os chineses recentemente expressaram preocupação sobre as políticas norte-americanas e falaram sobre a necessidade de uma nova moeda internacional que substitua o dólar. Na Índia, os bancos estão em situação sólida, mas os setores de exportação já estão sofrendo. E o Brasil está enfrentando uma contração mundial no comércio, que foi crítico para o seu crescimento nos últimos anos.

Há outra preocupação. A indignação e a ira estão crescendo em todo o mundo. Nos Estados Unidos, isso tomou a forma de ataques populistas contra a cobiça dos banqueiros. As greves na França também são barômetros de resistência. As manifestações de rua em Londres reforçam essas divisões. Não será nada bom que a única recordação do dia de hoje seja a de líderes divididos e inseguros protegidos por barricadas contra a população furiosa.

---

**KENNETH MAXWELL** escreve às quintas-feiras nesta coluna.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

**G20 adotará "regulação do século 21", prevê Obama** – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009

Americano diz que reunião dará início a profundas reformas do sistema financeiro

Para Gordon Brown, líderes passarão por 5 testes, que incluem cooperação mundial, ajuda aos mais pobres e rejeição ao protecionismo

O anfitrião da cúpula do G20, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, antecipou ontem, ao lado do presidente Barack Obama, o que chamou de "cinco testes" que o grupo das maiores economias do planeta enfrentará na sua cúpula de hoje. Na verdade, mais que "testes", trata-se de uma antecipação do que será anunciado ao término do encontro de líderes.

Obama, de sua parte, definiu um dos cinco pontos como a adoção de "regras do século 21 para todo o sistema financeiro", em alusão à profunda reforma do modelo de supervisão/regulação de bancos e entidades afins que constou do documento dos ministros da Fazenda e presidente de bancos centrais do G20, emitido há três semanas, e figurará em texto complementar assinado hoje pelos chefes de governo. Com isso, parece pura bravata o fato de tanto o presidente francês, Nicolas Sarkozy, como a chanceler alemã, Angela Merkel, terem ontem insistido, em entrevista conjunta, que uma "forte regulação" é item inegociável para o documento da cúpula. Sarkozy chegou a pedir uma regulamentação "do século 21", exatamente a que Obama anuncia. Brown, aliás, havia posto a questão da regulação como o primeiro dos testes, aceitando

assim a ênfase que Sarkozy e Merkel colocam nessa questão. Obama disse também que pelo menos em parte a crise atual decorre de um "desencontro" entre sistemas regulatórios nacionais (e "inadequados") e "mercados internacionais altamente integrados".

O problema é que até agora o G20 não definiu se vai criar um novo ente regulador/supervisor supranacional ou se apenas estabelece padrões globais comuns a serem aplicados pelos reguladores nacionais, conforme suas próprias legislações. No caso dos EUA, a proposta do governo Obama é a de transformar o Federal Reserve, seu banco central, em um super-regulador, mas nacional. Os demais testes que o G20 enfrentará e superará, ao menos na visão otimista de Brown e Obama, são estes:

**Restaurar o crescimento**  
Os governantes reiterarão o que disseram seus ministros e BCs no dia 14 passado: "Fazer tudo o que for necessário para estimular o crescimento", expressão aliás que Obama utilizou literalmente.

**Cooperação internacional**  
Brown afirmou que "nunca houve um nível de cooperação global" como o que está se dando agora. O premiê britânico chegou a lembrar que, na crise dos anos 30 do século passado, os governos levaram anos para reagir, ao passo que, agora, em questão de meses, foram tomadas inúmeras providências que, a juízo dos dois governantes, permitirão superar a crise.

Obama aproveitou para negar a insistente versão de que há uma divergência forte entre líderes europeus (Sarkozy e Merkel) e os Estados Unidos, que, segundo a versão, quer mais pacotes governamentais de apoio à economia. "Não há desacordo sobre a necessidade de os governos agirem", comentou o presidente norte-americano. Lembrou, com razão, que "todos os países do G20 se engajaram em esforços fiscais". Contabilizou, a propósito, algo em torno de US\$ 2 trilhões como a quantia envolvida nesse esforço, o que dá mais de um PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. Para Obama, a divergência foi "nas margens", porque "o principal não está em questão". Na margem, quer dizer o seguinte: os europeus contabilizam como gasto fiscal o que o jargão chama de estabilizadores automáticos, ou seja, a imensa rede de proteção social comum à Europa e bem menos generosa nos Estados Unidos. Por essa contabilidade, os gastos foram equivalentes de um lado e do outro do Atlântico.

**Rejeitar o protecionismo**  
Esse "teste" é um clássico de reuniões internacionais, mas o G20 não passou nele, porque, a partir da cúpula de Washington, 17 de seus integrantes adotaram 47 medidas de restrição ao comércio, pelas contas do Banco Mundial. Resta ver se a nova cúpula, que vai repetir a promessa, passa na segunda época.

**Ajudar os mais pobres**

Segundo Obama, eles estão, com a crise, "mais desesperados do que já estavam". O presidente americano, coerente com o tom de sua pregação de campanha, disse que é preciso atentar para a "dimensão humana" da crise: "As pessoas estão perdendo suas casas, seus empregos, suas poupanças". Nesse teste, o G20 passará. Haverá recursos para os países mais pobres enfrentarem a crise (o ministro Guido Mantega chegou a falar em US\$ 1 trilhão) e um pacote de ao menos US\$ 100 bilhões para financiar o comércio internacional, que ficou travado pela crise. Nesse caso, não são só os países mais pobres que se beneficiam. Até o Brasil espera lucrar, na medida em que seu comércio com os países do Sul está em queda justamente pela falta de financiamento que os parceiros enfrentam (o Brasil também enfrenta, mas seu problema de crédito é algo menos grave). Faltou mencionar, entre os "testes" do G20, a reforma das instituições financeiras internacionais, com um reforço considerável no papel do FMI e maior poder de voz e voto para os países emergentes. Resumo da história, na palavra sempre otimista de Obama: "Não vamos resolver todos os problemas, mas fazer considerável progresso".

**Ação ajudará a evitar crises no futuro** – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009

Em relação à turbulência atual, debate e ação de governantes chegam com atraso

EUA chegam ao encontro como o país com mais planos de estímulo e com proposta de regulação que enterra divergências com a Europa

A cúpula do G20 de hoje chega tarde ao encontro com a crise do presente, mas fornecerá roteiro razoável para evitar ou minimizar crises do futuro. Chega tarde por um motivo simples: entre a cúpula anterior, em novembro, e a de hoje, a crise ganhou uma velocidade e uma profundidade aterrorizantes. Os governos não podiam, portanto, esperar o encontro de Londres para atuar. Sempre é fácil culpar qualquer governo por uma crise, mas, neste caso, seria incorreto esquecer que os problemas nasceram e cresceram no setor privado, que só fez solicitar ajuda aos governos, que a concederam em montantes impensáveis até há pouco, como lembrou ontem o presidente dos EUA, Barack Obama. Se há uma culpa dos governos, é pela demora em entender a sequência exata de ações que deveriam adotar. Primeiro, evitaram a quebra em cadeia de bancos, que seria mais desastrosa. Depois, emitiram pacotes de estímulo à economia. Só agora perceberam que, antes de tudo, era preciso eliminar os ativos tóxicos que bloquearam o funcionamento do sistema.

Os EUA chegam a Londres com essa lição feita. Foram os únicos, até agora, a preparar um plano de limpeza dos ativos tóxicos. Ou, como prefere Obama, apresentaram mais do que qualquer outro país do G20 nesse capítulo -preâmbulo da história de saída da crise.

O projeto de regulação/supervisão do governo dos EUA é também o último prego no caixão da lenda de que o mercado é capaz de se autorregular. Cobre todos os aspectos do jogo bancário, e o documento do G20 segue idêntica trilha. Se um e outro vão ou não funcionar, só o tempo dirá. A ação norte-americana torna ocioso o Fla-Flu entre Europa e Estados Unidos em que insistiu parte da mídia até a inauguração da cúpula. Não se trata de mais pacotes de estímulo, suposta insistência norte-americana, versus mais regulação, real pretensão europeia. Trata-se de ambos. Ponto. Pode haver nuances, mas, no cerne da questão, tudo estava acertado desde pelo menos o documento em que os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais, no dia 14, avisaram que fariam "tudo" o que fosse necessário para ressuscitar a economia e listaram os setores que ficarão sujeitos a uma regulação mais rígida. De quebra, o G20 ainda mudou a governança global: sai o G8, entra o G20. O FMI e o Banco Mundial deixarão, mais adiante, de serem instrumentos dos países ricos. É o reconhecimento do óbvio: não dá mais para discutir a economia global sem os emergentes. O problema todo é que, para chegar a esse futuro mais civilizado e mais lógico, é preciso superar a densa bruma do presente, sobre o qual nada pode fazer agora o G20. (CLÓVIS ROSSI)

**Expectativas exageradas** – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/04/2009

"NÃO TÃO bom quanto o mundo precisava nem tão ruim quanto poderia ter sido." Antes de começar a reunião do G20, arrisco prever esse resumo dos comentários sobre o resultado. A razão é simples: toda reunião que desperta expectativas exageradas devido à manipulação dos políticos (leia-se Gordon Brown, Obama, Sarkozy, Lula etc.) acaba sempre por criar a sensação de que o copo está meio cheio (ou meio vazio, conforme se prefira).

Ao menos se deixou de falar de um "novo Bretton Woods", a não ser que seja na base da frase de Marx de que a história, quando se repete, em geral o faz como farsa. De fato, a histórica conferência de 1944 recriou a ordem monetária e financeira destruída pela Segunda Guerra, estabeleceu o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com a participação das 44 nações aliadas, perto do total dos países soberanos da época, praticamente encerradas em regime de internato durante quase um mês. A comparação com a reunião de amanhã é até covardia, não apenas na agenda, muito mais modesta agora, na duração de apenas algumas horas, como na composição. O G20 pode reunir 85% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, mas, em termos da legitimidade que só pode nascer da representação democrática, está longe de poder falar em nome dos 192 países da ONU. Exclui, por exemplo, a totalidade dos mais pobres e vulneráveis. No outro extremo, é pouco provável que ela reencene o fiasco rotundo de outra reunião de Londres, a de 1933, com 66 países, convocada para combater a Grande Depressão e o protecionismo. O recém-empossado presidente Franklin Roosevelt, do iate no qual passava

as férias, fulminou a conferência com um telegrama no qual repudiava o acordo para estabilizar as moedas. Ontem como hoje, os principais governos não estão de acordo nem sobre as causas nem sobre os remédios da crise. Diante da incerteza, sugiro três parâmetros para medir o grau de real sucesso da reunião. O primeiro tem a ver com o mais imediato, as medidas para reativar a economia global e superar a recessão. Se houver anúncios de pacotes de estímulo com gastos adicionais e significativos, por países individuais ou em coordenação, terá havido avanço. Do contrário, continuarão as divisões entre os governos deficitários favoráveis a maiores estímulos (Estados Unidos, Reino Unido, Japão) e os superavitários relutantes em aumentar a dívida (Alemanha, China). O segundo critério é o da regulação financeira. Haverá ou não decisão de regular em caráter internacional os fundos de hedge, as entidades e os instrumentos financeiros transnacionais como os derivativos e a securitização? Se a decisão for adiada para a reunião de primavera do FMI, é sinal de que permanece o abismo entre as grandes praças financeiras (Nova York e Londres) e os demais. Finalmente, é preciso ver se sairá do papel a proposta de aumentar para US\$ 750 bilhões os recursos do Fundo, a fim de socorrer os menores, que não têm espaço para programas de estímulo, e se ela virá acompanhada da reforma imediata dos mecanismos de governança do FMI. De lambuja, checar se os US\$ 100 bilhões para financiar o comércio serão aprovados. De concreto, o que está em jogo são esses três pontos. O resto é perfumaria diplomática.

**Sarkozy defende maior regulação financeira global e alfineta Obama** – Fernando Duarte – O Globo – Economia – 02/04/2009

Para presidente francês, moralizar o capitalismo vai além do 'discurso bonito'

**LONDRES.** Ainda que não tenha repetido a ameaça de abandonar a reunião de cúpula dos líderes dos países do G-20, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, voltou a insistir que a regulação mais rigorosa do sistema financeiro mundial é uma condição fundamental para o sucesso das negociações do encontro em Londres. Numa entrevista coletiva com a chanceler alemã, Angela Merkel — que também fez uma defesa calorosa do argumento — Sarkozy aproveitou para alfinetar o presidente dos EUA, Barack Obama, que se opõe à maior regulação: — Todos nós ficamos entusiasmados com a eleição do presidente Obama, mas é preciso que sua administração seja compatível com a mensagem de mudança que ele pregou na campanha.

Estamos diante de uma oportunidade histórica de moralizar o capitalismo, e isso é mais que uma questão de ego ou discursos bonitos — ironizou.

Para Obama, há consenso entre líderes do G-20 Sarkozy e Merkel receberam os jornalistas algumas horas após entrevista coletiva de Obama com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown. Nela, o presidente americano minimizou as divergências do G-20, mas reiterou seu argumento de que os EUA gostariam de ver mais nações



desenvolvidas injetando recursos no sistema financeiro mundial, algo a que França e Alemanha se opõem: — Os EUA não podem ser o único motor do crescimento econômico mundial . Todo mundo vai precisar empurrar junto.

Mas acho que isso tem sido bem compreendido pelas partes, e as diferenças entre as posições dos vários países têm sido relatadas de forma exagerada.

Sarkozy, porém, voltou a alfinetar Obama.

— Claro que todos nós precisamos fazer concessões numa negociação, mas é preciso a adesão de todas regiões do mundo, até porque essa crise não teve início na Europa, certo? Já Brown disse estar convencido de que o G-20 vai chegar a um acordo. E Merkel bateu na tecla da regulação: — O sucesso do encontro depende da aprovação de uma nova arquitetura para mercados financeiros em língua muito clara para que todos entendam.

#### **Novo começo com a Rússia – O Globo – O Mundo – 02/04/2009**

Em clima de distensão, Obama e Medvedev reabrem negociações para reduzir arsenal atômico

##### **LONDRES**

Empenhado em reconstruir as relações com a Rússia, arruinadas por seu antecessor, George W. Bush, o presidente dos EUA, Barack Obama, anunciou ontem com o presidente russo Dmitri Medvedev o que pode ser tornar a primeira redução significativa de arsenal atômico dos dois países desde 1997. A decisão — resultado da primeira reunião entre os dois líderes, que estão em Londres para o encontro do G-20 — é apontada como a principal medida recente para interromper a escalada de tensão entre os governos de Washington e Moscou. Mas o encontro, que faz parte da primeira viagem de Obama ao exterior como presidente, também foi marcado por fortes divergências.

Pontos importantes da agenda comum, especialmente a questão dos escudos antimísseis e a guerra na Geórgia, permaneceram sem consenso.

O acordo para a redução do arsenal nuclear ainda não foi formalizado. Os dois presidentes se comprometeram a trabalhar em conjunto para assinar uma proposta antes do vencimento do atual Tratado de Redução e Limitação de Armas Ofensivas Estratégicas (Start), o que ocorrerá em dezembro.

Num comunicado conjunto, EUA e Rússia se comprometeram a “melhorar a segurança de ambas as partes, assim como a estabilidade das forças estratégicas ofensivas”. Segundo diplomatas, os termos da redução podem ser divulgados durante a visita de Obama a Moscou, prevista para julho. Entre as propostas está a redução do número de ogivas nucleares dos dois países para 1.500. Acordos complementares ao Start estabeleciam uma redução para um número entre 1.700 e 2.200 ogivas, o que ainda não foi alcançado.

Mesmo a redução para 1.500, no entanto, faz com que o arsenal dos dois países esteja muito acima do suficiente para provocar um holocausto nuclear e acabar com a vida no planeta.

— Definir um acordo sobre a redução do arsenal nuclear é a melhor maneira de começar nossa relação.

A ameaça (de uma guerra atômica) diminuiu muito desde o fim da Guerra Fria, mas segue sendo a maior ameaça contra a Humanidade — disse Obama.

### **Mais próximo também da China**

Além do arsenal nuclear, os dois chefes de Estado se comprometeram a cooperar na guerra contras as drogas e os talibãs no Afeganistão, pediram ao Irã que dê provas à ONU de que seu programa nuclear é pacífico e expressaram preocupação com o lançamento de um foguete da Coreia do Norte, previsto para o início de abril. Obama declarou que pretende levar o tema para o Conselho de Segurança da ONU se o governo nortecoreano fizer o lançamento. Já a Rússia, que concordou que é necessária a desnuclearização da Península Coreana, disse vai dialogar com os nortecoreanos sobre o tema.

Já a discussão sobre a instalação de um escudo antimísil americano na Europa, segundo fontes diplomáticas, foi o momento mais tenso do encontro.

O único resultado apresentado sobre o tema, considerado vago, foi a proposta de “análises conjuntas futuras”.

A Rússia considera um recuo americano nesta decisão como fundamental para a melhora na relação entre os dois países e chegou a oferecer seus escudos antimísseis como alternativa aos Estados Unidos. A Casa Branca, por sua vez, vê no escudo a possibilidade de barganha com os russos, forçando Moscou a ter um papel mais ativo na crise com o Irã.

Washington quer que a Rússia pressione o governo iraniano a deixar de lado o projeto de enriquecer urânio em seu território e compre material nuclear russo para suas usinas.

— Temos divergências, mas isso não impede que caminhemos juntos e trabalhemos pela cooperação. É isso o que estamos fazendo. Espero que o clima de ajuda mútua seja cada vez maior entre nossos governos — disse Medvedev.

O encontro com o presidente russo, visto por diplomatas como um teste precoce para Obama já que este é um dos temas mais delicados da política externa americana, foi considerado bem-sucedido por analistas.

Ao contrário do que ocorria entre Bush e Vladimir Putin, os dois líderes deram sinais de que pretendem estreitar o relacionamento e promover novos encontros.

Uma das pedras recentes na relação entre Moscou e Washington era justamente a dificuldade de entrosamento entre Bush e Putin.

A viagem de Obama a Londres para discutir com outros membros do G-20 a crise financeira mundial também rendeu ao presidente americano uma aproximação com outro rival de peso, o governo chinês. Em um encontro reservado com o presidente Hu Jintao, Obama recebeu um convite para visitar Pequim no segundo semestre. Os dois líderes se comprometeram a estreitar relações estratégicas e militares.

Por conta de um incidente ocorrido recentemente no mar da China, no qual barcos chineses interceptaram um navio de guerra americano, os presidentes acordaram ainda visitas da cúpula da Marinha americana a Pequim e da Marinha chinesa a Washington.

**Brasil tem 'lições a dar' ao G-20, diz Lula** – Assis Moreira – Valor Econômico –  
Internacional – 02/04/2009

A crise global já criou 38 milhões de desempregados, precisa ser combatida com coragem e os EUA, que geraram o problema, têm a maior responsabilidade para tirar o mundo da recessão.

É com essa mensagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa hoje da reunião de cúpula do G-20, que emerge como o diretório da economia internacional e reforça a ambição do país de estar no centro das decisões globais.

Embora cobrando duro, Lula visivelmente reduziu as expectativas sobre os resultados de hoje. Disse que a reunião "não será fácil", por causa de divergências entre os países. E avisou que o Brasil participará com a "convicção de que tem lições a dar" sobre como superar a mais dramática recessão dos últimos tempos.

"Estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance para facilitar aqueles que querem produzir, comprar, vender. É essa lógica que queremos estabelecer no mundo", disse ele em entrevista no trem entre Paris e Londres.

Para Lula, se o G-20 "brecar a crise nos países ricos, já está bom".

O presidente "afinou a orquestra" com o presidente francês Nicolas Sarkozy, para cobrar medidas concretas e decisivas para combater a crise e para reformar o sistema financeiro internacional.

Sarkozy logo depois deu entrevista em Londres com a chanceler alemã, Angela Merkel, onde os dois ameaçaram não assinar o comunicado final hoje do G-20 se não houver medidas firmes para tirar o mundo da recessão.

Ao receber pouco antes Lula no palácio presidencial, Sarkozy disse que a "identidade é total e completa" entre o Brasil e a França hoje, para exigir "um mínimo de regulação do sistema financeiro, considerando o desastre que representa essa terrível crise".

Lula disse que não quer com Sarkozy assumir a responsabilidade de "fazer uma reunião fracassada, em que a decisão seja marcar nova reunião", mas fez uma nuance: "Não se faz uma negociação com o pé na parede, ou dá ou desce".

Lula, Sarkozy e Merkel prepararam o terreno para se declararem vitoriosos, porque, de toda maneira, algo sairá do encontro de hoje, a começar pela decisão de controlar todas as instituições financeiras, desde hedge funds (fundos especulativos) como também os paraísos fiscais.

Sarkozy em entrevistas identificou a China como o principal obstáculo para um acordo sobre a regulação financeira, porque Pequim não aceita uma lista negra desses centros financeiros de zonas cinzentas. Haverá um acordo para quebrar o segredo nos paraísos, mas não sobre como puni-los, conforme fontes em Londres.

Sem mencionar a China, o presidente Lula foi incisivo: "É preciso controle dos paraísos fiscais, que terminam por esconder o crime organizado, narcotráfico, lavagem de dinheiro".

"Vocês percebem que será uma reunião entre amigos, mas difícil e nem todos os amigos estão pensando igual neste momento. Estão pensando só em seu país. Mas temos também a responsabilidade de pensar na sociedade global", disse Lula, sem apontar países.

Enquanto está firme com a França sobre a regulação bancária, o Brasil admite que medidas de estímulo para a economia global serão tímidas em relação ao que esperava justamente com os EUA.

A expectativa brasileira é de que o G-20 tome decisão que dê um alento às pessoas de que o consumo será retomado e o emprego recuperado. Embora sempre cobrando dos EUA, Lula observou que sua preocupação é, sobretudo, achar solução.

"Se encontrei um cidadão moribundo, baleado, não vou ficar perguntando quem deu o tiro e onde está a bala, mas levar a vítima ao hospital para salvá-la. A economia mundial está moribunda, e sabemos porque está assim."

"Todo mundo já sabe o que tem de ser feito. Não existe mais segredo. É apenas assumir as responsabilidades. Vamos ter de restabelecer o crédito no mundo e somente com isso vamos restabelecer a confiança dos consumidores para fazer girar outra vez a economia. Na parte econômica, certamente nossos técnicos saberão resolver. Mas é preciso que nós apontemos o rumo das decisões políticas".

"Espero que a gente não tenha medo de tomar decisões. O medo é que causou a crise, pois houve medo de agir em setembro de 2007."

Para o presidente, é a primeira vez que "sentamos em igualdade de condições". Para o chanceler Celso Amorim, o G-8, que era centro decisório da economia mundial, "não mais vai ter condições de ter diálogo sobre nenhum tema relevante no mundo" sem a presença dos emergentes como Brasil.

'A voz de Doha' – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009

A presidente chilena, Michelle Bachelet, disse que a "voz surgida" na 2ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes (Aspa) será ouvida na reunião do G-20. "A voz que surgiu hoje terá força suficiente para estar presente no G20", disse Bachelet durante a entrevista coletiva que encerrou a reunião em Doha, com a participação de representantes de 34 países árabes e sul-americanos. A presidente, que não participa da reunião em Londres, falou da importância do multilateralismo.

**EUA são alvo de críticas, mas Obama tem dia de estrela** – Jennifer Loven – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009

Ele falou de ameaças nucleares com o presidente russo e deu um iPod para a rainha.

E isso foi só o começo. Em sua estreia no palco internacional, o presidente americano, Barack Obama, deu o início ontem a novas negociações sobre controle de armamento nuclear, renovou os laços com a China e amenizou os temores em relação à economia americana - sempre com um ar descontraído e distribuindo sorrisos.

O novo presidente dos EUA, que está em Londres para a cúpula do G-20 hoje, teve uma agenda carregada ontem, que começou cedinho e se alongou até a noite.

A reunião com o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, foi o primeiro encontro dos dois. Ambos procuraram dar à conversa um caráter de virada nas relações entre seus países, profundamente afetadas nos últimos anos por desacordos sobre a invasão do Iraque, sobre os planos do governo Bush de construir um escudo anti-mísseis no Leste Europeu, a expansão da Otan a uma região que Moscou considera sua esfera de influência. Os dois países também se estranharam por causa da guerra lançada pela Rússia contra a Geórgia.

"Acreditamos que chegou a hora de reiniciar nossas relações, como já foi dito, e abrir uma nova página", disse Medvedev ao lado de Obama. Os dois anunciaram novas conversações sobre controle de armas com o objetivo de fecharem um acordo para reduzir os arsenais nucleares em ambos os países. Obama também anunciou que visitará Moscou em julho.

Segundo o presidente, um futuro acordo tangível entre EUA e Rússia representarão um bom jeito de começar a costurar acordos em áreas mais difíceis como Irã, Coreia do Norte e Afeganistão.

Obama também teve uma reunião com o presidente da China, Hu Jintao. A Casa Branca disse que ele também fará uma visita ao país no segundo semestre.

Os dois anunciaram um novo mecanismo de diálogo entre sino-americano cuja intensão é ampliar as discussões bilaterais e dar a elas um novo fôlego. O encontro foi descrito por alguns como o G-2. Foi a primeira vez que os dois se falaram pessoalmente.

Hu Jintao reiterou o compromisso chinês com o controle macroeconômico e com o aumento da demanda doméstica, segundo a Casa Branca. Os dois concordaram em trabalhar em conjunto na recuperação do crescimento econômico, no fortalecimento do sistema financeiro e na criação de um grupo de "diálogo estratégico e econômico" que se reunirá pela primeira vez no fim deste ano.

Mas o encontro pode também ter dado a dimensão do papel chinês atualmente e sua influência da reunião do G-20. Embora o "G-2" esteja meio contra mão das relações diplomáticas e financeiras cada vez mais multilaterais, sua menção reflete uma realidade dos debates globais: pouco pode acontecer sem que EUA e China estejam de acordo.

Durante um compromisso bem mais leve, Obama deu à rainha Elizabeth II um iPod durante sua visita ao Palácio de Buckingham.

No centro de Londres, o clima era de confronto entre policiais e manifestantes, que protestavam contra a cúpula. Obama admitiu os erros dos EUA na crise mas defendeu a liderança americana e seu modelo econômico.

#### **Grupo deve aprovar US\$ 1,15 tri para emergentes** – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009

O G-20 aprovará hoje um pacote de recursos de US\$ 1,150 trilhão para restabelecer o fluxo de créditos para os países emergentes e em desenvolvimento, duramente afetados pela crise global, revelou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Os líderes reunidos hoje em Londres deverão concordar em aumentar substancialmente o volume de dinheiro do Fundo Monetário Internacional e outras instituições financeiras multilaterais, para socorrer esse grupo de países visando recapitalizar bancos, financiar exportações, rolagem de dívida, infraestrutura e apoio social.

O G-20 nota que os países emergentes e em desenvolvimento, que têm sido o motor do recente crescimento global, agora enfrentam choques que ameaçam sua estabilidade e se propagam sobre a economia internacional, o que torna imperativo que o fluxo de crédito para eles seja reativado.

"Estamos falando de mais de US\$ 1 trilhão, não é pouca coisa", afirmou Mantega. Segundo o ministro, o FMI terá mais recursos de US\$ 250 bilhões para uma linha de

crédito ampliada (New Arrangement Borrow). Outros US\$ 250 bilhões virão com emissão de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda do Fundo, uma alocação que pode dar uma infusão imediata aos países emergentes e tranquilizar os mercados sobre sua capacidade de crédito.

Mantega disse que também países estão emprestando bilateralmente para o FMI. O Japão concordou em fornecer US\$ 100 bilhões, a União Europeia outros US\$ 100 bilhões e a Noruega US\$ 40 bilhões, pelo momento.

O pacote será complementado através do Banco Mundial, com recursos próximos de US\$ 200 bilhões para reativar o comércio. Fontes de diferentes países, porém, confirmam que o montante deve ficar mesmo próximo dos US\$ 250 bilhões, dividido em três partes, incluindo um fundo de liquidez e recursos das agências de crédito a exportação dos países ricos.

Os países mais pobres também receberão ajuda, por um pacote de proteção social, investimentos em segurança alimentar e também através do Vulnerability Financing Network, do Banco Mundial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que o Brasil considera contribuir para a campanha do FMI para assistir os países atingidos pela crise, para reativar a economia global. Mas disse que isso deve ser feito de maneira a não reduzir as reservas internacionais do país.

"O Brasil está disposto a participar, mas temos que ver a melhor maneira e adaptar a novas regras do jogo", acrescentou Mantega. "Não podemos trabalhar com as velhas regras, o Brasil quer ser protagonista, e o dinheiro tem que ser alocado preferencialmente para os países emergentes". A participação pode vir através de capitalização convencional do FMI, que é a preferência dos EUA, ou pelos Direitos Especiais de Saque (DES), a preferência brasileira. Ou ainda em bônus, como os japoneses estão fazendo.

O ministro Celso Amorim ressaltou que o montante de mais de US\$ 1 trilhão "são recursos novos para combater a crise globalmente, mas estavam em colchetes (no comunicado final)".

O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, moderou expectativas sobre os resultados do G-20, hoje, dizendo que há muitas questões envolvendo a redistribuição de poder e que não podem ser resolvidas rapidamente.

Os crédito dos bancos estrangeiros aos emergentes e em desenvolvimento alcança atualmente cerca de US\$ 4 trilhões. O Instituto de Finanças Internacionais (IFI), entidade dos bancos, estima que somente uma pequena fração tem risco. Apesar disso, sua previsão mais recente era de que os empréstimos bancários para essas economias declinarão para

cerca de US\$ 130 bilhões este ano, comparado a US\$ 400 bilhões em 2007 e US\$ 245 bilhões em 2008.

No meio do enfraquecimento dos grandes bancos internacional, enfrentando crescentes perdas, ativos ilíquidos e deterioração das carteiras de empréstimos, restaram assim as organizações multilaterais para socorrer os emergentes.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Khan, tem alertado sobre o risco de revoltas sociais em vários países mais afetados pela recessão, e conta como certo que mais nações vão buscar ajuda do Fundo. **(AM)**

#### **Metas para emissões – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009**

O presidente do México, Felipe Calderón, defendeu ontem que países em desenvolvimento precisam adotar metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

#### **Consensos e valores – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião- 03/04/2009**

**LONDRES** - Se desse para acreditar em governantes, o resumo da Cúpula de Londres seria simples: sai o Consenso de Washington, entram os "valores e princípios". Explico: quem decretou o fim do Consenso de Washington, a partir da reunião do G20, formado pelas maiores economias do planeta, foi Gordon Brown, o primeiro-ministro britânico.

Quem entronizou "valores e princípios" foi a própria declaração final da cúpula, nos seguintes termos: "Concordamos em que é desejável um novo consenso global sobre valores e princípios-chave que promoverão atividade econômica sustentável". Bonito, não? Ainda mais que os chefes de governo assinam a promessa de uma saída "verde" para a crise, ou seja, usar os impressionantes fundos anunciados desde o início do problema para "fazer a transição rumo a tecnologias e infraestrutura de baixo uso de gás carbônico, limpas, inovadoras e eficientes no uso de recursos [naturais]". Eu até topo, mas vamos combinar o seguinte: o texto de ontem, assim como o anterior, da cúpula de Washington, em novembro, afirma, com todas as letras, que "a única base segura para uma globalização sustentável e crescente prosperidade para todos é uma economia aberta baseada em princípios de mercado, regulação efetiva e instituições globais fortes". Não parece o último prego no caixão do Consenso de Washington, ainda que combalido faz tempo.

Nem parece combinar com a pregação que o presidente Lula fez em Santiago do Chile em favor de um "Estado forte". Bem feitas as contas, o resultado mais provável da cúpula é o que esta **Folha** já antecipara



na segunda-feira: sai o G8, entra o G20. Já está até convocada nova cúpula do grupo "antes do final do ano". Aí, sim, se verá que "valores e princípios" predominarão.

**G20: para além da reunião de Londres** – Luiz Carlos Mendonça de Barros – Valor Econômico – Dinheiro – 03/04/2009

O ENCONTRO do G20 em Londres é um evento de extraordinária importância para o enfrentamento da crise econômica que vivemos. Não por outra razão ele tem concentrado a atenção da imprensa mundial e dos mercados financeiros. Embora até as pedras saibam que, em encontros como esse, as decisões já foram tomadas nos níveis técnicos, o resultado final animou a todos.

Mas o fato mais importante por ele criado me parece ser a sinalização de que entramos em um período de grandes mudanças. A afirmação do presidente Obama de que o mundo não deve contar mais com o excesso de consumo nos Estados Unidos para crescer é um divisor de águas. Essa foi a principal fonte de crescimento na última década e, a partir dela, é que as economias mais importantes do planeta se organizaram. A declaração do presidente americano evidencia a necessidade de uma revisão profunda das regras atuais.

A partir da revolução tecnológica e da globalização desde os anos 90, foi a demanda do consumidor americano que permitiu a construção de um sistema produtivo integrado e espalhado por várias regiões do planeta. O crescimento do comércio mundial foi o resultado mais claro dessa dinâmica. Hoje está claro o desenho que as forças racionais de mercado criaram para responder a esse apetite voraz da maior economia do mundo.

De um lado, países como a China, que operavam uma estrutura industrial de baixo custo voltada para a exportação; de outro, economias que forneciam matérias-primas brutas ou componentes industriais mais sofisticados para esses verdadeiros "hubs" industriais. No primeiro grupo, o Brasil é um dos mais importantes exemplos; no segundo, temos as economias asiáticas, tais como Coreia do Sul e Taiwan.

Fechavam essa cadeia os países produtores de máquinas e equipamentos, como Alemanha e Japão. Esse sistema de produção e consumo viabilizava-se do ponto de vista financeiro via um fluxo de recursos para financiar os desequilíbrios da conta corrente americana e de outros países menores. Os recursos vinham principalmente dos países exportadores de petróleo e de outros com grandes saldos em conta corrente, como a Alemanha, o Japão e, nos últimos anos, a China. O próprio Brasil fazia parte desse grupo de banqueiros do consumo em razão do acúmulo de reservas externas no Banco Central.

Pois o presidente Obama disse com todas as letras que esse mundo acabou. Os Estados Unidos -governo e setor privado- vão ter que recriar o hábito da poupança e da

redução de seus gastos correntes. A dívida pública americana vai chegar a um nível tal que os gastos com juros no futuro próximo vão obrigar a um esforço fiscal de grandes proporções. A contrapartida desse movimento será uma economia mundial com crescimento medíocre por algum tempo, talvez alguns anos.

Somente o crescimento da demanda interna nos países superavitários pode gerar mais dinamismo ao mundo. É nesse contexto que os países emergentes aparecem com destaque, ora reconhecido no âmbito do G20. Essas economias já atingiram dimensão suficiente para ter peso sistêmico, e daqui para a frente o sistema monetário internacional não poderá deixar de lado esse fato.

Está dado que eles serão líderes no processo de reconfiguração da economia mundial nos próximos anos. No que se refere ao Brasil, é preciso considerar estrategicamente as imensas oportunidades que tal dinâmica oferece.

**LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS**, 66, engenheiro e economista, é economista-chefe da Quest Investimentos. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo Fernando Henrique Cardoso).

**Consenso de Washington acabou, diz Brown** – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/04/2009

Premiê britânico, anfitrião do G20, vê "começo" de virada" na crise e puxa coro de elogios de líderes ao resultado do encontro

Obama cita "a mais firme e rápida resposta internacional da história a uma crise internacional", e assessores veem tensões superadas

Anfitrião do encontro mais importante até agora para tentar resolver a pior crise econômica em décadas, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, decretou ontem o fim do Consenso de Washington, enquanto os principais líderes mundiais eram unânimes em anunciar que a cúpula de Londres do G20 era o "começo da virada". "O velho Consenso de Washington acabou. Hoje, chegamos a um novo consenso, de que tomamos ação global conjunta para lidar com os problemas que enfrentamos", disse Brown, sobre o receituário liberal hegemônico na América Latina na década de 1990. Agora, afirma o primeiro-ministro trabalhista, tem início a era da cooperação. Uma das principais preocupações dos líderes mundiais era justamente que o encontro fosse considerado um sucesso -ele ao menos ajudou a turbinar os principais mercados acionários ontem- e por isso um se esforçava mais que o outro para destacar o caráter "histórico" da reunião.

Por trás dos sorrisos na frente das câmeras, nos bastidores a reunião foi "tensa" até os

últimos minutos, como revelavam integrantes das comitivas e até alguns dos líderes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou uma discussão entre Brown e o presidente francês, Nicolas Sarkozy, e fontes norte-americanas tentavam dizer que o presidente Barack Obama foi "fundamental" para o final feliz. Em sua estreia no palco mundial de uma grande reunião multilateral, Obama afirmou que a cúpula era "a hora da virada em nossa busca pela recuperação global", com "a mais firme e rápida resposta internacional da história a uma crise internacional". Já o francês Sarkozy deixou de lado as ameaças pré-reunião, quando chegou a dizer que podia abandonar o encontro se não gostasse do seu encaminhamento, e tratou de reivindicar parte da responsabilidade pelo desfecho. Defendeu a pressão que fez ao lado da Alemanha por mais regulação e chegou até a trazer à tona a comparação com Bretton Woods (o encontro em 1944 que definiu as instituições da economia internacional pelas décadas subsequentes), que tinha praticamente desaparecido desde o primeiro encontro do G20 sobre a crise, em novembro passado. Afirmando que era a maior reforma do sistema desde então, falou que acabou "a loucura da desregulação total".

Lula também tirou sua casquinha e afirmou: "Fizemos um momento muito importante na história do mundo". Nas semanas que antecederam a cúpula, líderes de todo o planeta demonstravam apreensão sobre qual seria a recepção dos mercados e do público para o que quer que fosse anunciado ao final da reunião. Questionado por repórteres, na semana que antecedeu o encontro, sobre o que seria fundamental para que fosse um "sucesso", Brown foi sincero: "Que vocês digam que foi um sucesso".

#### **Erros, mentiras e omissões do G20** – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/04/2009

A REUNIÃO do G20 poderia ter sido um fracasso, mas não foi um sucesso. As mentiras foram várias, algumas vergonhosas, e houve omissões sem vergonha. Não há pacote de US\$ 1,1 trilhão. Não houve, talvez nem pudesse haver por lá, ideia prática a respeito do que fazer da podridão bancária. Não houve acordo nem sobre como deverá ser discutido o problema de bancos que criam crises e quebram de modo transnacional, mas são mal e mal fiscalizadas e socorridas por governos nacionais, como hoje.

Para piorar, a ironia da história fez coincidir o discurso do G20 sobre "maior transparência" de balanços bancários com uma decisão americana de permitir que seus bancos possam maquiar balanços, dando preços de fantasia para papéis que deveriam ser "marcados a mercado" (em tese, o preço na praça). De positivo, afora o clima político não ter desandado, como se previa, saiu algum dinheiro para socorrer países falidos ou contagiados, como os do Leste Europeu, que ameaçam levar

bancos europeus à breca. Houve um acordo para criar uma entidade parecida com aquela que faz alertas de tsunamis pelo mundo, mas agora dedicada a avisar que o caldo financeiro vai entornar -o Conselho de Estabilidade Financeira (CEF), composto pelo G20 e convidados, que trabalharia com o FMI. O CEF, porém, nem arranha a soberania regulatória de país algum. Houve um compromisso de vigiar e/ou regular "hedge funds" e derivativos de balcão. Como fazê-lo sem regra ou acordo internacional? E os parlamentos nacionais, sob o lobby da finança, vão aprovar tais coisas? Prometeram punir paraísos fiscais que não abrirem as contas de bancos e clientes picaretas ("A era do segredo bancário acabou"). Vão acabar com a Suíça? Disseram ainda que vão regular as agências que dão notas para a qualidade de crédito (como S&P, Moody's e Fitch), cúmplices da mentira de que o papelório ora podre era quase à prova de calote. Não adianta nada, se não houver punição para essas agências. Há confusão geral sobre como se chegou ao "US\$ 1,1 trilhão". Há certeza sobre o fato de que não há US\$ 1,1 trilhão. Houve um acordo para que os países coloquem até mais US\$ 500 bilhões no FMI. Parte desse dinheiro já havia sido ofertada pelo Japão no ano passado e, para piorar, o programa começa com US\$ 250 bilhões. Os EUA devem bancar parte relevante do dinheiro novo -não se sabe quanto. Ademais, o FMI vai poder "imprimir" US\$ 250 bilhões de sua "moeda" (equivalente a uma cesta de dólares, euros, libras, ienes) Houve acordo para colocar mais US\$ 100 bilhões em instituições financeiras multilaterais, tais como o Banco Mundial e seus equivalentes continentais, como o BID, da América, que emprestam a países pobres. O braço financeiro do Banco Mundial (IFC) deve oferecer, diz um dos anexos do "communiqué" do G20, US\$ 50 bilhões para financiar o comércio mundial (empréstimos que pagam antecipadamente a produção e/ou venda de exportações). Isso nos próximos três anos e com "significativo apoio do setor privado". Por ora, os países arrumaram apenas de "US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões". Os US\$ 250 bilhões do comércio são puro "wishful thinking".

**Bretton Woods, o G-20 e a reforma do sistema monetário internacional** – José Gilberto Scandiucci – Valor Econômico – Opinião – 03/04/2009

O momento atual, como em 1933, não se caracteriza pela presença de um poder hegemônico claramente definido

"Devemos atribuir grande importância à simultaneidade dos movimentos de aumento dos gastos. A pressão sobre o balanço exterior, que cada país receia ser o resultado do aumento de seus próprios gastos, será anulada se os outros países estiverem adotando a mesma política ao mesmo tempo. A ação isolada pode ser imprudente. A ação geral não traz qualquer perigo... a função desta Conferência, a meu ver, é formular algum tipo de ação conjunta que possa aliviar as ansiedades dos bancos centrais e amenizar a tensão sobre

suas reservas... Não podemos, pela ação internacional, fazer os cavalos beberem. Esta é sua função doméstica. Mas podemos fornecer-lhes água".

A passagem acima pareceria extraída de recente pronunciamento de algum chefe de Estado, ou de um artigo de Paul Krugman, ou ainda de especialista do Banco Mundial. Nada disso: foi publicada há 76 anos, em março de 1933, pelo jornal britânico "The Times". Seu autor era o já célebre economista John Maynard Keynes, que fazia alusão à Conferência Econômica Mundial, a se realizar em Londres, em junho-julho daquele ano, para debater a grave crise econômica que então ameaçava a ordem capitalista.

Ontem, também em Londres, os líderes das 20 maiores economias do planeta discutiram propostas para buscar superar as imensas dificuldades financeiras da atualidade. É a maior crise desde a da década de 30 do século passado.

Analistas têm comparado as recentes cúpulas do G-20 com as reuniões que culminaram nos acordos de Bretton Woods (EUA), em 1944, quando foram lançadas as bases do sistema monetário internacional que sustentaria o maior ciclo de crescimento econômico da história do capitalismo. Conseguirão os líderes do G-20 - perguntam alguns - encontrar soluções tão engenhosas e criativas como as de Bretton Woods?

Já se disse que, em história, as analogias mais empobrecem que enriquecem os espíritos. Contudo, se o objetivo é encontrar, no passado, ocasião em que as circunstâncias fossem semelhantes às atuais, seria mais revelador mirar na Conferência de 1933 do que em Bretton Woods - como recentemente sublinhou nosso representante no FMI, Paulo Nogueira Batista Jr.

As condições políticas e econômicas com que deparava o sistema internacional durante as negociações de Bretton Woods mostram-se radicalmente diferentes das do momento contemporâneo. Para começar, as maiores potências do mundo encontravam-se em guerra: os negociadores britânicos e franceses, por exemplo, enfrentavam dificuldades para atravessar o Atlântico com segurança. Naturalmente, os países do Eixo foram aliados do processo negociador.

A guerra, somada à década da Grande Depressão que lhe antecedeu, havia semeado toda sorte imaginável de protecionismo e regionalismo: acordos bilaterais de comércio, quotas de importação, controles de capitais, restrições à conversibilidade, sistemas regionais de compensação cambial. O sistema monetário internacional não estava em crise: simplesmente não havia qualquer sistema. O padrão ouro, após tremendos solavancos nos anos 30, só continuava a ditar a regra em alguns poucos países; a maioria das moedas - incluindo a libra esterlina, regente do sistema monetário internacional entre 1870 e 1914 - era inconvertível fora dos domínios coloniais.

Por outro lado, a hegemonia dos Estados Unidos - nos setores industrial, tecnológico, financeiro e militar - era incontestável no mundo capitalista. Situados fora dos territórios destruídos pela guerra e com tardia participação militar, os EUA mais se beneficiaram do que perderam com os conflitos. O presidente Franklin Delano Roosevelt enfrentava com tranquilidade o processo eleitoral marcado para novembro de 1944, no qual seria eleito pela quarta vez consecutiva. O apoio americano tornava-se, portanto, necessário e suficiente para qualquer ação internacional.

Confrontados com esse cenário, os negociadores de Bretton Woods podiam começar algo realmente novo. Enquanto os líderes políticos estavam evidentemente mais preocupados com os conflitos bélicos, um grupo de economistas e técnicos - que vinham trocando documentos desde 1941 - puderam, com relativa autonomia, montar os alicerces do novo sistema internacional, baseados na reciclagem da liquidez internacional e na preservação das paridades cambiais, ainda que sacrificando a livre mobilidade de capitais.

Bem diversa fora a situação em 1933, ano da Conferência Econômica de Londres. A Depressão atingia o seu momento mais grave, mas não havia consenso sobre as medidas a serem tomadas. As autoridades econômicas, embora tivessem, em sua maioria, abandonado a conversibilidade ouro dos ativos monetários, relutavam em partir para medidas protecionistas mais duras. A maioria das vozes clamava pelo retorno do sistema monetário internacional baseado no metal, o que confundia os espíritos.

A Grã-Bretanha, que antes regulava (moral e materialmente) as finanças internacionais, enfrentava sérias dificuldades para manter a conversibilidade da libra esterlina e amargava profunda recessão desde os anos 20. Os Estados Unidos, mais bem posicionados para exercer a liderança do sistema, não demonstravam, pelo perfil introspectivo de seus congressistas, disposição para assumir o papel internacional de estabilizador sistêmico. Roosevelt acabava de ser eleito pela primeira vez e não compareceu à Conferência de Londres, justamente por temer que a coordenação internacional colocasse por terra seus desígnios de reativação econômica. Era a clássica situação de "crise de transição hegemônica".

Nesse ambiente titubeante, a Conferência terminou em fracasso e a Depressão grassou pelos quatro cantos do planeta.

O momento atual, como em 1933, não se caracteriza pela presença de um poder hegemônico claramente definido, com liderança inquestionável (salvo se confirmadas as expectativas mais otimistas com relação ao presidente Obama). A crise apresenta-se como fenômeno demasiado novo para criar consensos. Para piorar, ainda não foram desbaratados os fetiches do modelo anterior, baseados na liberalização financeira.

Mas a analogia deveria terminar aqui. Dispomos, hoje, de ferramentas de administração macroeconômica muito mais modernas do que as da década de 30. Sabemos

a nocividade oriunda da falta de disposição em cooperar. E os países em desenvolvimento, que podem oferecer novos enfoques para o debate, conquistaram seu espaço na mesa.

Contamos, portanto, com várias circunstâncias para evitar que 2009 repita 1933.

**José Gilberto Scandiucci Filho é diplomata e doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp.**

**Sorrisos em Londres** – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 05/04/2009

Encerrada com promessa de mudanças, cúpula do G20 acentua papel positivo do Brasil e de Lula no quadro mundial

D EPRESSÃO e euforia, segundo uma observação corrente, costumam alternar-se na mentalidade dos brasileiros. O ciclo das expectativas e das frustrações parece agora ter deixado de ser exclusividade nacional para se disseminar globalmente. Ao menos é o que se pode depreender do clima entre as lideranças das principais economias do mundo, uma vez encerrada a reunião do G20 em Londres, na última quinta-feira.

Não que tenham mudado, por certo, as avaliações pessimistas quanto ao comportamento futuro da economia mundial. O acordo obtido, relativamente amplo, fez, entretanto, com que o G20 terminasse em fogos de artifício e sons de fanfarra oficial.

"É o fim do Consenso de Washington", celebrou o primeiro-ministro Gordon Brown, anfitrião do encontro.

Com menor respaldo na realidade, o documento oficial do G20 anunciou também "o fim da era do segredo bancário", o início da "transição para uma economia verde" e a inauguração de um sistema em que economias emergentes e pobres terão mais peso nas decisões mundiais.

É sempre saudável, em meio a tantos festejos, guardar um espírito de ceticismo. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, a própria retórica termina exercendo um papel real.

Discursos antes impensáveis se legitimam, novos consensos se criam e, ainda que toda mudança histórica possa acabar sendo menos profunda do que se imaginava, a perspectiva de que nada jamais se altera é tão irrealista quanto a de que tudo pode ser mudado da noite para o dia.

Desse mesmo ponto de vista, é sem negativismo, e também sem euforia exagerada, que se deve encarar o sucesso da participação brasileira -e da figura do presidente Lula em particular- no encontro do G20.

Lula foi reconhecido, mais uma vez, como uma liderança carismática no cenário internacional. Tem, ademais, exercido um papel moderador nesse contexto, que contrasta com a provocação populista e o dogmatismo dos adversários mais estridentes da ordem global.

Seu prestígio decorre, contudo, não apenas de sua personalidade flexível e pragmática, mas sobretudo do papel que o Brasil passou a exercer entre as maiores economias, e as maiores democracias, do mundo.

O Brasil é um dos principais credores dos Estados Unidos, representa algum contrapeso ao poder crescente da China e, juntamente com as outras nações emergentes, tem hoje participação ponderável na recuperação da economia mundial. Ao mesmo tempo, o predomínio econômico dos Estados Unidos no quadro mundial passa por um episódio de declínio.

O documento do G20 e as comemorações oficiais que o cercam refletem essa realidade. Exageros retóricos à parte, o curso do mundo vai mudando devagar -e o Brasil encontra um novo lugar nessa transição.

**Com apoio do G20, FMI torna-se crucial no combate à crise – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/04/2009**

Grupo dos países mais ricos decide triplicar o volume de empréstimos disponíveis do Fundo, para US\$ 750 bilhões

Instituição, que há um ano lutava por relevância, agora comanda importante parte do esforço anticrise e vira "dinossauro modernizado"

Uma das principais decisões do G20 foi a de triplicar o valor disponível para empréstimos do Fundo Monetário Internacional, dos atuais US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões. Se ainda não está claro de onde virá a dinheirama, que equivale à metade do PIB do Brasil, nem de que forma ela será utilizada, é certo que a reunião de Londres recolocou o FMI no centro do cenário econômico global. A decisão teve reações divididas entre os analistas e tomou de surpresa até o diretor-gerente do Fundo, Dominique Strauss-Kahn, que após o comunicado deixou escapar um entusiasmo: "O FMI está de volta. Hoje você teve a prova". No cargo desde o fim de 2007, o francês assumiu o comando de uma instituição anacrônica, que lutava para ser relevante num mundo que prescindia de seus empréstimos.



No final de 2007 e começo de 2008, sem dinheiro nem prestígio, o Fundo cortou despesas e levou adiante um programa de demissões e aposentadorias voluntárias, o que não acontecia desde a sua criação, em 1945. Cogitou vender parte de seu acervo para não fechar no vermelho. Tudo mudou a partir de setembro, quando o mercado financeiro norte-americano começou a derreter e com ele levou o resto do mundo. Desde então, países da chamada periferia europeia, como Hungria, Sérvia, Ucrânia e Látvia, bateram às portas do FMI, que se viu às voltas com um novo problema: risco de faltar capital para atender a todos os interessados. A julgar pela disposição de 20 das economias mais ricas do planeta, pelo menos esse problema acabou.

### **Nenhum**

### **demitido**

Mas outra volta à tona. O Fundo bilionário pós-G20 é o mesmo que vinha sendo espeznado nos últimos anos pela arrogância com que aplicou seu receituário em troca de empréstimos para a América Latina e a Ásia nos anos 90 e na virada do século atual e pelos resultados muitas vezes problemáticos obtidos pelos que seguiram a cartilha à risca. "Nenhuma pessoa jamais foi demitida do FMI por erros cometidos nessa época", disse à **Folha** Mark Weisbrot, co-diretor do instituto progressista Center for Economic and Policy Research, de Washington. "Aliás, que eu saiba, ninguém na história do Fundo jamais foi demitido por incompetência. O FMI mudou, como o mundo mudou, mas a filosofia é basicamente a mesma."

Nem todos concordam com a tese. Para Paulo Nogueira Batista Jr., diretor-executivo que representa um grupo de nove países no FMI, entre eles o Brasil, "a crise foi tão violenta que colocou o dinossauro no centro do palco de novo". Mas no meio do caminho, diz ele, o dinossauro se modernizou.

No cargo há dois anos, o brasileiro cita como exemplo a recém-criada Linha de Crédito Flexível. Anunciada duas semanas atrás, empresta dinheiro sem monitoramento, sem a famigerada carta de intenção nem critérios de desempenho, e já tem um candidato. É o México, que deve tomar o que será o maior empréstimo da história do FMI, algo entre US\$ 45 bilhões e US\$ 50 bilhões. "A gravidade da crise fez com que o processo de transformação acontecesse muito rápido", diz Nogueira Batista, citando que uma linha de crédito nesses moldes seria inconcebível há meros seis meses. Outros veem uma volta por cima. É o caso de Simon Johnson, ex-economista-chefe do FMI, hoje no Peterson Institute for International Economics, de Washington. "Um ano atrás, esses mesmos países [do G20] estavam forçando o Fundo a passar por uma série muito danosa de cortes de orçamento", disse. "Agora, o FMI está sendo chamado a vir para o resgate. Acho que o lema do dia é "Ops, desculpe. Por favor, volte e ajude os países com imensas quantidades de dinheiro"." Ou, nas palavras do diretor-gerente da instituição, Strauss-Kahn, ao fim da reunião de Londres: "Se você olhar para a governança da globalização, se você olhar para os meios para lidar com a crise, em cada estágio do que o G20 está trabalhando, você vai encontrar o FMI". Se isso é um bom sinal, os próximos meses dirão.

**G20 marca o fim da hegemonia dos EUA e o início de uma era de maior regulação –**  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/04/2009

## DA BLOOMBERG

Os dirigentes mundiais deram os maiores passos rumo a uma nova ordem mundial menos ditada pelos Estados Unidos, dotada de um setor financeiro mais regulamentado e um maior papel para as instituições internacionais e os mercados emergentes. No final da reunião de Londres, as autoridades do G20 produziram um plano de regulação que, segundo o presidente da França, Nicholas Sarkozy, virou a página do modelo anglo-saxônico de livre mercado, ao instaurar limites mais rígidos aos fundos de hedge (altamente especulativos) e outras empresas de finanças. Os líderes também prometeram triplicar os recursos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e dar mais voz à China e outras economias em desenvolvimento. "É o fim de uma era", disse Robert Hormats, vice-presidente do conselho administrativo do Goldman Sachs International, que ajudou a preparar reuniões de cúpula para os presidentes dos EUA Gerald Ford, Jimmy Carter e Ronald Reagan. "Os EUA estão perdendo domínio, enquanto outros países estão ganhando influência." O presidente dos EUA, Barack Obama, assinou um comunicado do G20 que, segundo o Nobel de economia Joseph Stiglitz, repudiava a investida anterior dos norte-americanos rumo ao livre capitalismo, frente às amarras impostas pelos governos. "Este é um momento histórico em que o mundo se reúne e diz que "estávamos errados em defender a desregulamentação", afirmou. Ao ceder a esse ponto de vista, os dirigentes se permitiram afirmar que "falhas relevantes" de regulação tinham sido as "causas fundamentais" da crise do mercado que tentavam enfrentar. Para corrigir os erros e tentar evitar uma reedição da crise, eles prometeram impor restrições mais severas aos fundos de hedge, às agências de classificação de crédito, às operações de alto risco e à remuneração dos executivos. "Países que defendiam a desregulamentação a qualquer custo estão reconhecendo que é necessário ter maior presença do Estado para que essa crise nunca mais se repita", disse a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. A reunião de cúpula se realizou em meio a especulações de que a recessão mundial pode estar esmorecendo. No entanto, relatório divulgado anteontem mostrou que o desemprego dos EUA alcançou seu maior patamar em 25 anos.

**Krugman & Stiglitz contra Tim Gheitner** – Argemiro Ferreira – Carta Maior – 06/04/2009

Um veterano colunista do [i]Washington Post[/i], E. J. Dionne Jr, ajuda a entender os rumos e as disputas do governo Obama. Foi didático e oportuno, há dias, ao expor os dois lados desse confronto: o de Tim Gheitner, secretário do Tesouro, com larga experiência em Wall Street; e o dos ganhadores do Nobel de economia Paul Krugman, colunista do [i>New York Times[/i], e Joseph Stiglitz, professor de Columbia e ex-economista-chefe do FMI. A análise é de Argemiro Ferreira.

Parece bem claro a esta altura que o desafio maior à agenda econômica do presidente Obama não parte do conservadorismo republicano, que se entrega ao ridículo de identificar uma marcha do governo rumo ao regime comunista de estilo soviético. O desafio de fato relevante vem dos próprios aliados de Obama, entre eles economistas implacáveis antes na crítica à lambança de Bush.

Um veterano colunista do *Washington Post*, E. J. Dionne Jr, ajuda a entender o quadro. Foi didático e oportuno, há dias, ao expor os dois lados desse confronto: o de Tim Gheitner, secretário do Tesouro, com larga experiência em Wall Street; e o dos ganhadores do Nobel de economia Paul Krugman, colunista do *New York Times*, e Joseph Stiglitz, professor de Columbia e ex-economista-chefe do FMI.

Tento passar a análise dele ao leitor. O grande mistério da agenda do governo, para Dionne, é se o casamento simbólico da ousadia com a cautela será uma receita realmente maravilhosa, com as coisas em seus lugares perfeitos, ou se no final vai se revelar um produto comparável àqueles da imaginação do cartunista Rube Goldberg, que criava aparelhos e máquinas complicadíssimos para propósitos insólitos e incertos.

### **As contradições, ponto por ponto...**

Os propósitos fiscais e orçamentários de Obama, diz Dionne, são ousados. Seu compromisso firme de fazer este ano a reforma da assistência à saúde é digno e corajoso. Mas o plano de socorro aos bancos expõe reverência pelo sistema financeiro, temor de distúrbios adicionais num mercado já abalado e esperança devota de que a situação econômica não seja tão má como temem certos economistas (como Stiglitz e Krugman).

Agressivo frente à indústria automobilística, o governo assumiu o controle efetivo da GM, ao forçar a demissão do executivo-chefe Rick Wagoner. O ultimato à Chrysler foi para fundir-se com a Fiat ou morrer. Tudo no contexto da cautela em torno do propósito último do governo. Limites estritos foram impostos, sobre prazos e recursos disponíveis no socorro a empresas. Ficou claro o objetivo final de reconstruí-las para competir no mercado.

Autoridades tiveram medo de faltar apoio a tal enfoque duplo. Motivo: dava-se à indústria interna menos ajuda do que ela esperava - e a ação envolvia muito mais intervenção do que a maioria dos advogados do livre mercado pareciam capazes de digerir. As avaliações iniciais ficaram acima do esperado, sugerindo que a curto prazo o espetáculo da corda bamba do governo tinha funcionado.

Para Dionne, análises daquilo que Obama estaria pretendendo levam rapidamente a frases carregadas de contradições. Ele quer uma regulamentação mais rigorosa do mercado - a fim de salvá-lo. Acha que neste momento é necessário aumentar o tamanho do governo,

caso se queira voltar mais tarde a um sistema econômico menos restrito. Pode-se dizer que usa meios coletivistas para fins capitalistas.

### **...e a combinação de idéias opostas**

A análise de Dionne citou uma afirmação feita por Obama na quarta-feira, durante a entrevista coletiva (com Gordon Brown) em Londres: “Não podemos cair de novo nos debates estéreis e nas antigas divisões”. A alternativa para ele seria então uma combinação nova de idéias opostas. E o socorro aos bancos é a questão onde os desafios enfrentados por esse método aparecem mais dramaticamente.

O debate sobre o plano tem suas raízes em três desacordos. O mais importante é se os grandes bancos são solventes ou insolventes. Para Geithner, os ativos tóxicos nos portfólios deles estão temporariamente subvalorizados numa economia má. Ou seja, vão supostamente valer mais quando a economia melhorar - o que, por sua vez, significaria que os bancos, na verdade, não estão quebrados.

Krugman, que Dionne encara como o mais proeminente crítico de Geithner, julga os bancos insolventes. Acha que a economia vai melhorar mais lentamente do que imagina o secretário do Tesouro. Muitos dos ativos tóxicos, para ele, são apenas “lixo”. Além disso, Krugman considera inevitável a tomada temporária de alguns bancos pelo governo, o que fará a economia mover-se mais rapidamente.

Na visão de Geithner, a tomada do controle dos bancos será mais difícil do que acham os partidários da medida - e pode tornar a recuperação econômica mais lenta. Por isso ele prefere enfoque mais cauteloso: governo e investidores privados comprariam os ativos tóxicos antes de serem decididas medidas mais radicais.

### **Entre o coração e a cabeça**

Quanto aos outros dois desacordos, os críticos do plano do governo, em especial Stiglitz, acreditam que ele envolve subsídios oficiais para investidores privados - e que serão muito mais elevados, deixando os contribuintes muito mais expostos. E há ainda uma divergência de sensibilidade. Geithner simplesmente demonstra muito mais confiança do que Krugman no trabalho do sistema financeiro.

Krugman criticou o governo recentemente por se deixar fascinar pela “mística do mercado”. E ainda por sobrevalorizar as supostas competência e *know how* dos “feiticeiros” duvidosos de Wall Street, que adoram “tirar coelhos de cartolas” e já acumularam no arsenal mais “truques” e “mágicas” do mercado. Krugman parece ter tanta razão de temer a proximidade do governo com a visão de Wall Street como Stiglitz de se preocupar com os subsídios no plano oficial.

A questão central, se os bancos estão insolventes, é enlouquecedoramente difícil de resolver, diz Dionne. “Se Geithner estiver certo, ele nos levará à recuperação com menos perturbações. Se estiver errado, vai gastar uma montanha de dinheiro do contribuinte antes de, afinal, voltar-se para a solução de Krugman. Meu coração está com os críticos, ganhadores do Nobel. Mas minha cabeça espera que Geithner esteja fazendo a opção certa”.

É o enigma de Obama, segundo o veterano analista político (e não econômico) do *Post*: ousadia embrulhada na cautela com raízes na relação ambivalente com o status quo. É por isso, acredita ele, que Obama vai desafiar, um depois do outro, não apenas os seus adversários entricheirados mas também seus aliados naturais.

#### **O Brasil no G-20 - Paulo Guedes - O Globo – Opinião – 06/04/2009**

As declarações de Gordon Brown pouco antes de receber seus

convidados em Londres foram familiarmente grandiloquentes: “Pela primeira vez na História, as lideranças políticas dos maiores países se reúnem para controlar os ganhos dos executivos de instituições financeiras e combater os paraísos fiscais.” Logo o primeiro-ministro da maior, mais sofisticada e inovadora lavanderia fiscal do planeta, que anistia cleptocratas após breve temporada na ilha, culminando na falta de adaptação ao inóspito clima inglês.

É bastante construtivo o clima de cooperação entre os países, para afastar as ameaças de colapso financeiro, protecionismo comercial e desabamento da produção e do emprego, como ocorreu durante a Grande Depressão dos anos 30. O isolamento político e econômico fermentou o totalitarismo e o nacionalismo, deflagrando a II Guerra Mundial. Agora, os líderes do G-20 apostam em uma nova ordem, mobilizando US\$ 1,1 trilhão para combater a recessão global. Os recursos destinam-se à capitalização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais organismos multilaterais de crédito.

A Europa se beneficia imediatamente. Os países do Leste da Europa foram tragados pela onda de liquidez global, apostando na convergência para a zona do euro. Quase se afogaram na pia batismal dos ciclos econômicos, a exemplo da América Latina nos anos 80 e do Sudeste da Ásia nos anos 90, e serão agora resgatados por um FMI redivivo.

Mas persistem os maiores problemas. Os americanos manipulam os juros, e os chineses manipulam o câmbio. O formidável acúmulo de trilhões de dólares por bancos centrais em todo o mundo, com seu preço em queda livre, demonstrava o abuso de poder americano na emissão de moeda fiduciária, encharcando o mundo de liquidez. E denunciava a manipulação cambial que sempre foi um truque do Japão e é instrumento macroeconômico da China. Sustentam taxas de câmbio artificialmente depreciadas para estimular exportações e proteger a indústria local contra importações.

Com isso, roubam fatias do crescimento da demanda global e enfraquecem a dinâmica de geração de empregos de seus parceiros comerciais.

Quando o secretário do Tesouro Geithner denunciou a manipulação cambial chinesa, o primeiro-ministro Wen Jiabao “preocupou-se” com a rolagem da dívida americana e a estabilidade do dólar. A mensagem é clara: não se meta com meu câmbio que eu deixo você continuar gastando. E azar do resto do mundo. Essa cumplicidade está na origem da crise atual.

O Brasil saiu bem na foto. O presidente Lula é “o cara”, e agora podemos emprestar dinheiro ao FMI.

Mas é só isso que queremos? Caminhamos para o mundo multipolar com fortes moedas regionais.

Além de exigir a eliminação de subsídios à produção agrícola nos países desenvolvidos, completando a Rodada de Doha, o Brasil pode se tornar a âncora de uma integração regional, convergindo para a nova moeda latino-americana: o peso-real.

#### **A reunião de cúpula do G20 e as grandes ilusões – Boaventura Souza Santos – Sítio Eletrônico da Carta Maior – 07/04/2009**

A reunião de Bretton Woods, em 1944, durou mais de 20 dias e deu origem à arquitetura financeira dos últimos cinquenta anos. Já a reunião do G20 em Londres durou apenas um dia. O que se decidiu em Londres foi garantir ao capital financeiro continuar a agir como tem agido nos últimos trinta anos. Ou seja, acumular lucros fabulosos nas épocas de prosperidade e contar, nas épocas de crise, com a “generosidade” dos contribuintes, desempregados, pensionistas roubados, famílias sem casa, garantida pelo Estado do Seu Bem Estar. A análise é de Boaventura de Sousa Santos.

Tudo foi feito para que os cidadãos do mundo se sentissem aliviados e confortados com os resultados da Cúpula do G20 que acaba de se realizar em Londres. Os sorrisos e os abraços encheram os noticiários, o dinheiro jorrou para além do que estava previsto, não houve conflitos – do tipo dos que houve na Conferência de Londres de 1933, em igual tempo de crise, quando Roosevelt abandonou a reunião em protesto contra os banqueiros – e, como se não houvesse melhor indicador de êxito, os índices das bolsas de valores, a começar por Wall Street, dispararam em estado de euforia. Além de tudo, foi muito eficaz. Enquanto uma reunião anterior, com objetivos algo similares, durou mais de 20 dias – Bretton Woods, 1944, de onde saiu a arquitetura financeira dos últimos cinquenta anos – a reunião de Londres durou um dia.

Podemos confiar no que lemos, vemos e ouvimos? Não. Por várias razões. Qualquer cidadão com as simples luzes da vida e da experiência sabe que, com exceção das vacinas, nenhuma substância perigosa pode curar os males que causa. Ora, por sob a retórica, o que se decidiu em Londres foi garantir ao capital financeiro continuar a agir como tem agido nos últimos trinta anos, depois de se ter libertado dos contrelos estritos a que antes estava sujeito. Ou seja, acumular lucros fabulosos nas épocas de prosperidade e contar, nas épocas

de crise, com a “generosidade” dos contribuintes, desempregados, pensionistas roubados, famílias sem casa, garantida pelo Estado do Seu Bem Estar. Aqui reside a euforia de Wall Street. Nada disto é surpreendente se tivermos em mente que os verdadeiros artífices das soluções – os dois principais conselheiros econômicos de Obama, Timothy Geithner e Larry Summers – são homens de Wall Street e que esta, ao longo das últimas décadas, financiou a classe política norte-americana em troca da substituição da regulamentação estatal por auto-regulação. Há mesmo quem fale de um golpe de Estado de Wall Street sobre Washington, cuja verdadeira dimensão e estrago se revela agora.

O contraste entre os objetivos da reunião de Bretton Woods, onde participaram não 20, mas 44 países, e a de Londres explica a vertiginosa rapidez desta última. Na primeira, o objetivo foi resolver as crises econômicas que se arrastavam desde 1929 e criar uma arquitetura financeira robusta, com sistemas de segurança e de alerta, que permitissem ao capitalismo prosperar no meio de forte contestação social, a maior parte dela de orientação socialista. Ao contrário, em Londres, assistimos a pura cosmética, reciclagem institucional, sem outro objectivo que não o de manter o actual modelo de concentração de riqueza, sem qualquer temor do protesto social – por se assumir que os cidadãos estão resignados perante a suposta falta de alternativa – e mesmo recuando em relação às preocupações ambientais, as quais voltaram ao seu estatuto de luxo para usar em melhores tempos.

As instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial, em especial) há muito que vinham a ser desvirtuadas. As suas responsabilidades nas crises financeiras dos últimos 20 anos (México, Ásia, Rússia, Brasil) e no sofrimento humano causado a vastas populações por meio de medidas depois reconhecidas como tendo sido erradas – por exemplo, a destruição, de um dia para o outro, da indústria do caju de Moçambique, deixando milhares de famílias sem subsistência – levaram a pensar que poderíamos estar num novo começo, com novas instituições ou profundas reformas das existentes. Nada disso ocorreu. O FMI viu-se reforçado nos seus meios, continuando a Europa a deter 32% dos votos e os EUA 16,8%. Como é possível imaginar que os erros não vão repetir-se?

A reunião do G20 vai, pois, ser conhecida pelo que não quis ver ou enfrentar: a crescente pressão para que a moeda internacional de reserva deixe de ser o dólar; o crescente protecionismo como prova de que nem os países que participaram nela confiam no que foi decidido (o Banco Mundial identificou 73 medidas de protecionismo tomadas recentemente por 17 dos 20 países participantes); o fortalecimento de integrações regionais Sul-Sul, na América Latina, na África, na Ásia, e entre a América Latina e o Mundo Árabe; a reposição da proteção social – os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores – como fator insubstituível de coesão social; a aspiração de milhões para que as questões ambientais sejam finalmente postas no centro do modelo de desenvolvimento; a ocasião perdida para terminar com o segredo bancário e os paraísos fiscais – como medidas para transformar a banca num serviço público ao dispor de empresários produtivos e de consumidores conscientes.

*Boaventura de Sousa Santos é sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).*

**Bancada ruralista derruba corte de subsídios proposto por Obama – Sérgio Dávila –  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/04/2009**

Congressistas rejeitam redução de ajuda a fazendeiros; medida voltará a plenário

No processo intrincado que é a discussão e a aprovação do Orçamento norte-americano pelo Congresso, o presidente Barack Obama sofreu uma derrota de US\$ 9,7 bilhões. Esse é o valor do corte de subsídios agrícolas que ele propusera para a próxima década e que acaba de ser derrubado pela poderosa bancada ruralista de ambos os partidos majoritários.

Pela proposta original obamista, a partir do ano fiscal de 2010, que começa em outubro, fazendeiros com faturamento a partir de US\$ 500 mil anuais perderiam uma série de generosos subsídios federais, entre eles o dinheiro dado para amenizar oscilações de preço, mesmo que não ocorra, e para enfrentar intempéries, ainda que essas não aconteçam.

Pois nos esboços do Orçamento aprovado na semana passada pelo Senado e pela Câmara dos Representantes (deputados federais), os cortes dos subsídios sumiram.

Foram retirados das medidas por ação de políticos democratas e republicanos de Estados do Meio-Oeste do país, que reúnem o grosso da produção agrícola dos EUA. Esses agiram por pressão de seus eleitores-fazendeiros, mas também por lobby da National Farmers Union, sindicato que representa 250 mil famílias de fazendeiros. O principal argumento da entidade é que a soma, embora seja vultosa para os padrões "civis" -US\$ 500 mil anuais são o equivalente a um salário mensal de R\$ 91,6 mil-, pode significar o faturamento de uma fazenda modesta.

Já Obama pedia os cortes por achar que são anacrônicos e por conta das críticas de outros países sofridas pelos EUA na Organização Mundial do Comércio, Brasil inclusive, que consideram a ajuda federal uma forma de protecionismo. A derrubada dos cortes não quer dizer que a questão seja caso encerrado. Agora, os esboços de Orçamento das duas Casas serão unificados por comissões e voltarão para discussão no plenário. É pouco provável que a medida chegue à mesa do presidente para assinatura antes de setembro.

**O Brasil e o G-20 – Cristiano Romero – Valor Econômico – Brasil – 08/04/2009**

A principal vitória do Brasil e dos outros países emergentes na reunião de cúpula do G-20 foi a consolidação do grupo como o foro central de deliberação sobre temas econômicos e financeiros internacionais. O G-20, ao contrário do que ocorreu no passado,



tomou decisões concretas, demarcando sua importância para o mundo num momento de crise aguda. Trata-se de um foro muito diferente daquele criado há dez anos, sob a inspiração e a liderança do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.

O G-20 original foi criado na esteira das crises asiática, russa e brasileira, com o propósito de dar lições aos países emergentes para que eles não entrassem novamente em enrascadas financeiras. Realizadas no nível dos ministros das Finanças, as reuniões eram sonolentas e improdutivas. Os países ricos fingiam que ensinavam alguma coisa e os emergentes fingiam que aprendiam. O resultado prático era algo próximo de zero.

Nos anos seguintes ao de criação do G-20, nações emergentes adotaram suas próprias estratégias para enfrentar possíveis crises. Puseram em prática políticas de austeridade fiscal, controlaram a inflação, estimularam exportações e acumularam reservas cambiais. Na prática, procuraram se ver livres das vulnerabilidades que fizeram suas economias irem a pique nos anos 90. No ano passado, com a falência do banco americano Lehman Brothers, o jogo mudou radicalmente. Dessa vez, não foram os países emergentes que se enroscaram numa crise financeira, mas as economias centrais do capitalismo.

Antes mesmo do início da fase mais aguda da crise atual, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, percebeu que o foro foi posto em situação marginal no processo decisório internacional. O ministro, e esse mérito deve ser creditado a ele, iniciou um esforço pessoal para mudar a natureza do G-20. Sua primeira tentativa fracassou - Mantega propôs a seus colegas, em meados do ano passado, que o G-20 realizasse uma reunião extraordinária para debater a crise dos preços dos alimentos e de energia.

O mundo precisou sentir o abalo do setembro negro de 2008 para que os líderes dos países mais ricos se sensibilizassem. Eles perceberam que, sem coordenação com os países emergentes, seria muito mais difícil sair desta crise. Em outubro, Mantega presidiu a reunião à qual o então presidente dos Estados Unidos George W. Bush decidiu comparecer, em Washington, mostrando à opinião pública internacional que, dali em diante, o G-20 passaria a ser um foro relevante.

Naquele encontro, Mantega criticou a falta de flexibilidade da organização, propôs a realização de mais encontros ministeriais e, o mais importante, defendeu que o foro passasse a ter reuniões de cúpula para, assim, exercer plenamente seu papel. A proposição foi aceita e, no mês seguinte, realizou-se, novamente em Washington, o primeiro foro de líderes do G-20, que, por sua vez, agendou o encontro de Londres, ocorrido semana passada. O esforço do ministro deu certo - só se consolida um grupo dessa natureza se ele se estabelece como parte do calendário das lideranças mundiais.

Na cúpula de Londres, a delegação brasileira trabalhou para que a próxima reunião de líderes constasse do comunicado, o que efetivamente aconteceu, embora sem a fixação de uma data - acertou-se apenas que ocorrerá antes do fim do ano. A questão agora é

decidir o local. Como a primeira cúpula se deu nas Américas e a segunda na Europa, há um clamor para que a próxima seja realizada na Ásia (possivelmente, no Japão) ou na Oceania (Austrália).

Esta não é, definitivamente, uma luta vencida. Há no G-8, o grupo dos sete mais ricos acrescido da Rússia, países que se sentem mais confortáveis com o formato mais restrito. Daí, o interesse do Brasil em institucionalizar o G-20 no curto prazo. Reuniões bem-sucedidas como a de Londres cumprem esse papel, mas há desafios.

Houve avanços nos quatro principais temas da reunião do G-20 em Londres - incentivos econômicos para enfrentar a crise; fluxos financeiros para países emergentes e em desenvolvimento; regulação e supervisão do sistema financeiro; e reforma da governança mundial. Foi no quarto tema, no entanto, onde o ceticismo deu lugar a decisões concretas.

Consolidou-se, por exemplo, a data de abril de 2010 para a conclusão da reforma de voz e representação dos países no Banco Mundial, um objetivo pelo qual o Brasil sempre se bateu. Definiu-se janeiro de 2011 como o prazo limite para a conclusão da revisão de cotas, capital e voz no Fundo Monetário Internacional (FMI), outro objetivo perseguido desde sempre pelos brasileiros. Ampliou-se o "Financial Stability Forum", agora rebatizado para "board" (diretoria), com a inclusão de todos os integrantes do G-20, além da Espanha. O FSB, sua nova sigla, vai monitorar a economia mundial e recomendar medidas para enfrentar desequilíbrios.

Foram ampliados também o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, do qual o Brasil passou a fazer parte, e o Comitê Técnico da Iosco, entidade que reúne os reguladores dos mercados de ações e títulos. Isto, sem falar no fortalecimento financeiro do FMI, uma medida importantíssima neste momento de crise de liquidez em vários países e mercados. Todas essas mudanças ocorreram tendo como referência temporal a reunião de cúpula do G-20, que, com isso, tende a se institucionalizar.

### **O dia em que o Brasil disse não ao FMI**

Na véspera da decisão do governo mexicano de recorrer ao FMI, o governo brasileiro foi procurado por autoridades americanas, do Fundo e do México. Elas tentaram persuadir o presidente Lula a também recorrer à nova linha de financiamento do FMI, mais flexível e sem as inúmeras condicionalidades do passado. A ideia era mostrar que o país que buscasse a nova modalidade de crédito não seria malvisto pelo mercado. Lula rejeitou a "oferta". No passado, quem se fez de rogado à sedução (para usar a CCL, linha de crédito contingente) foi o México...

### **Cristiano Romero é repórter especial em Brasília e escreve às quartas-feiras**

**G-2, depois do G-20 – Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião – 08/04/2009**

A China precisa compreender um aspecto fundamental: o mundo não pode absorver seus superávits em conta corrente

Terá o encontro do Grupo dos Vinte (G-20) em Londres, na semana passada, colocado a economia mundial no rumo de uma recuperação sustentável? A resposta é "não". Essas reuniões não podem solucionar desacordos fundamentais sobre o que deu errado e como fazer o conserto. Em consequência, o mundo está no caminho rumo a uma recuperação insustentável, como argumentei na semana passada. Uma recuperação insustentável pode ser melhor do que nada, mas não é suficientemente boa.

Essa cúpula teve duas conquistas: uma ampla e outra específica.

Em primeiro lugar, "bater boca é melhor do que guerrear", como observou Winston Churchill. Dada a intensidade da ira e do medo à solta no mundo, as próprias discussões são, necessariamente, um fato positivo.

Em segundo lugar, o G-20 decidiu triplicar os recursos à disposição do FMI, para US\$ 750 bilhões, e apoiar uma alocação de US\$ 250 bilhões de Direitos Especiais de Saque (SDRs, na sigla em inglês) - o ativo de reserva do FMI. Se implementadas, essas decisões deverão ajudar as economias emergentes mais adversamente impactadas pela crise. As decisões também assinalam um retorno a um grande debate: o funcionamento do sistema monetário internacional.

Esse é o aspecto que passará despercebido a incontáveis leitores. É fácil, para a maioria das pessoas, crer que a explicação para a crise é unicamente a desregulamentação e as distorções nos sistemas financeiros americano, britânico e de mais alguns países. Entretanto, dada a escala do desequilíbrio macroeconômico mundial, não é, absolutamente, evidente que apenas padrões regulamentadores superiores teriam salvado o mundo.

Essa não é uma questão de interesse unicamente histórico. É também relevante para a sustentabilidade da recuperação. Os déficits fiscais estão, atualmente, de modo geral, bem maiores em países com déficits estruturais em conta corrente do que nos superavitários. Isso se deve ao fato de os superavitários poderem importar uma parte substancial do estímulo implementado pelos deficitários. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê, para um período de três anos, um salto na dívida pública americana de quase 40% do PIB. É bastante provável, portanto, que a próxima crise venha a ser disparada pelo que os mercados veem como excessiva dívida fiscal em países com grandes déficits estruturais em conta corrente, especialmente os EUA. Se assim for, este poderá revelar-se um momento crítico para o sistema econômico internacional.

Curiosamente, o país que está levantando essas grandes questões é a China. Isso se deve, não restam dúvidas, a razões de autointeresse: a China está preocupada com o valor de suas reservas em moeda estrangeira, a maior parte das quais está denominada em dólares americanos; os chineses querem se distanciar da culpa pela crise; o país deseja preservar tanto de seu modelo de desenvolvimento quanto possível; e está, em minha opinião, procurando contrapor-se às pressões americanas contra o câmbio do yuan.

Wen Jiabao, o primeiro-ministro chinês, apontou a preocupação de seu país quanto ao valor de suas gigantescas reservas, perto de US\$ 2 trilhões - seu montante é de quase metade do PIB de 2008. Imagine o que diriam os americanos se seu governo tivesse investido cerca de US\$ 7 trilhões (o equivalente em relação ao PIB americano) em dívida de governos não inteiramente amistosos. O governo chinês está começando a dar-se conta de seu erro - tarde demais, lamentavelmente.

Por outro lado, o presidente do Banco do Povo da China, Zhou Xiaochuan, produziu uma notável série de discursos e documentos sobre o sistema financeiro mundial, sobre desequilíbrios mundiais e sobre reforma do sistema monetário internacional. Ambos são um posicionamento sobre o ponto de vista chinês e uma contribuição para o debate mundial. Podemos não concordar com tudo o que ele está dizendo. Mas o fato de ele estar se manifestando é, em si mesmo, relevante.

Zhou argumenta que a elevada taxa de poupança da China e de outros países do Leste Asiático é um reflexo de tradição, cultura, estrutura familiar, demografia e estágio de desenvolvimento econômico. Além disso, acrescenta ele, tudo isso "não pode ser ajustado simplesmente mudando a taxa de câmbio nominal". Além disso também, insiste ele, "a elevada proporção de poupança e as grandes reservas em moeda estrangeira nos países do Leste Asiático são um resultado de reações defensivas contra especulação predatória", ocorrida especialmente durante a crise financeira asiática em 1997-98.

Nada disso pode ser modificado rapidamente, insiste o presidente do Banco Central: "embora os EUA não possam sustentar o padrão de crescimento de consumo elevado e baixa poupança, agora não é o momento certo para elevar sua taxa de poupança". Em outras palavras, dê-nos frugalidade americana, porém não já. Por outro lado, acrescenta o presidente, o governo chinês produziu um dos maiores pacotes de estímulo no mundo inteiro.

Além disso, os enormes acúmulos de reservas em moeda estrangeira, que cresceram US\$ 5,4 trilhões entre janeiro de 1999 e seu pico em julho de 2008, refletem a busca das economias emergentes por segurança. Mas, como o dólar americano é o principal ativo de reserva mundial, o mundo depende das emissões monetárias americanas. Além disso, e por essa razão, os EUA tendem a registrar déficits em conta corrente. O resultado tem sido a ressurgência de uma fragilidade discutida nos anos de ocaso do sistema de câmbios fixos de Bretton Woods, que sofreu seu colapso no início da década de 70: excesso de emissões da

moeda principal. A solução de longo prazo, acrescenta ele, é uma "moeda de reserva supersoberana".

É fácil contestar muitos desses argumentos. Grande parte do extraordinário aumento da poupança agregada chinesa é resultado de crescente lucratividade empresarial. Seria certamente possível tributar e então gastar uma parte dessa enorme poupança empresarial. O governo poderia também tomar mais recursos de empréstimo: a 3,6% do PIB previstos pelo FMI para este ano, seu déficit permanece decididamente modesto. É também difícil acreditar que um país como a China deva poupar metade de seu PIB ou incorrer em superávits em conta corrente da ordem de 10% de seu PIB.

Analogamente, embora o sistema monetário internacional seja efetivamente falho, essa é dificilmente a única razão para o vasto acúmulo mundial de reservas em moeda estrangeira. Outra é a dependência excessiva em crescimento puxado por exportações. Apesar disso, o presidente Zhou está correto em que parte da solução de longo prazo para a crise é a criação de um sistema de reservas que permita às economias emergentes incorrer com segurança em déficits em conta corrente. A emissão dos SDRs é uma maneira de alcançar esse objetivo, sem mudar o caráter fundamental do sistema mundial.

A China está buscando dialogar com os EUA. Isso é, em si mesmo, enormemente importante. Por mais autointeressada que seja sua motivação, essa é condição necessária para discussão séria sobre reformas mundiais. Mas a China também precisa compreender um aspecto fundamental: o mundo não pode absorver com segurança os superávits em conta corrente que o país provavelmente gerará em sua atual trilha de desenvolvimento. Um país tão grande quanto a China não pode se apoiar na dependência em relação a tão grandes superávits em conta corrente como fonte de demanda. Permanece a necessidade de que os gastos na esfera doméstica cresçam, forte e sustentadamente, em relação ao crescimento da produção potencial. E isso é, ao mesmo tempo, simples - e difícil.

**Martin Wolf é colunista do "Financial Times".**

**Acordo do clima esbarra no Congresso americano** –Afra Balazina - Folha de São Paulo  
– Ciência – 09/04/2009

Reunião sobre tratado que sucederá Protocolo de Kyoto adia discussão de meta

Nações desenvolvidas não querem dar as cartas antes dos EUA no debate sobre corte de emissões, mas país não chegou a acordo interno

O mundo virou refém do Congresso dos EUA. Pelo menos no que diz respeito ao aquecimento global. Essa situação se delineou em Bonn, na Alemanha, durante a primeira

reunião de negociação para preparar o acordo que será fechado na Conferência do Clima em Copenhague, em dezembro.

O evento, que terminou ontem, deveria ter iniciado as negociações sobre metas que os países desenvolvidos adotarão para reduzir as emissões de gases do efeito estufa após 2012, quando expira a primeira fase do Protocolo de Kyoto, o acordo do clima vigente agora. Mas não foi o que ocorreu.

Negociadores do presidente dos EUA, Barack Obama, acabam de entrar no jogo depois de o governo Bush ter se esquivado, mas ainda não têm uma posição definida sobre que tipo de meta de corte propor, porque qualquer movimento requer um acordo interno no legislativo do país. A delegação americana em Bonn, apesar de declarar que quer liderar o processo de combate à crise do clima, teve em Bonn uma atuação discreta: mais ouviu do que falou, possivelmente ainda estudando o cenário político. Quando questionado pelos jornalistas se o país traria uma proposta concreta para colocar à mesa em junho, na próxima reunião entre os negociadores, Jonathan Pershing, representante dos EUA, respondeu que a pergunta deveria, na verdade, ser feita ao Congresso. Porém, se disse cético quanto ao cumprimento do prazo. "Ficaria surpreso se isso acontecesse", afirmou, mesmo prometendo empenho. "Podemos pressionar, levar dados ao Congresso e tentar agilizar o processo."

Em Bonn, porém, o empenho foi limitado. O negociador-chefe dos EUA, Todd Stern, foi aplaudido durante discurso na abertura do evento, mas não ficou até o final da reunião.

### **Mudança de assunto**

O entrave causado pela indefinição dos americanos ficou claro em Bonn, com outros países industrializados tentando evitar a todo o custo falar em números de redução das emissões. Propuseram mudar o tema do debate para tratar de outros assuntos, mas a alternativa foi barrada pelo grupo do qual o Brasil faz parte, que reúne o G77 (com 77 países em desenvolvimento) mais a China. Na tarde de ontem, o texto sobre a negociação referente à redução das emissões dos países ricos gerou polêmica.

Vários países em desenvolvimento criticaram a falta de números. A Colômbia, por exemplo, disse que, sem eles, o documento apresentado não valia nada. A delegação da União Europeia respondeu que questões como essa "não se resolvem numa noite", e que números concretos podem vir a ser decididos em Copenhague por ministros ou até chefes de Estado.

### **Sem números**

A indefinição, todavia, vai além dos países ricos. Não há consenso nem no G77 + China. Os pequenos Estados-ilha, afetados pelo aumento do nível do mar, pedem redução

de mais de 40% nas emissões de gases-estufa até 2020, em relação aos níveis de 1990. Países produtores de petróleo, por outro lado, são muito mais liberais. Ambientalistas defendem um corte de 40%, e o painel do clima da ONU sugere redução de 25% a 40% para que os efeitos do aquecimento global não sejam catastróficos. Segundo cálculo da ONG Greenpeace, porém, as metas formais e informais que existem no momento, preveem cortes de apenas 4% a 14%, até 2020. "Líderes do mundo têm de perceber que não podem mudar a ciência, então têm de mudar as políticas públicas urgentemente", diz Guarany Osório, um dos delegados da ONG. "A ciência é clara; os números das metas e o valor do dinheiro para salvar o clima são obscuros." ONGs também reclamaram da falta de financiamento para reduzir emissões nos países pobres e para ajudá-los na adaptação ao aquecimento. Kim Carstensen, do WWF, diz que os corte de emissão serão o "coração" do novo acordo global, enquanto o "sangue" será o financiamento para tecnologia e adaptação. "Mas o coração não está batendo e o sangue não está circulando", disse.

**Pobre diz que rico exporta sua poluição** – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 09/04/2009

Nas últimas décadas, muitas fábricas deixaram nações desenvolvidas em busca de mão de obra mais barata e as exigências ambientais menores para baratear seus custos. Por conta disso, países como a China, que absorvem essa demanda de produção de empresas, dizem que emitem gases-estufa para produzir bens de consumo para os ricos, e querem agora que aqueles que consomem esses bens -não quem os produz- seja responsabilizado pela emissão de gases do efeito estufa decorrente do processo.

Elliot Diringer, vice-presidente do Centro Pew de Mudança Climática Global, núcleo de estudos da Virgínia (EUA) contou em Bonn que um representante do governo chinês já tinha feito essa alegação durante um seminário realizado pela ONG recentemente, em Washington. Porém, em sua opinião, a questão não é tão relevante ou crucial para as negociações.

Já Surya Sethi, integrante da delegação indiana, discorda veementemente da posição de Diringer. "Não vamos resolver o problema climático se não resolvermos a questão da produção e do consumo, que ocorre nos países industrializados", diz. "Os níveis de consumo atuais são insustentáveis e, se não caírem, não vamos solucionar a questão."

Uma saída, diz Sethi, seria criar novas tecnologias que reduzam emissões. Segundo o delegado indiano, nas economias emergentes, exceto na China, o consumo de combustíveis fósseis, que agrava o efeito estufa, está estagnado ou caindo. **(AB)**

**G-20 não negou Consenso de Washington** – John Williamson – Matéria de Luciana Rodrigues - O Globo – Economia – 09/04/2009

Pai da doutrina neoliberal rebate frase de Gordon Brown e cita compromisso com sustentabilidade fiscal

De férias em Galápagos, num barco isolado do mundo em que sequer havia TV, John Williamson leu na internet a frase síntese do encontro do G-20 na semana passada: “O Consenso de Washington está superado”, afirmou o primeiro ministro britânico Gordon Brown. Williamson é o autor do texto que, em 1989, mencionava um “consenso em Washington” com a receita para a América Latina sair da crise, cunhando a expressão que se tornou sinônimo de neoliberalismo econômico. Ontem, ao voltar ao trabalho em Washington, Williamson garantiu ao GLOBO que o G-20 não negou sua doutrina, citando trechos específicos do comunicado do encontro: “no parágrafo 11, há o compromisso com sustentabilidade fiscal”.

O GLOBO: O primeiro-ministro britânico Gordon Brown afirmou, ao fim do encontro do G20, que “o velho Consenso de Washington havia acabado”. O senhor concorda? JOHN WILLIAMSON: O termo Consenso de Washington tem sido usado de diferentes maneiras.

Se for usado do modo como eu originalmente usei, é surpreendente que, a partir do comunicado final de Londres, alguém tente negar o Consenso de Washington, pois ambos tratam da mesma coisa. É claro que o comunicado vai além do Consenso de Washington, porque traz outros temas, está dirigido a um outro público, mas seria decepcionante se as discussões em Londres não trouxessem novidades.

Alguns analistas falam num Consenso de Londres, que receitaria mais regulamentação dos mercados e aumento dos gastos públicos, em oposição ao Consenso de Washington.

WILLIAMSON: Eu fui infeliz ao usar o termo desregulamentação no documento original do Consenso de Washington. Isso foi interpretado como se devesse ser aplicado a diferentes tipos de mercados, em diferentes países, quando eu me referia a setores específicos da economia americana. No que diz respeito aos mercados financeiros, eu não previ, como deveria ter previsto, que haveria uma liberalização sem a contrapartida de mais supervisão.

Supervisão e regulamentação são coisas diferentes.

Então é preciso mais supervisão dos mercados? WILLIAMSON: Sim, certamente. E no que diz respeito à regulamentação, o importante não é aumentar a regulamentação, mas sim basear as regras em bons princípios. Eu acho que os princípios estavam errados. Do ponto de vista macroeconômico, não se acreditava que um número tão grande de empresas poderia ser atingida por um choque negativo ao mesmo tempo.

Só se previu a possibilidade de choques microeconômicos independentes entre si. Isso é ma regulamentação. Outro problema foi encorajar todo tipo de empresa financeira a crescer até o ponto em que se tornaram grandes demais para quebrar.

Então, a má regulamentação traz mais problemas do que a ausência de regulamentação.



E o aumento nos gastos públicos defendido em Londres? WILLIAMSON: Na versão final do comunicado de Londres, no parágrafo 11, está citado o compromisso com “sustentabilidade fiscal de longo prazo” e “estabilidade de preços”. Então, o fato de que temporariamente — e eu espero que seja temporariamente — ser necessário políticas fiscais expansionistas não pode ameaçar a inflação baixa.

O FMI anunciou que vai flexibilizar condicionalidades de algumas linhas de crédito emergencial. Qual será o papel do Fundo nesta crise? WILLIAMSON: O principal papel do FMI será decidir se os problemas de um país são resultado de suas próprias políticas ou se são consequência da deterioração da economia mundial. No segundo caso, é correto que o FMI empreste com poucas condicionalidades.

Mas, normalmente, este não é o caso. E aí não há muita opção. Tem que desvalorizar a moeda para ajustar a demanda interna. Mas é muito importante que o FMI reconheça que há dois tipos de situação totalmente distintas.

A crise parece estar atingindo de forma mais dura a Europa do Leste. Em que situação se enquadram esses países? WILLIAMSON: A Europa do Leste precisa desesperadamente de disciplina fiscal. Esses países estão em crise por causa das políticas econômicas que fizeram. Essa crise teve início nos países desenvolvidos, cresceu e foi transmitida para países como o Brasil.

Mas o Brasil e a América Latina estão resistindo melhor (do que os países emergentes da Europa).

O Consenso de Washington defendia a privatização de empresas estatais. Agora, muitos bancos têm sido estatizados na Europa e alguns analistas acreditam que isso poderá ser inevitável nos EUA.

WILLIAMSON: O ideal seria evitar a nacionalização, mas, em alguns casos, infelizmente, essa pode ser a opção mais barata (para o contribuinte) e se tornar inevitável.

### **Governo Obama deslança sua ofensiva ambiental – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 09/04/2009**

Enquanto a reunião do G-20 em Londres concentrava as atenções mundiais, o governo de Barack Obama, em uma ofensiva em várias frentes, tomava sem alardes iniciativas importantes para o combate ao aquecimento global. O governo de George W. Bush manteve-se fora do Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas de redução de 5,2% em relação a 1990 das emissões dos gases que provocam o efeito estufa. O governo de Obama marcou sua estreia também nas negociações para mudanças climáticas, ao enviar equipe de alto nível para o encontro das Nações Unidas encerrado ontem em Bonn.

Todd Stern, o encarregado do assunto no Departamento de Estado, deixou claro que a nova administração dará prioridade às ações contra o aquecimento global.

Segundo Stern, produtos e serviços que requerem altas emissões de carbono logo se tornarão "insustentáveis" ("Financial Times", 9 de abril). É intenção do governo americano implantar um sistema de créditos de carbono e a necessidade de obter autorização para

emissões deverá ter custos significativos e crescentes para empresas que não embarcaram agora em um esforço de corte das emissões.

Os esforços americanos para romper com a perigosa hostilidade do governo Bush ao combate ao aquecimento global não se restringiram à arena internacional, onde elas eram mais esperadas e urgentes. O democrata e líder da comissão de energia da Câmara dos Deputados Henry Waxman apresentou na semana passada um projeto de resolução que cria uma nova estrutura institucional no qual o combate aos gases-estufa se dará. Nas mais de 600 páginas do esboço de projeto, estão as metas de redução das emissões com as quais o governo terá de se comprometer, caso o Congresso o aprove. Até 2020, o corte será de 20% sobre o nível de 2005, enquanto que o governo Obama tem metas mais modestas, de 16% de corte, mas sobre os níveis de emissão de 1990. A restrição ao lançamento na atmosfera de CO<sub>2</sub> se intensificaria e chegaria a 42% em 2030 e 83% em 2050.

O sistema de créditos de carbono são parte essencial deste esquema e Obama pretende colocá-lo em funcionamento o mais rápido possível. O governo quer executar as metas já a partir de 2010 e conta com receitas advindas da venda de permissões já em 2012. Em seus planos, até 2019 esse mercado dará aos EUA receitas de US\$ 646 bilhões, que serão utilizados em grande parte para reduzir o custo de transição nas indústrias hoje altamente dependentes das emissões.

O projeto deixa em aberto sobre como serão dadas as permissões para emissão - algumas empresas defendem que sejam gratuitas. Além disso, Waxman propõe uma "reserva estratégica" de 2,5 bilhões de autorizações que seriam utilizadas para impedir que o preço dos créditos de carbono nos EUA suba demais, agindo como um regulador do mercado. Um mercado para derivativos de créditos de carbono seria criado sob supervisão de agência indicada por um grupo de conselheiros da Presidência.

Ações para incentivar energia renováveis e conservação são parte vital do projeto. Empresas de energia terão de utilizar, em percentual crescente, fontes renováveis, como energia solar, biomassa ou eólica - 6% em 2012 até 25% em 2025. O desenvolvimento de tecnologias que capturem e armazenem CO<sub>2</sub> serão estimuladas. Além disso, a partir de 2015 será estabelecido um limite para as usinas que usam carvão como matéria-prima de 499 quilos de CO<sub>2</sub> por megawatt-hora produzido.

O Congresso pode, claro, barrar essas intenções. Os republicanos já levantaram o bordão de que o governo quer "salvar o planeta sacrificando a economia", o que indica ferrenha oposição do partido. Más notícias vêm também de Bonn, onde 175 países, após 11 dias de discussão, não avançaram na definição de metas globais para o pós-Kyoto. Os países em desenvolvimento reclamam um esforço maior que os 20% de corte de emissões até 2020 da União Europeia. Até dezembro, em Copenhague, terá de se desenhar um acordo final, para o qual o papel agora ativo dos EUA traz esperanças de sucesso. Os EUA convocaram as 16 maiores economias do mundo para um encontro em Washington no fim

do mês e a iniciativa paralela pode acelerar a formação de um consenso. Definitivamente, os tempos de Bush ficaram para trás.

**O G20 e a emergência do Brasil** – Aloizio Mercadante – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – Editorial – 10/04/01

O ELOGIO público de Obama a Lula na cúpula do G20, mais que uma reverência ao carisma e à capacidade de negociação do presidente brasileiro, representa, acima de tudo, um reconhecimento do novo papel que nosso país e as demais nações emergentes desempenham neste cenário mundial conturbado.

Algo mudou no mundo. As novas geopolítica e geoeconomia internacionais, que reduziram as assimetrias da ordem mundial, catapultaram o Brasil, assim como outros países emergentes, à condição de atores de primeira linha no cenário externo.

Hoje, não se pode mais discutir questões relevantes do planeta sem a presença de Brasil, China, Índia e outras nações em desenvolvimento. O G8 teve de se transformar em G20. Algo inimaginável há poucos anos.

Outra coisa inimaginável era a crise. A confiança no livre mercado era total, mas a mão invisível deu um cruzado de direita bem no queixo do sistema financeiro norte-americano. O mundo ainda está tonto.

Esse mundo combalido voltou seus olhos para Londres. Havia a expectativa de que das brumas londrinas sairia alguma luz de esperança para um planeta bastante castigado pelos efeitos da pior crise desde 1929. Fez-se a luz. Não foi uma explosão solar, mas o suficiente para iluminar um caminho incipiente da necessária gestão multilateral da recessão.

Os números e compromissos impressionaram. Gordon Brown até declarou, com pompa e circunstância, que o Consenso de Washington morreu e que um novo consenso para mudar as regras do capitalismo emergiu. Coisa também inimaginável há pouco tempo.

O avanço foi significativo. Politicamente, as lideranças demonstraram união, fundamental para recobrar a confiança num cenário de grandes incertezas. Economicamente, porém, tudo vai depender da implementação das medidas. O enfrentamento da crise vai demandar bem mais do que boas intenções. Não será fácil.

a realidade, a crise desencadeou um complexo e delicado jogo geopolítico e geoeconômico que não se desenvolverá sem conflitos. A realização dos compromissos assumidos na reunião do G20 pressupõe, desse modo, uma constante e paciente negociação de interesses que nem sempre serão convergentes.

Os EUA terão um déficit, neste ano, de 12% do seu PIB, quase 3% do produto bruto mundial. Assim, para que a maior economia do planeta retome seu crescimento, será necessário encontrar meios para financiar esse imenso passivo. A China comprometeu boa parte de suas reservas no financiamento desse déficit, mas parece não estar mais disposta a arcar com um custo que a expõe a grandes riscos. O futuro do dólar como reserva de valor está ameaçado.

De outro lado, Obama afirmou que o mundo deverá se acostumar a viver sem o "excesso de consumo" que os Estados Unidos vinham praticando, o que terá consequências profundas no padrão de crescimento da China. A regulação das finanças mundiais opõe os interesses dos EUA e os da União Europeia.

O Brasil, por sua vez, com um sistema financeiro saudável, contas públicas em ordem, comércio exterior diversificado e efetiva vocação para o multilateralismo, se coloca em boa posição para aceder ao cenário pós-crise com renovado protagonismo. O elogio público de Obama a Lula, além de um reconhecimento da posição atual do nosso país no mundo, talvez tenha sido também uma reverência premonitória a uma nova liderança que se consolidará cada vez mais.

No quadro desse complexo jogo da "realpolitik" mundial, os resultados da reunião de Londres podem soar utópicos. Contudo, são compromissos imprescindíveis. Os líderes compreenderam que o custo do fracasso da reunião seria muito maior que quaisquer sacrifícios que compromissos multilaterais efetivos poderiam acarretar. O G20 percebeu que estamos todos no mesmo buraco e que a primeira coisa a fazer é parar de cavar com a pá do protecionismo e do isolacionismo. Não haverá "soluções nacionais" para a crise mundial. Na crise de 1929, as "soluções nacionais" conduziram a mais crise, à xenofobia e aos regimes autoritários que desembocaram na Segunda Guerra Mundial.

Bertrand Russel, um inglês profundamente comprometido com a paz e o progresso mundiais, afirmou certa vez: "Tem-se dito que o homem é um animal racional. Toda a minha vida busquei evidências que embasassem essa afirmação". Da sua querida Londres surgiu uma pequena evidência do que ele tanto buscou. Obama, representando um EUA mais alinhado com o multilateralismo, foi decisivo. E o "cara", representando a nova força do Brasil, ajudou. Muito.

**Obama e o agronegócio** – Geraldo Barros – Estado de São Paulo – Economia –  
13/04/2009

**"Change: yes we can!" repetiu à exaustão Barack Obama durante sua campanha eleitoral, enquanto a crise financeira se agravava. Impressionou que o presidente tenha começado à plena carga, com mudanças simultâneas numa lista enorme de questões internas e externas, que levariam quase com certeza a um estouro sem precedentes das contas públicas. A partir daí seguiram-se novas surpresas, quase que diariamente.**

**Parece estonteante que Obama tenha apresentado proposta orçamentária que seria consistente só se abusássemos de nosso otimismo. O déficit fiscal de 2009 foi estimado em mais de US\$ 1,7 trilhão, sete vezes o déficit anual dos últimos anos. Mas o presidente se comprometeu a reduzi-lo a um terço nos próximos quatro anos. Algumas pistas são fornecidas para alcançar tal proeza. Uma delas é economizar recursos pondo fim na guerra no Iraque! Mas outra, que depende muito menos da posição voluntariosa do presidente, é recolocar a economia americana em movimento (para frente!) já em 2010, com taxa anual de 3,2%, e de 4% daí em diante.**

Em meio a mais um belo discurso no Congresso, Obama surpreendeu com outra mudança, aparentemente menor, ao incluir, entre as formas de economizar e corrigir injustiças no uso de recursos públicos, um corte de US\$ 10 bilhões na ajuda dada às grandes empresas do agribusiness. Referia-se ele aos chamados pagamentos diretos feitos aos produtores rurais que faturam mais do que US\$ 500 mil por ano, que representam 3% dos produtores (cerca de 60 a 80 mil), principalmente de grãos e algodão, localizados especialmente em Iowa, Illinois e Texas. São pagamentos feitos pelo governo com base em parâmetros agrícolas históricos e que, em tese, não influenciariam o volume produzido, uma vez que não levam em conta as condições correntes de mercado.

Duas questões podem ser realçadas. O que essa medida representa no conjunto dos subsídios para produtores rurais americanos? Quais as chances de ela ser aprovada no Parlamento?

A proposta concreta é cortar em US\$ 10 bilhões tais pagamentos num prazo de 10 anos, ou cerca de US\$ 1 bilhão por ano. Esse programa de pagamentos diretos é parte de conjunto de variada natureza que totalizou US\$ 7,5 bilhões em 2008, um ano que demandou menos subsídios por causa dos bons preços. Em 2005, por exemplo, foram gastos US\$ 16,4 bilhões. Não se trata, portanto, de corte expressivo nas despesas e, menos ainda, de desmonte da estrutura de apoio aos produtores rurais. Longe disso. Só os produtores muito grandes estão perdendo parte da ajuda do governo. Mas quase nada se altera na distribuição da ajuda aos produtores rurais: atualmente 1% desses produtores é aquinhado com 17% da ajuda, enquanto, na outra ponta, 80% dos produtores ficam com apenas 16%.

Mas não se trata de medida de efeitos desprezíveis. A cúpula do agribusiness sofre um revés inédito. Mais importante: abre-se o precedente de reduzir apoio aos produtores rurais, um tabu. Os ativos dos produtores americanos se acham inflados devido à certeza da ajuda pública; assim, uma desvalorização desses ativos, entre os quais a terra (passaporte para os pagamentos diretos), não está fora de cogitação. Tem havido um efeito "bola de neve": mais ajuda valoriza a terra, que aumenta custos totais, justificando mais ajuda. A quebra dessa cadeia leva a perda patrimonial à agricultura americana, com consequências sobre sua capacidade de levantar empréstimos e financiamento.

Qual a implicação para a Organização Mundial do Comércio (OMC)? Formalmente nenhuma, pois os chamados pagamentos diretos são tidos como inócuos - do ponto de vista da produção e do comércio - por não os distorcerem. Obama tem pendido mais para a manutenção ou reforço da atual estratégia protecionista, como ficou evidenciado no componente nacionalista - sob o emblema do buy american - do programa de investimentos em infraestrutura.

**E a probabilidade de que o corte na ajuda aos produtores rurais se consuma? Pode ser que Obama se valha da ameaça de prejudicar os agricultores - que têm forte apoio político e de grande parte da sociedade - para refrear o repúdio a seu plano macroeconômico, que a maior parte da opinião pública julga beneficiar indevidamente os banqueiros.**

**A propósito, a escolha de Tom Vilsack para o Departamento de Agricultura (USDA) reforçava a expectativa de que a administração Obama vai apoiar produtores agropecuários, inclusive com subsídios. Vilsack é de Iowa, o Estado que mais produz etanol de milho, com 25%, nos EUA. Embora o USDA esteja ligado ao programa de etanol, o Departamento de Energia desempenha papel de maior relevância. Para esse departamento, porém, Obama escolheu Steven Chu, físico ganhador do Prêmio Nobel, que favorece a energia nuclear e criticou o etanol de milho, preocupado com o impacto sobre os alimentos. Essas duas iniciativas parecem conflituosas; mas, de qualquer forma, Obama tem forte compromisso com Iowa e o Estado de Illinois, e dificilmente deixará de apoiar o etanol de milho, mesmo porque Obama tem em alta conta a independência energética.**

**Pelas mesmas razões, não se pode esperar ação mais profunda na direção da liberalização comercial, o que demandaria reduzir toda sorte de barreiras e subsídios. Mas tais instrumentos, objetos de disputas na OMC, beneficiam produtores de forma generalizada, inclusive aquela metade que não é contemplada com pagamentos diretos. A menos, é claro, que Obama ainda tenha muito mais a tirar de sua "caixinha de surpresas", digo, "caixinha de mudanças".**

\*Geraldo Barros, professor titular da Esalq/USP, é coordenador científico do Cepea/Esalq/USP E-mail: cepea@esalq.usp.br - Excepcionalmente, Marco Antonio Rocha não escreve hoje

**China e Brasil, aliança desconfiada** – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil –  
13/04/2009

A China tem uma cultura de ambiguidades, traduzida em uma língua que não tem a precisão das línguas ocidentais e pautada por uma tradição marcada pela coexistência dos contrários. Nada que possa ser simplificada por metáforas de algum presidente sul-americano. Os chineses também mostram um gosto especial pelo pragmatismo, que orienta as relações do país com os governos da América do Sul. Esse pragmatismo começa a preocupar interlocutores da China no Brasil, um dos raros países do mundo com quem a China tem uma "parceria estratégica".

A parceria estratégica com os chineses foi insuficiente para impedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cortasse dois dos três dias programados para sua vista

à China, em maio. O encurtamento da visita passou a ideia de que Lula vai à China apenas para cumprir a promessa de visita feita aos chineses e desanimou empresários que pretendiam agregar-se à comitiva presidencial. Na última quinta-feira, já conhecendo a má impressão causada no setor privado, o governo mudou novamente os planos e, em uma reunião no Palácio do Itamaraty, programou, em troca, o envio de três ministros ao país, na semana que antecederá a ida de Lula. O envio dos ministros ainda não está confirmado e o temor de um fiasco na viagem é grande, entre empresários.

No setor privado corre a versão de que Lula e o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, decidiram reduzir a estadia do presidente na China em consequência do descontentamento com a frustração das promessas de investimentos chineses no Brasil.

Na Argentina sedenta por recursos em moeda forte, a China fechou um acordo para fornecer o equivalente a US\$ 10 bilhões, a serem usados na importação de mercadorias chinesas. Com a Venezuela, pressionada pela queda nos preços de petróleo, os chineses firmaram uma coleção de acordos de cooperação e, na semana passada, o compromisso de aumentar em US\$ 12 bilhões o fundo bilateral dedicado a exploração do petróleo venezuelano. Não se sabem detalhes desses acordos, mas teme-se que exigem forte contrapartidas aos chineses, em matéria de abertura de mercado, em detrimento dos interesses brasileiros exportadores, fortes nesses dois mercados.

A versão de que Lula reduziu a viagem para mostrar irritação com a não concretização de investimentos chineses no Brasil é negada, tanto no Itamaraty quanto no Palácio do Planalto, embora autoridades confirmem que é grande a frustração em Brasília com a inexistência de fluxos significativos de investimento chinês ao país. Embora haja uma aproximação, com negociações, por exemplo, entre o BNDES e o China Development Bank, brasileiros na linha de frente dessas discussões revelam que é desanimadora a inflexibilidade dos chineses, com fortes exigências de controle no destino e execução dos investimentos - com reivindicações difíceis, como a de livre importação de mão de obra da China.

O discurso oficial é otimista, assessores lembram que Lula teve pelo menos quatro encontros com o premier Hu Jintao nos últimos 12 meses, e em Brasília é sincero o esforço para levar à China, em maio, com a visita de Lula, uma delegação recorde de empresários. A viagem de Lula deve ser precedida por caravanas de Guido Mantega, da Fazenda, Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Miguel Jorge, do Desenvolvimento, mas a proposta de enviar os ministros foi apresentada pelos técnicos só na semana passada e carece de confirmação.

Há uma clara proximidade entre Brasil e China, países com acordos importantes na área científica, sócios em iniciativas como o G-20 na Organização Mundial do Comércio e aliados no chamado G-20 financeiro, que reúne as economias mais influentes do mundo. Mas essa proximidade não tem se refletido em maior facilidade de negociações comerciais

e de investimento. O governo se queixa da relutância chinesa em confirmar encomendas de aviões da Embraer e uma das razões para o envio de Reinhold Stephanes a China é insistir na derrubada de barreiras sanitárias contra a carne brasileira e discutir facilidades na venda da soja no mercado local..

O interesse chinês pelos mercados vizinhos do Brasil é acompanhado com alarme por empresários, que temem perder mercados no continente. Esses mesmo empresários esperavam maior impulso para abertura do mercado da China aos produtos brasileiros, com a visita de Lula, e acreditam que a curta duração da presença do presidente pode enviar sinais errados aos chineses.

#### Cuba na cúpula

Com tácita aprovação do governo cubano, o presidente Lula vai à Cúpula da Américas, em Trinidad e Tobago, nesta semana, decidido a evitar que a reivindicação de suspensão do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba assuma o primeiro plano das discussões entre os presidentes do continente. Tanto Lula quanto o cubano Raúl Castro pensam que a Cúpula não é local nem momento para esse debate, e têm maiores expectativas na próxima reunião da Organização dos Estados Americanos, em Honduras, em junho.

É grande a esperança, no Planalto, que a reunião de Honduras sirva para decidir o reingresso de Cuba, como membro pleno, à OEA, de onde foi suspensa em 1962. Um bom clima em Trinidad com o estreante Barack Obama, pode ser essencial para minimizar as resistências americanas à decisão, que seria histórica.

Falta ter a aprovação, para a estratégia, dos bolivarianos liderados pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que resolveu passar por Cuba antes de viajar a Trinidad. Na conversa que teve com Obama, em Washington, Lula transmitiu ao presidente americano sua impressão de que há interesse, de países como Venezuela, Bolívia e Equador, no reatamento de relações com os Estados Unidos. Mas, por questões de política interna nesses países, a retórica antiamericana deve continuar inflamada, preveniu Lula a Obama. E aconselhou ao americano dar um desconto, e buscar resultados, como ele, Lula, disse estar fazendo na relação com os vizinhos.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras**

**E-mail: [sergio.leo@valor.com.br](mailto:sergio.leo@valor.com.br)**



**No Mercosul, ninguém cresce como o Uruguai** – Janes Rocha – Valor Econômico -  
Internacional – 13/04/2009

Os investimentos estrangeiros amorteceram os efeitos da crise mundial e sustentaram o crescimento econômico do Uruguai. Em 2008, só o fato de a indústria de papel e celulose finlandesa Botnia ligar suas máquinas fez o índice de atividade da indústria de papel e celulose do menor país do Mercosul crescer 20% no segundo trimestre de 2008, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) do país a um recorde de 13,1% no período. Foi também no ano passado que a Chery, a primeira indústria chinesa de veículos a se instalar no Mercosul, iniciou sua produção. O impulso da Botnia compensou largamente a desaceleração do último trimestre quando o PIB cresceu apenas 7,5%. No cômputo anual, o Uruguai cresceu 8,9%, o seu maior índice desde a crise que atingiu o país em 2002.

"Há um efeito inercial do ano de 2008 que foi muito bom", diz o economista Marcel Vaillant, do Departamento de Economia da Universidade do Uruguai. Outra boa ajuda vem do Brasil que está comprando mais do vizinho. Segundo a agência Uruguay XXI, estatal de promoção de investimentos e exportações, as vendas para o Brasil aumentaram 22% nos últimos 12 meses terminados em março.

"A boa notícia", diz Marcel Vaillant, é que "mesmo com a crise internacional, o Uruguai não interrompeu sua capacidade para atrair novos investimentos". Só no mês de março foram anunciados US\$ 400 milhões em novos projetos nos setores agroindustrial, madeireiro e construção civil.

A Secretaria da Presidência da República informou à imprensa local que tem recebido, semanalmente, cerca de 15 solicitações de empresas que querem instalar-se no país. Entre os projetos em análise, um deles é de uma multinacional que quer extrair ferro na região central e outro foi apresentado pela empresa Royal Caribbean, para construção de um porto de cruzeiros, dois edifícios de 24 andares, um centro comercial e um hotel cinco estrelas na capital Montevideu.

Além disso, há investimentos importantes nas áreas automobilísticas, serviços (financeiros e "call center") e softwares. Além da montadora de veículos Chery, a coreana Kia está levando para o Uruguai a produção da caminhonete Bongo, conforme noticiou o Valor em 25 de março. Incentivos fiscais, estabilidade política e jurídica e mão de obra qualificada e barata estão entre os motivos que têm atraído investidores para o país.

Em uma crise internacional como a atual, a dependência das commodities agrícolas como fonte de renda mostra que tem suas vantagens, analisa Roberto Bennett, gerente da Uruguay XXI. "Ninguém parou de comer", diz Bennett, lembrando que os preços do trigo subiram 3,8% no primeiro trimestre deste ano e os da carne, principal produto de

exportação do Uruguai, aumentaram 32%. Apesar da forte queda do mercado americano, o país tem mantido suas vendas para a Europa e Ásia e está prestes a conquistar um novo mercado, a Coreia do Sul, que é um dos países que melhor pagam pela carne. No total, o volume de exportações foi US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões em bens e US\$ 2 bilhões em serviços. Dos US\$ 5 bilhões em bens, os principais itens são carnes (21,6%), cereais (trigo, soja, cevada e arroz, 11,1%), lácteos (7,5%), madeiras e suas manufaturas (celulose, móveis, 7,1%), sementes e oleaginosas (girassol, soja em grãos, 6,2%), plásticos e suas manufaturas (3,7%).

A grande aposta do Uruguai para o comércio exterior é a indústria madeireira, afirma Bennett. As projeções do governo apontam para que, nos próximos dez anos, a madeira e suas manufaturas vão passar ao segundo posto na pauta de exportações depois da carne. As papeleiras Ence, da Espanha, e Portocel, de Portugal já começaram a construção de suas instalações no país. O impacto destes projetos no futuro da economia uruguaia pode ser medido pela papeleira finlandesa. O investimento da multinacional Oy Metsä-Botnia, de US\$ 1,2 bilhão, corresponde a cerca de 5% do valor do PIB do país. Suas exportações de papel e madeira representam cinco pontos percentuais da participação de 7,1% do item madeira e suas manufaturas nas exportações totais.

Mas, como o Uruguai "não está em outro planeta", como diz Vaillant, os efeitos da crise já repercutem em desaceleração do nível de atividade. Segundo o economista da Universidade do Uruguai, a projeção de crescimento prevista no Orçamento do Estado para 2009 é de 2%. Vaillant prefere não arriscar projeções porque para ele o país depende muito do que vai acontecer com Brasil e Argentina.

No comércio exterior, Roberto Bennett, da agência Uruguay XXI, afirma que "se conseguirmos manter as exportações de 2008 estaremos contentes". Mas Bennett reconhece que será difícil atingir este volume já que, se por um lado a carne subiu de preço, por outro os demais produtos da pauta uruguaia caíram fortemente no mercado mundial como madeira, lácteos, couros, lãs e plásticos. Para o executivo, é mais provável que o país repita o desempenho de 2007, quando vendeu US\$ 4,7 bilhões em bens, considerando sua diversidade de mercados (exportam a 80 países) e os novos possíveis compradores. Entre janeiro e março, as exportações uruguaianas caíram 14,2% comparado ao mesmo período de 2008.

**Duas lentes para observar o G-20** – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião –  
14/04/2009

O documento lançado pela cúpula do G-20 no histórico encontro londrino de 2 de abril contém afirmações que poderiam ser consideradas bem auspiciosas. Principalmente nos três últimos parágrafos, que destoam de todo o restante, além de não constarem de nenhum dos quatro relatórios finais dos grupos de trabalho que prepararam o evento.

Quatro das mais relevantes estão no 27º, no qual os 20 líderes anunciam: a) que pretendem fazer de tudo para que os investimentos bancados por programas de estímulo fiscal gerem uma recuperação resiliente, sustentável e verde; b) que farão a transição para tecnologias e infraestruturas que sejam limpas, inovadoras, eficientes no uso dos recursos naturais e de baixo carbono; c) que encorajam os bancos multilaterais de desenvolvimento a contribuir de forma decisiva para que esse objetivo seja atingido; d) e que identificarão e trabalharão juntos em outras iniciativas que construam economias sustentáveis.

No parágrafo seguinte, comprometem-se em chegar a um acordo na conferência de Copenhague, de dezembro de 2009, que cuide da ameaça de irreversível mudança climática com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. E no último anunciam que a próxima cúpula será antes do fim do ano.

Outras pérolas também podem ser pinçadas nos primeiros 26 parágrafos. Como a repetida necessidade de se promover "atividades econômicas sustentáveis", de "construir uma recuperação inclusiva, verde e sustentável", ou de "acelerar a transição a uma economia verde". Com destaque especial para a solene declaração inicial de que o crescimento "não deve refletir apenas os interesses da população atual, mas também o das futuras gerações".

Todavia, tudo isso mais parece chique maquiagem de um conteúdo que não poderia ser mais vulgar. Pois o comunicado insiste em fazer crer que a atual crise só ocorreu porque vários governos de países centrais cometeram a imprudência de deixar que suas esferas financeiras galopassem com rédeas soltas. Ou seja, nada teria ocorrido de grave com o precedente crescimento das atividades econômicas não-financeiras. Estas, coitadas, agora seriam apenas trágicas vítimas de uma dinâmica bancária autônoma, que contou com o beneplácito de autoridades irresponsáveis.

Para perceber que essa interpretação da crise é pura estória da carochinha, basta que se leia os artigos semanais no Financial Times do convencional Martin Wolf, sempre traduzidos nesta página do Valor. Enfatizam os colossais excedentes de oferta dos países superavitários, dos quais China, Alemanha e Japão são os mais importantes, com seus respectivos excedentes em conta corrente de US\$ 372 bilhões, US\$ 253 bilhões e US\$ 211 bilhões em 2007. Aí está a base material das patuscadas bancárias, e ela não será contornada pelo cumprimento do comunicado do G-20, que tem o surrealista título de "Plano Global para Recuperação e Reforma".

Mais do que chamar a atenção para a base real dos desmandos financeiros, a ênfase de Wolf só reforça duas hipóteses que ele certamente desdenha por jogarem areia demais em seu circunspeto caminhar. A primeira é a da atual crise como episódio sinalizador de uma complexa mudança global, com apenas três precedentes históricos. Os do começo do Século XVII, do final do XVIII e do início do XX, que marcaram as ascensões da Holanda, da Grã-Bretanha e dos EUA. Desde o final do século passado fica cada vez mais clara a

indomável ressurreição da China, cujos vínculos econômicos com os EUA repetem o padrão das três anteriores grandes mudanças capitalistas. Que os EUA tiveram com a Grã-Bretanha até o início do Século XX, que esta manteve com a Holanda até o final do XVIII, e que Amsterdam se entreteve com os genoveses até o começo do XVII.

A segunda hipótese está ainda mais distante dos horizontes mentais de qualquer analista do Financial Times. É possível que, ao longo dessa quarta grande mudança do capitalismo mundial, a macroeconomia dos países centrais venha a ser cada vez menos centrada no ininterrupto aumento do consumo de suas populações, favorecendo simultaneamente a decolagem de mais de uma centena de economias periféricas. Em outras palavras, que ocorra significativa redistribuição geopolítica da oferta e da demanda globais, conforme os países mais avançados busquem os caminhos de uma planejada prosperidade sem crescimento, única saída para que suas economias possam vir a ser ambientalmente sustentáveis.

Essas duas hipóteses - que estão se tornando cada vez mais plausíveis - ajudam a entender tanto a importância do G-20 para a imprescindível governança mundial, como as incongruências dos 29 parágrafos que sua cúpula se dispôs a adotar na falta de um verdadeiro plano. Medidas de reforma do sistema financeiro e perorações contra o protecionismo combinam muito mais com os atuais presidentes e primeiros ministros das 19 nações do que a perspectiva de enfrentamento dos dois maiores desafios deste século: mitigação do aquecimento global e reestruturação da geopolítica mundial engendrada pela ressurreição da China.

Explicação detalhada da primeira hipótese pode ser encontrada na fascinante obra de Giovanni Arrighi "O Longo Século XX; Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo" (Contraponto/Unesp, 1996). Como a pesquisa que gerou esse livro foi feita nas décadas de 1970 e 1980, o início do deslocamento da acumulação para o eixo asiático levou o autor ao erro de dar mais importância ao Japão do que à China. Mas isso em nada diminui a riqueza analítica que precede as últimas páginas.

Já os detalhes sobre a segunda hipótese foram sistematizados em "Prosperity Without Growth? The Transition to a Sustainable Economy", relatório que o professor Tim Jackson, da Universidade de Surrey, elaborou para a Sustainable Development Commission, "watchdog" criado pelo governo britânico para ajudá-lo na formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. (<http://www.sd-commission.org.uk/publications.php?id=914>)

**José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA-USP e autor de diversos livros sobre desenvolvimento sustentável, escreve mensalmente às terças. Página web: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)**

**Um FMI do qual podemos gostar?** – Dani Rodrik – Valor Econômico – Opinião –  
14/04/2009

A instituição emergiu do encontro do G-20 com mais recursos e responsabilidades, mas o risco é exceder seu alcance

Que diferença a crise fez para o Fundo Monetário Internacional (FMI)? Há apenas alguns meses, esta importante, porém desprezada, instituição, verdadeira referência dos arranjos econômicos do Pós-Guerra, parecia destinada à irrelevância.

O FMI há muito servia de bode expiatório tanto para a esquerda como para a direita - a primeira, pela ênfase do fundo na ortodoxia econômica e retidão fiscal, e a segunda, por seu papel no resgate de nações endividadas. Os países em desenvolvimento, relutantes, aceitavam seus conselhos, enquanto os países avançados, sem necessidade de dinheiro, os ignoravam. Em um mundo em que os fluxos de capitais privados haviam tornado os recursos em mãos do FMI insuficientes, a instituição acabara por tornar-se um anacronismo.

E, quando há alguns anos alguns dos maiores devedores do FMI (Brasil e Argentina) começaram a pagar antecipadamente suas dívidas, e não havia novos captadores no horizonte, parecia que o último prego havia sido colocado em seu caixão. O FMI parecia condenado a ficar sem renda e a perder sua "raison d'être", sua razão de ser. Reduziu seu orçamento e começou a encolher. Embora tenha ganhado novas responsabilidades nesse entretanto - supervisionar a "manipulação cambial", em particular - suas deliberações mostraram ser, em grande parte, irrelevantes.

A crise, no entanto, revigorou o FMI. Sob o comando de seu competente diretor-gerente, Dominique Strauss-Kahn, o fundo vem sendo uma das poucas agências oficiais na dianteira - em vez de na retaguarda - dos acontecimentos. Agiu de forma rápida para estabelecer uma linha de crédito emergencial de fácil liberação para os países com políticas "razoáveis". Defendeu veementemente estímulos fiscais mundiais na ordem de 2% do PIB global - posição ainda mais notável em face de seu tradicional conservadorismo em questões fiscais. E, no período prévio à reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), em Londres, remodelou completamente suas políticas de empréstimos. Tirou a ênfase da tradicional condicionalidade dos créditos, de forma que os países passaram a ter mais facilidade para ficarem aptos a receber os empréstimos.

Ainda mais significativo foi o fato de o FMI emergir do encontro em Londres com recursos substancialmente maiores e com mais responsabilidades. O G-20 prometeu triplicar a capacidade de crédito do FMI (de US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões), lançar US\$ 250 bilhões em Direitos Especiais de Saque (DES) - um ativo de reserva composto de uma cesta das principais moedas - e permitir que a instituição capte nos mercados de capitais (o que nunca ocorreu) caso necessário. O FMI também foi indicado como uma das

duas principais agências, ao lado do Fórum de Estabilidade Financeira (agora renomeado Conselho de Estabilidade Financeira), e encarregado de alertar antecipadamente sobre riscos financeiros e macroeconômicos, além de emitir as recomendações políticas necessárias.

Outra boa notícia é que os europeus abriram mão da reivindicação de nomear o diretor-gerente do FMI (assim como os EUA o fizeram com a presidência do Banco Mundial). Estes dirigentes, de agora em diante, serão escolhidos "por meio de um processo de seleção aberto, transparentes e baseado em méritos". Isto contribuirá para uma melhor governança (embora a direção de Strauss-Khan venha sendo exemplar) e aumentará a legitimidade de ambas as instituições aos olhos dos países em desenvolvimento.

O FMI, portanto, encontra-se no centro do universo econômico mais uma vez. Como optará por usar seu poder recém-recuperado?

O maior risco é que volte a superestimar sua força e exceder-se em seu alcance. Foi o que aconteceu na segunda metade dos anos 90, quando o FMI começou a pregar uma liberação das contas de capital, aplicou soluções fiscais austeras demais durante a crise financeira asiática e tentou reformular sozinho as economias do continente. Ainda está por ser visto se as lições foram compreendidas integralmente dentro da instituição e se teremos um FMI mais afável e suave e não um rígido e doutrinário.

Um fato encorajador é que os países em desenvolvimento quase certamente terão maior voz para definir como o fundo é dirigido. Isto assegurará que a visão dos países mais pobres encontre ouvidos mais receptivos no futuro.

Simplemente dar maior poder de voto aos países em desenvolvimento, no entanto, fará pouca diferença se a cultura organizacional do FMI não for mudada também. O quadro de funcionários do fundo é composto por um grande número de economistas bem instruídos, mas que carecem de muita conexão com (e compreensão das) as realidades institucionais dos países com os quais trabalham. Seu conhecimento profissional é validado pela qualidade de seus títulos superiores e não por seus feitos práticos. Isto alimenta a arrogância e um senso de superioridade presunçosa sobre seus pares - autoridades políticas que precisam equilibrar agendas múltiplas e complicadas.

Combater isso exigirá esforços proativos da liderança do FMI no recrutamento, no quadro pessoal e na política de promoções. Uma opção seria aumentar substancialmente o número de recrutas em meio de carreira com experiência prática de fato em países em desenvolvimento. Isso poderia tornar o pessoal do FMI mais consciente do valor do conhecimento local em relação à experiência teórica.

Outra estratégia seria realocar parte do pessoal, incluindo os que estão em departamentos funcionais, para os "escritórios regionais". Esta mudança provavelmente

encontraria resistência considerável dos funcionários que se acostumaram aos privilégios de Washington DC. Mas não há melhor forma de apreciar a influência desempenhada pelo contexto do que viver nesse contexto. O Banco Mundial, que promoveu descentralização similar há algum tempo, como resultado melhorou no atendimento a seus clientes (sem enfrentar dificuldades em recrutar bons talentos).

Este é um momento importante para o FMI. A comunidade internacional tem grandes esperanças no desempenho e no poder de discernimento da instituição. O fundo precisará de reformas internas para ganhar plenamente essa confiança.

**Dani Rodrik, professor de Economia Política na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade Harvard, é o primeiro ganhador do Prêmio Albert O. Hirschman, do Social Science Research Council. © Project Syndicate/Europe's World, 2009.**

**Com Unasul, chance para aparar arestas** - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Internacional -16/04/2009

Presidente dos EUA propõe reunião em que estarão Chávez, Morales e Correa

**BRASÍLIA.** O encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e os líderes da União Sul-Americana de Nações (Unasul) será uma oportunidade única para que o líder americano e presidentes de países historicamente problemáticos, como Venezuela, Bolívia e Equador, possam se sentar em volta da mesma mesa e tentar aparar arestas. Segundo altos funcionários do Palácio do Planalto e do Itamaraty, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atuará como facilitador na reunião, que deverá acontecer na manhã do próximo sábado, em Trinidad e Tobago, paralelamente à Cúpula das Américas.

— O presidente Obama não pode conversar com toda a América Latina, que é um saco de gatos. Ele precisa falar com grupos menores — comentou um graduado diplomata brasileiro, envolvido diretamente no assunto.

**Brasil defenderá fim do embargo a Cuba, apesar de tema não estar na pauta**

Lula recebeu anteontem ligação da presidente do Chile, Michelle Bachelet, avisando do desejo de Obama de se encontrar com os presidentes da América do Sul. Segundo o assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, Lula ligará hoje para Obama, concordando com encontro.

— Ninguém convoca a reunião se não tiver um assunto importante. É a primeira participação do presidente Obama numa reunião com toda a América Latina. Penso que o presidente Obama vai marcar uma reunião coletiva com a Unasul, que funciona como um bloco.

Na avaliação do governo brasileiro, a Unasul é a “pessoa jurídica” mais coesa das Américas, o que abre brechas para a discussão de temas menos genéricos, como protecionismo e desenvolvimento regional. Mas isso não significa que as conversas serão fáceis. Obama estará frente a frente com líderes de países que expulsaram, recentemente,

embaixadores ou funcionários do governo americano de seus países. Estão na lista o venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa.

Pelo que foi transmitido a Lula no mês passado, em Washington, durante encontro com o presidente americano, Obama tem particular interesse em ter um diálogo com Chávez, que, por sua vez, já emitiu sinais de que espera uma melhora nas relações de seu país com os EUA.

Especificamente na reunião da Cúpula das Américas, porém, Lula deve ter como foco sua proposta relativa ao fim do embargo econômico a Cuba, em vigor desde 1962, apesar de o tema não estar na pauta das discussões. A proposta do presidente Lula é que seja anulada a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), que aconteceu naquele mesmo ano.

— Evidentemente não se trata de criar um constrangimento aos EUA, mas tampouco se trata de deixar passar o fato que a ausência de Cuba, numa reunião dessa das Américas, é uma anomalia. Nem Cuba quer constranger o governo americano, mas tampouco quer que as medidas adotadas sejam insuficientes — disse Marco Aurélio Garcia, que assistiu ao encontro bilateral entre Lula e o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, realizado ontem no Rio.

#### **Golpe por etapas – O Globo – Editorial – 17/04/2009**

Não são só as relações entre os EUA e Cuba que chamam a atenção para a 5ª Cúpula das Américas, a partir de hoje em Trinidad e Tobago — sem Cuba, banida de encontros continentais. Desperta igual interesse a reunião proposta pelo presidente Obama com a União Sul-Americana de Nações (Unasul), amanhã, à margem da Cúpula.

Nesse fórum, ele estará muito mais próximo dos líderes sul-americanos, inclusive dos que têm se pautado pelo antiamericanismo: os de Venezuela, Bolívia e Equador.

Em artigo exclusivo para o Grupo de Diários América (GDA), publicado ontem no GLOBO, Obama frisou que é preciso “escolher o futuro em vez do passado, porque sabemos que o futuro tem grandes oportunidades se trabalharmos juntos”. De olho no futuro, o presidente americano começou a distender as relações com Havana. Mas, para avaliar como vai proceder em relação a Hugo Chávez, é bom ter em conta o passado recente. Tendo o povo barrado pelo voto, em 2007, uma reforma constitucional que lhe daria ainda maiores poderes, o coronel resolveu fazê-la a conta-gotas, num verdadeiro golpe por etapas contra a democracia. O que descredencia definitivamente o ingresso da Venezuela no Mercosul, devido à cláusula democrática do bloco.

O principal objetivo de Chávez com a reforma constitucional era aprovar a reeleição presidencial ilimitada.

Derrotado, prometeu voltar ao assunto e o fez. Usando a pressão da máquina estatal, voltou a consultar os eleitores, em fevereiro, e obteve o que queria. De lá para cá, Chávez vem numa escalada de medidas autoritárias e inconstitucionais.



Federalizou portos, aeroportos e rodovias dos estados governados pela oposição, para retirarlhes receita. Jogou para escanteio o prefeito de Caracas, de oposição, passando seus poderes para um governo do Distrito Federal criado por decreto. Adotou a justificativa da “utilidade pública ou interesse social” para intervir e estatizar, como fez com beneficiadoras privadas de arroz. Enviou ao Parlamento (pró-governo) projeto que autoriza o Executivo a criar territórios, municípios e cidades com dirigentes nomeados (dispositivo da reforma constitucional vetada).

Se, na Cúpula das Américas, Obama não se sentará à mesa com um ditador comunista, o fará na reunião da Unasul com um caudilho “bolivariano”, cópia de Fidel. O que aumenta a expectativa em torno do presidente americano e de Chávez, mas também de Lula, que se credenciou a atuar como moderador.

Com sorte, poderá ajudar a destrancar portas. Obama já mostrou disposição para isso. As chave

#### **Adesão da Venezuela ao Mercosul não avança – Eliane Oliveira – O Globo – 17/04/2009**

Comissão do Senado cobra mais informações sobre as negociações com o país vizinho

**BRASÍLIA.** A falta de consenso em torno do ingresso da Venezuela no Mercosul, constatada ontem na audiência pública no Senado, levou a Comissão de Relações Exteriores da Casa a pedir mais informações ao governo brasileiro sobre as negociações com o país vizinho. Só depois disso, os parlamentares da comissão votarão o protocolo de adesão. O pedido foi feito pelo senador tucano Tasso Jereissati (CE). Entre os dados solicitados ao Itamaraty estão o cronograma de liberalização do comércio entre a Venezuela e os quatro atuais membros permanentes do bloco: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

— Existe consenso em relação à importância da Venezuela, mas o primeiro passo que devemos dar é o de obter informações do governo a respeito das negociações, sem as quais não temos condições de apresentar um relatório — disse Tasso.

O tema foi debatido por mais de três horas. Senadores governistas e da oposição se confrontaram com argumentos favoráveis e contrários à aprovação do protocolo de adesão, que já passou na Câmara, acompanhados pelos convidados à audiência pública: os embaixadores Sérgio Amaral, Paulo de Tarso Flecha de Lima e Rubens Barbosa e o diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Coelho.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, afirmou que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, ainda deve uma explicação ao Senado.

Há dois anos, o líder venezuelano teria chamado os senadores de papagaios dos EUA. Os senadores de Roraima a Mozaril do Cavalcanti (PTB) e Romero Jucá (PMDB) destacaram a importância do país vizinho para o desenvolvimento do estado.

**Lula pede mais atenção de Obama** – O Globo – Capa – 17/04/2009

O presidente Lula pediu a Barack Obama um compromisso maior dos EUA com a América Latina. Cuba será um dos temas da Cúpula das Américas, que Hugo Chávez tenta esvaziar. Raúl Castro disse estar disposto a dialogar.

**A hora do confronto** – Eliane Oliveira e Luiza Damé - O Globo – O Mundo – 17/04/2009

Obama visita o México um dia antes da Cúpula das Américas. Chávez e Raúl atacam reunião

**CIDADE DO MÉXICO e CARACAS**

As horas que antecederam o início da Cúpula das Américas foram repletas de mensagens contrastantes.

Enquanto o presidente dos EUA, Barack Obama, visitava o México, onde disse que espera que Cuba dê os próximos passos em direção à democracia e promova mudanças, os líderes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, receberam o presidente cubano, Raúl Castro, para tentar esvaziar o encontro que começa hoje em Trinidad e Tobago. Antes mesmo do início da reunião, Chávez afirmou que liderará um grupo de países que deverá “vetar” a declaração final do encontro de 34 países americanos, do qual Cuba estará ausente.

Na cidade venezuelana de Cumana, Chávez foi o anfitrião da 7ª reunião da Alternativa Bolivariana para as Américas, a Alba, que contou com a presença dos presidentes dos países-membros Cuba, Bolívia, Nicarágua, Honduras e Dominica, além dos chefes de governo de Paraguai e São Vicente e Granadinas.

— Há uma declaração que é difícil de assimilar. Está totalmente deslocada no tempo e no espaço, como se o tempo não tivesse passado — disse Chávez. — A Venezuela veta agora mesmo essa declaração. Até ontem à noite, estavam discutindo lá (em Trinidad e Tobago), e nós, junto com outros países, dizemos que não estamos de acordo com esta declaração.

O venezuelano, no entanto, não disse qual ou quais trechos o deixaram tão irritado. Os governos de Venezuela e Nicarágua, por exemplo, diziam não serem contrários à menção a “democracia e direitos humanos” no documento.

Muitos apontam que o apoio que a declaração daria à Carta Democrática Interamericana, aprovada em 2001, seria o motivo da reação. O rascunho prevê uma convocação à defesa da “democracia representativa”, fórmula contrária aos interesses de regimes com líderes que preferem impor suas propostas com eleições e referendos, exemplos de democracia direta.

O cubano Raúl Castro também surpreendeu ontem. No momento em que Cuba se tornava um dos temas principais da cúpula — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se dispusera a mediar uma aproximação entre EUA e Cuba para que o país volte à OEA e o embargo acabe —, Raúl disse que a organização deveria acabar.

— A OEA tem que desaparecer — disse Raúl. — Antes de (Cuba) entrar na OEA, primeiro se unirá o Mar do Norte e o Mar do Sul, e nascerá uma serpente de um ovo de águia.

**Morales pede para ser expulso da OEA**

Em declarações inesperadas, Morales chegou a pedir que seu país seja expulso da OEA.

— Quero dizer aos membros da OEA que me declaro marxista, leninista, comunista e socialista. Agora quero que me expulsem da OEA — disse o boliviano, que, porém, não solicitou a retirada de seu país da entidade.

As declarações foram feitas no dia em que Obama visitou pela primeira vez, como presidente, o México.

Ele disse que “não veria problema algum” no fato de a reintegração de Cuba à OEA ser um dos temas da reunião. Frisou suas recentes mudanças na lei — permissão de viagens e remessas de dinheiro de americanos para parentes em Cuba — e disse que chegou a vez de a ilha “dar alguns passos”.

— Não esperamos que isso ocorra da noite para o dia. Mas há passos que o governo de Cuba deve tomar para mudarmos a história dos últimos 50 anos. Passos como direitos humanos, políticos, liberdade de expressão, de religião, de viajar.

A resposta de Cuba viria de noite, quando Raúl Castro deu o primeiro sinal de resposta às medidas dos EUA e se disse disposto a discutir “tudo: direitos humanos, liberdade de imprensa e presos políticos”.

A visita ao México serviu para Obama demonstrar apoio público ao presidente Felipe Calderón, que enfrenta uma batalha contra cartéis de drogas que provocaram a morte de 6.300 pessoas em 2008. Em entrevista à rede CNN em espanhol que foi ao ar horas antes de ele chegar à Cidade do México, Obama disse que Calderón está fazendo “um trabalho sensacional e heroico” na luta contra o narcotráfico.

E reconheceu que os EUA têm boa parcela de responsabilidade pelo tráfico de armas a gangues mexicanas.

Obama, inclusive, anunciou que os EUA devem ratificar o Tratado Interamericano de Tráfico de Armas, de 1997. Os EUA são um dos cinco países que não ratificaram o documento.

Obama chega à 5a Cúpula das Américas amparado por uma pesquisa realizada em 20 países do continente que mostrou que ele é o líder político mais popular da região, com a aprovação de 70% das 12 mil pessoas entrevistadas pelo Barômetro de Governabilidade Latino-Americano e da Península Ibérica. Lula é o segundo, com 58,9%, e Chávez, o último, com 28%. De noite, a Casa Branca anunciou que Obama não tem intenção de marcar um encontro em separado com Chávez.

Lula recebe telefonema de Obama e cobra mudança de atitude para a América Latina  
Governo brasileiro espera avanços sobre desenvolvimento econômico, etanol e Cuba  
**Eliane Oliveira e Luiza Damé**

**BRASÍLIA.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem diretamente ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, uma mudança de atitude dos EUA perante a América Latina. Numa conversa de 20 minutos por telefone, eles trocaram opiniões sobre os temas que vão dominar os debates — com destaque para Cuba e para os efeitos da crise financeira mundial na região. A iniciativa do telefonema foi de Obama.

O governo brasileiro espera que a presença de Obama na reunião de Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, resulte em compromissos do líder americano voltados ao

desenvolvimento da América Latina, com medidas para estimular o crescimento econômico da região.

Mais recursos para financiar os setores produtivos, novos investimentos e uma posição fechada em torno do etanol fazem parte das expectativas do Palácio do Planalto. Um passo político mais ambicioso em relação a Cuba também é aguardado.

Lula lembrou ontem que expressou sua preocupação em outras ocasiões a Obama: no encontro que ocorreu em Washington no mês passado e na reunião do G-20 (grupo formado pelas maiores economias do mundo), em Londres.

— É preciso que haja uma mudança na visão que os Estados Unidos têm da política latino-americana. Nós não temos mais Guerra Fria, não temos mais luta armada. Só existe um grupo que defende a luta armada, que são as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) — afirmou o presidente.

— Os EUA precisam ter para a América Latina um olhar pensando no desenvolvimento tecnológico, na parceria e na contribuição.

Ahmadinejad virá ao Brasil em maio e pedirá apoio a programa nuclear Na visão do governo brasileiro, a máxima que diz que em encontro de presidentes não saem decisões caiu com a crise internacional. Prova disso foi a reunião de cúpula do G-20, em que foram assumidos compromissos importantes, como o combate aos paraísos fiscais e a antecipação, em dois anos, da revisão do sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), prevista anteriormente para janeiro de 2013.

O mais provável, segundo um alto funcionário do governo brasileiro, é que Obama guarde para a reunião que terá com os líderes da União Sul-Americana de Nações (Unasul) — paralelo à Cúpula das Américas — as boas notícias relativas a uma atuação maior dos EUA na região. Espera-se também que Obama fale pouco sobre Cuba aos chefes de Estado da América Latina.

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, desembarca em Brasília em 5 de maio para a primeira visita de um chefe de Estado iraniano desde os anos 60, quando esteve no país o xá Reza Pahlevi. Entre os temas a serem tratados com o presidente Lula, Ahmadinejad deverá pedir o apoio do Brasil a seu novo programa nuclear, que será apresentado nos próximos dias ao grupo 5 + 1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia, China e Alemanha).

Embora o Brasil não faça parte do grupo, há reconhecimento mundial de que o programa brasileiro de enriquecimento de urânio tem fins pacíficos.

Animado com os sinais emitidos pelo presidente Obama, de que há interesse em uma aproximação com seu país, Ahmadinejad vem dizendo que pretende lançar as bases para uma nova relação com o Ocidente, o que significaria tornar mais transparente seu programa nuclear, que abrange desde a extração de urânio até a produção de combustível.

Ahmadinejad virá acompanhado de cem pessoas, entre as quais autoridades e empresários. Serão assinados acordos de cooperação econômica, técnica e cultural. Outros pontos da agenda bilateral são o aumento do comércio — atualmente em torno de US\$ 2 bilhões — e a expansão da presença da Petrobras naquele país

## G-8 agrícola começa sem o primeiro escalão do Brasil – Valor Econômico – Internacional – 17/04/2009

O Brasil entra prejudicado no embate entre países exportadores e protecionistas no primeiro cúpula agrícola do G-8, neste fim de semana, devido à ausência de seu ministro de Agricultura na reunião que discutirá estratégias para reforçar a produção e evitar futuras crises alimentares.

O G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo (mais a Rússia), convidou para a reunião agrícola deste fim de semana na Itália os ministros do G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), além de Argentina, Austrália e Egito, para o que pode ser o início do redesenho de políticas agrícolas.

**Uma agenda ambiciosa**  
O que será o primeiro G-8 agrícola da história

- **O objetivo da reunião:**
  - Definir plano de ação para evitar uma nova crise alimentar global e começar a redesenhar a produção agrícola.
  - Discutir a situação de cerca de 1 bilhão de pessoas que sofrem com a fome.
  - Discutir os mercados globais de alimentos
- **Quem participa:**
  - Ministros da Agricultura do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália e Rússia); G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul); Argentina e Austrália (grandes exportadores); e Egito (representando a África e importadores líquidos de alimentos)
  - Representantes da União Europeia, União Africana, FAO, Grupo da ONU sobre Segurança Alimentar, Banco Mundial, Programa Alimentar Mundial, OCDE.
- **Temas para discussão:**
  - Reforço do papel da agricultura na recuperação econômica global e garantia da segurança alimentar
  - Como aumentar a produtividade agrícola para reduzir o fosso entre demanda e oferta de alimentos
  - Reforço da economia de áreas rurais, encorajamento de investimentos
  - Melhora de preços e transparência de etiquetagem nos mercados internacionais
  - Gestão coordenada de estoques internacionais, usando reservas de maiores produtores ou com intervenções nos mercados.
  - Luta contra especulação no setor agrícola
  - Combate às mudanças climáticas, melhor manejo de água e redução de desperdícios

Fontes: Negociadores; Reuters

Na reunião do G-8 com os emergentes, a expectativa é de definição de uma agenda que passa também por luta contra a especulação no setor agrícola, encorajamento aos investimentos nos países pobres e melhora na produtividade agrícola e na cadeia alimentar.

A enorme alta de preços de alimentos no fim de 2007 e começo de 2008 provocou protestos de rua em países como Egito, Indonésia, Filipinas, Bangladesh e Haiti. Segundo as Nações Unidas, apesar da queda no ano passado, a média do custo dos produtos agrícolas ainda está até duas vezes mais alta do que há quatro anos.

"Sabemos que, se os preços do petróleo começarem a subir de novo, quase certamente os preços dos alimentos vão subir junto. Aí, uma nova crise alimentar global ainda será uma realidade", diz David Navarro, coordenador de um Grupo da ONU sobre segurança alimentar.

Sobretudo a FAO alerta para o problema estrutural da agricultura. O aumento da população e do nível de vida em países em desenvolvimento pode conduzir à falta de alimentos e ameaçar a estabilidade mundial. Uma saída é dobrar a produção de alimentos até 2050, em meio a desafios envolvendo impacto sobre mudanças climáticas, por exemplo. Arábia Saudita e Coreia do Sul já buscam terras em outros países para garantir o abastecimento futuro.

O Brasil é um dos líderes mundiais na área agrícola, um dos celeiros do mundo. E uma das bandeiras do governo Lula é incluir o país em tomadas de decisões na governança global. Mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não participará do primeiro G-8 agrícola da história, que quer pavimentar o terreno de futuras políticas agrícolas.

A ausência do ministro da Agricultura limita o papel que o país poderia ter na negociação. Por melhor que sejam os técnicos que representarão o Brasil, a falta de uma personalidade política do setor dá um sinal negativo e exclui o país entre os pesos pesados que negociarão sobretudo informalmente.

Um negociador europeu nota que "sem ministro não dá para impulsionar uma agenda positiva do país" nesse tipo de reunião.

A assessoria de imprensa do ministro Stephanes informou que o ministério avaliou que "a pré-agenda não carecia da necessidade de participação efetiva do Ministério e foi sugerido ao Itamaraty que o embaixador José Marcondes (represente na FAO) represente o país".

De imediato, grupos agrícolas do G-8 defendem a criação de estoques globais de produtos agrícolas para melhorar a estabilidade da oferta e evitar choque de preços. O Brasil é reticente à ideia, desconfiando que teria de pagar parte da conta como um dos produtores mais competitivos.

O grupo da ONU sobre segurança alimentar, representado por Navarro, estima que o futuro da produção alimentar não pode se basear só na agricultura em grande escala e que é preciso intensificar pequena produção, cooperativa e outros métodos, indo mais na direção oposta da agricultura comercial brasileira.

Também a França e a Itália pressionam pela ideia de políticas agrícolas locais como uma maneira de promover o desenvolvimento da agricultura, e normalmente com subsídios. A China é dada por alguns analistas como exemplo de país que garante sua segurança

alimentar com gastos crescentes na área agrícola. A questão, porém, é como os chineses gastam esse dinheiro, notam outros especialistas, evitando dar uma carta de boa conduta a Pequim.

De seu lado, o Brasil nota que os produtos agrícolas ainda são uma parte muito pequena do comércio internacional. Só 6,5% do arroz é comercializado entre países, e 17% do trigo. Justamente a maior volatilidade de preços tem afetado esse tipo de produtos. Segundo a FAO, o preço do arroz em 2008 ainda era 80% maior do que em 2007. Como o comércio é pequeno, a entrada de novo produtor provoca instabilidade no mercado. Ou seja, o que falta é mais comércio.

Aparentemente, o país conseguiu retirar do texto da declaração da reunião a proposta de uma estratégia global de segurança alimentar que passaria pela redução do consumo de carnes em favor de uma "dieta mais balanceada" com produtos mais locais. Mas ninguém garante que o tema não volte neste fim de semana.

#### **Risco Somália – O Globo – Editorial – 18/04/2009**

Em carta divulgada pouco antes da reunião do G-20, no início do mês, em Londres, proeminentes economistas, entre eles o Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, frisaram que o principal desafio do encontro seria ajudar os países mais pobres a enfrentar a crise mundial. Basearam seu raciocínio em dados assustadores.

Segundo o Banco Mundial, cerca de 50 milhões de pessoas serão empurradas de volta para a pobreza, das quais entre quatro e seis milhões na América Latina. O FMI calcula que o mundo em desenvolvimento perderá US\$ 1 trilhão.

O G 20 terminou aprovando um pacote de US\$ 1,1 trilhão para estimular a economia mundial. Os países mais necessitados foram razoavelmente aquinhoados. Daquela cifra, US\$ 500 bilhões se destinam ao FMI para financiar as economias em apuros (o México deve ficar com US\$ 30/40 bilhões, a Polônia com US\$ 20 bilhões e a Ucrânia com US\$ 16,4 bilhões, entre outros. Em corte radical com o passado recente, o Brasil passa a emprestar ao Fundo).

Foi decidida uma emissão de US\$ 250 bilhões em Direitos Especiais de Saque (moeda escritural do FMI), dos quais US\$ 19 bilhões para nações pobres. Os bancos de desenvolvimento regionais serão reforçados com US\$ 100 bilhões para socorrer os países mais fragilizados, enquanto o FMI levantará, com a mesma finalidade, US\$ 6 bilhões com a venda de reservas em ouro. O G-20 ainda aprovou US\$ 250 bilhões para estimular o comércio mundial.

Economistas como Stiglitz estão cobertos de razão quando pedem atenção especial à situação dos mais pobres, já vulneráveis após a alta dos preços dos alimentos no ano passado e enfrentando a queda do turismo, das remessas de cidadãos no exterior e o colapso das cotações de commodities.

O primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, argumentou que é mais barato socorrer esses países agora do que após eles “afundarem em caos total e violência”.

Um exemplo disso está bem ao lado de seu país: a Somália, mergulhada em longa crise, terra de ninguém, destaque nas manchetes internacionais por conta dos piratas que saqueiam navios ao largo de suas costas. Ninguém deseja que, por falta de assistência, a crise espalhe somálias pelo mundo.

### **Ressentimentos à mostra - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 19/04/2009**

Obama quer olhar para o futuro, mas líderes latino-americanos reclamam de ingerências

Apesar dos esforços do presidente dos EUA, Barack Obama, para deixar claro aos países latinoamericanos que esta Cúpula das Américas ocorre com um novo governante, aberto para uma nova proposta conciliatória, e que a hora é de “olhar para o futuro”, a maioria dos países americanos aproveitou ontem para dar lições de História a Obama sobre a América Latina, reclamar do passado de ingerências do país na região e pedir uma política de mais parcerias e menos intervenção.

Tanto no encontro de presidentes da Unasul, que reúne os dirigentes de países da América do Sul, quanto em entrevistas coletivas realizadas durante todo o dia de ontem, os líderes americanos mantiveram um tom crítico e rancoroso em relação aos EUA. O presidente da Bolívia, Evo Morales, por exemplo, chegou a dizer que não vê qualquer mudança nos quase 100 dias de governo Obama e afirmou que Washington continua conspirando contra o seu governo, que em setembro do ano passado expulsou o embaixador americano Philip Goldberg do país.

— Eu sei que Obama representa um novo governo americano, então eu penso que ele deve repudiar publicamente o complô que estava em andamento, feito pela direita no meu país, para me assassinar — disse Morales. — Nas repetidas tentativas de golpe civil de grupos na Bolívia sempre houve ingerência dos EUA.

— Falamos com Obama sobre a ingerência de funcionários americanos nas políticas dos países da América Latina — disse a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. — Nós não temos funcionários que opinam quando os EUA tomam alguma decisão.

Segundo um alto funcionário do Departamento de Estado dos EUA presente ao encontro com a Unasul, Obama teria respondido que não estava ali para discutir a História: — Nós devemos entender o passado, mas avançar mantendo os olhos postos no futuro.

E da mesma forma que os EUA precisam reconhecer erros do passado, os governos latinoamericanos devem resistir à tentação fácil de culpar os EUA por tudo o que ocorre de errado em seus países — disse Obama.

— Quando os líderes falaram de intervenção foi sobre coisas que os EUA costumavam fazer e que formam a base histórica na relação entre os países. Eles deixaram claro que esperam que o governo Obama não faça o mesmo — afirmou o funcionário do Departamento de Estado dos EUA.

**Em grupo, a conciliação.**

**Em separado, o rancor**



Em mais um ato pouco esperado, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez anunciou que vai reabilitar o embaixador de seu país em Washington como uma mostra de que busca uma “nova era” nas relações com os Estados Unidos. Há sete meses, os EUA expulsaram o embaixador Bernardo Álvarez, em retaliação à decisão de Chávez de mandar embora o principal representante diplomático americano em Caracas. Não houve resposta imediata da delegação dos EUA.

Para aparar arestas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a sugerir a Obama que envie a secretária de Estado, Hillary Clinton, em visita aos países com os quais os EUA possuem divergências na América do Sul, como Venezuela, Bolívia e Equador. Lula, em tom conciliatório, uniuse ao esforço de Obama de estimular os países da região a focar nos planos para o futuro: — Este é um espaço em que devemos buscar construir alternativas. Se possível, alternativas comuns. Essa construção não pede que esqueçamos o passado. Mas ela deve privilegiar o futuro. O êxito dessa cúpula depende do engajamento pleno de todos os países da região nessa empreitada.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez declarações semelhantes: — Penso que esta cúpula representa um momento único de mudança na relação entre os EUA e os países da região — afirmou Celso Amorim.

— O presidente Lula considera importante o diálogo entre os EUA e os grupos regionais, e até o presidente Chávez fez uma intervenção surpreendentemente curta sobre a esperança de mudança nas relações entre os países. Se toda a cúpula mantiver a atitude franca e amistosa, acho que terminaremos com um bom consenso.

De fato, todos os líderes têm mantido um tom conciliatório e esperançoso nos encontros públicos da cúpula, ainda que, nas entrevistas coletivas em separado, muitos achem difícil resistir à tentação de criticar os EUA. Antes da Cúpula das Américas, Obama afirmou que viria a Trinidad e Tobago para ouvir os países vizinhos, destacando que tinha “muito a aprender” com os líderes da América do Sul. Seu desejo foi atendido.

**Tema social domina o debate econômico** - Gilberto Scofield - O Globo – Economia – 19/04/2009

Presidentes discutem miséria e integração regional, e pedem reformas no FMI

**PORT OF SPAIN**, Trinidad e Tobago. A nova ordem política e diplomática que os líderes americanos passaram os últimos dois dias pregando na Cúpula das Américas ganhou seu viés econômico nas discussões de ontem sobre a prosperidade humana. Longe do debate árido sobre reformas financeiras e pacotes de estímulo para a reativação do crescimento que deram o tom dos debates no encontro do G-20, as discussões de ontem priorizaram o combate à miséria, as reformas no FMI (para que o organismo reduza exigências e condições aos empréstimos) e a integração regional como forma de ajuda neste momento difícil.

Governo americano admite que FMI e BID precisam de reformas Em seu discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou as receitas neoliberais que marcaram os projetos de estabilização e crescimento das décadas de 80 e 90 na América Latina e afirmou que o amparo social e o combate à pobreza, aliado a ações de amparo social, são a base das ações de governo no continente hoje.

— Só há desenvolvimento quando se combina crescimento com distribuição de renda. A região amadureceu coletivamente — disse Lula.

Ele destacou a importância do fortalecimento político das instituições regionais de crédito na recuperação dos países latinos, especialmente dos países mais pobres: — O aumento do capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o fortalecimento da Corporação Andina de Fomento e o lançamento do Banco do Sul ajudarão na retomada do crescimento.

O próprio governo americano, que nunca viu com bons olhos mudanças nos dois principais organismos multilaterais de crédito — FMI e Banco Mundial — admitiu que as duas instituições precisam se adequar a uma nova realidade, tanto do ponto de vista de fornecer mais dinheiro (de forma mais rápida e sem exigências), para os países pobres, como na forma de participação dos países emergentes no comando dos bancos.

— Os países latinos querem que sejamos bem-sucedidos na nossa tarefa de reverter o cenário de crise, porque eles sabem que isso vai acelerar a recuperação em suas próprias economias — disse Larry Summers, assessor do Conselho Econômico Nacional do governo dos EUA. — Sobre o FMI, os países querem mudanças rápidas.

Eu não acho que é tarefa dos EUA dizer para os países o que eles devem fazer.

Morales diz que não assina declaração que contemple etanol Ainda que haja mais consenso do que divergências dentro do espírito geral que rege a cúpula e que vai se traduzir na declaração final a ser divulgada hoje, o presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou que não assinará a declaração caso ela insista em incluir os biocombustíveis, entre eles o álcool brasileiro, acusados de encarecer os preços dos alimentos.

Trata-se de uma posição antiga, mas em seu discurso, o presidente Lula tratou de esclarecer a divergência e fazer a defesa do álcool: — A sociedade quer combustíveis renováveis, limpos e baratos.

A região reúne condições climáticas e de solo para exportar energia sem descuidar de nossa demanda interna, menos ainda de nossa segurança alimentar. Seríamos os primeiros a condenar os biocombustíveis se ameaçassem a oferta de alimentos ou a preservação de nossas florestas.(Gilberto Scofield)

**"Doutrina Obama" inicia nova era nas relações com América Latina** – Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Internacional – 20/04/2009

Estratégia de diálogo aberto até com líderes antiamericanos conquista países que viam EUA com suspeita

A estreia da "Doutrina Obama" na América Latina foi festejada como "uma nova era" no relacionamento entre os EUA e o resto do hemisfério. O presidente americano, Barack Obama, deixou a Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago elogiado por quase todos os líderes da esquerda, que viam com muitas reservas seu predecessor, George W. Bush. O novo líder americano comemorou o resultado de sua estratégia de se aproximar de países adversários. "Nos últimos dias, vimos sinais positivos na natureza das relações entre os EUA, Cuba e Venezuela", disse. Segundo ele, a neutralização das tensões na região fortalece os EUA. "Fica muito mais fácil para países amigos colaborarem conosco porque seus vizinhos e populações nos veem como uma força do bem ou, pelo menos, não como uma força do mal."

Nos EUA, porém, a aproximação de Obama e Chávez causou ruídos. Ontem o senador republicano John Ensign descreveu como "irresponsável" o presidente ser visto sorrindo ao lado de "um dos líderes mais antiamericanos do mundo". Em resposta, Obama reconheceu discordar de Chávez sobre política econômica e externa e sobre a inflamada retórica antiamericana do venezuelano, mas defendeu a nova "relação mais construtiva" com Caracas. "Venezuela é um país cujo orçamento de Defesa é provavelmente ínfimo se comparado ao dos EUA... é improvável que apertar a mão ou ter uma conversa educada com Chávez seja uma ameaça aos interesses estratégicos dos EUA", disse.

Obama defendeu sua doutrina de conversar com nações adversárias, lançada durante a campanha, quando o então candidato declarou que se aproximaria de Irã, Síria, Cuba e Venezuela. "Não concordo com todos os líderes em todas as questões, mas demonstramos aqui que é possível avançar quando há disposição de esquecer discussões antigas e velhas ideologias que têm distorcido o debate neste hemisfério."

A mensagem ecoou. No sábado, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, disse que Obama era "inteligente" e o abordou afirmando "quero ser seu amigo". Manuel Rosales, presidente de Honduras, país-membro da Alternativa Bolivariana para as Américas, afirmou: "A chegada de Obama significa uma nova era no relacionamento entre os EUA e a América Latina."

Alguns, porém, continuaram reticentes. Em reunião da Unasul, o presidente boliviano, Evo Morales, afirmou esperar que Obama "repudiasse" uma suposta tentativa de golpe que teria sofrido com apoio americano. Obama respondeu enfaticamente ao apelo: "Condeno qualquer tentativa de derrubar governos eleitos democraticamente. Essa não é uma política de nosso governo."

O líder americano também admitiu que apertos de mão e sorrisos para foto não serão suficientes. "O teste para todos nós não são simplesmente as palavras, mas os atos." Na Europa, por exemplo, Obama foi recebido como estrela, mas saiu de mãos vazias, sem conseguir um aumento significativo de tropas da Otan para o Afeganistão. "Na Europa, a política deles dificulta que líderes apoiem o envio de mais soldados. Isso não mudará por eu ser popular lá ou porque os líderes acham que eu tenho respeito por eles."

Obama também salientou que pretende mudar a política americana para a América Latina. "Se nossa única interação com esses países for de combate a drogas ou militar, nós não vamos aumentar nossa influência na região", disse. "Reconhecemos que ações militares são apenas um tipo de poder, e nós precisamos usar o poder diplomático e de ajuda ao desenvolvimento para que as pessoas vejam melhoras concretas em suas vidas em consequência da política externa americana."

### **Reunião do G-8 termina em mal-estar com os emergentes – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009**

Posição dos convidados, como o Brasil, foi ignorada, mas nem os ricos se entenderam

Os países ricos não se entendem nem sobre como lidar com a fome no mundo nem com a posição dos países emergentes. Ontem, a primeira reunião entre ministros da Agricultura da história do G-8 (países industrializados) com as economias emergentes, entre elas o Brasil, terminou em fiasco e mal-estar.

Depois de horas negociando uma nova estratégia para lidar com o setor agrícola no planeta, a declaração final do G-8 que será apresentada hoje exclui a posição dos emergentes. Mesmo assim, a estratégia não passa de uma lista de boas intenções, sem compromisso dos governos dos países ricos.

A posição de cada país emergente será apenas citada em um resumo feito pelos italianos, que organizam o evento em Treviso. Segundo diplomatas de países emergentes, o fiasco é uma demonstração da crise de identidade que vive o G-8 depois do surgimento do G-20 e do fortalecimento dos emergentes. Diante da recessão internacional, ficou claro que o novo bloco está ganhando força.

Mas os países ricos insistem em manter os encontros do G-8, apesar das acusações de que já está ultrapassado. Para tentar dar um sinal de abertura, a Itália, que preside o grupo, convidou os países emergentes para a reunião. Eles só não sabiam que suas posições ficariam de fora do texto final.

Um negociador revelou ao Estado que o presidente da conferência, o ministro da Agricultura da Itália, Luca Zaia, nem sequer deu um motivo para a exclusão dos emergentes da declaração. O Brasil não escondeu sua irritação com o processo e o resultado do encontro.

Além dos países do G-8 e do Brasil, também foram convidados para o encontro - que prometeu diálogo real entre emergentes e ricos, a China, a Índia, o México, a Argentina, o Egito e a África do Sul. "Não sabem ainda o que fazer com nossas posições", disse um

negociador

sul-americano.

A declaração será anunciada hoje. Mas nenhum novo financiamento para investimentos na agricultura dos países pobres foi aprovado nem a criação de uma administração de um estoque mundial de alimentos, como pedia Itália e França. Até a referência à palavra "protecionismo" foi alvo de polêmica. O Brasil cobrou uma resposta coerente dos países ricos para lidar com a fome no mundo.

A ambiciosa meta do encontro era fechar uma estratégia para evitar a volatilidade dos preços das commodities, garantir estoques aos países mais pobres, reduzir barreiras e distorções e garantir meios para dobrar a produção mundial de alimentos até 2050. Mas europeus e americanos deram sinais de que não se entendem sobre o assunto, nem mesmo entre eles.

Todos concordam em um ponto: a crise alimentar, aliada à recessão, está gerando mais de 1 bilhão de famintos pelo planeta e ameaça desestabilizar o cenário político e de segurança internacional. Mas o que ninguém se entende é como lidar com isso. Italianos e franceses tentaram convencer os demais a criar um estoque mundial de alimentos, como forma de combater os ataques especulativos no setor, que teriam elevado os preços em 2007 e 2008.

Para Michel Barnier, ministro de Agricultura da França, um sistema internacional para administrar as reservas de alimentos deveria ser criado. Mas o governo americano tentou frear a ideia. O resultado deve ser uma referência apenas vaga no texto, pedindo que a ideia de um estoque mundial fosse estudada com mais cuidado. Washington, contrário à administração de qualquer setor agrícola, alertou que o sistema não funcionaria.

Outro problema é a falta de recursos para a compra de alimentos para enviar aos países mais pobres. Ativistas apontam que apenas uma fração dos US\$ 22 bilhões de doações prometidos na Cúpula contra a Fome, realizada em 2008, foi concretizada. A FAO alertou que o que necessitaria para atacar a fome seria menos de 1% do que os bancos ganharam durante a crise.

O Brasil ontem cobrou os países ricos para que não reduzem seu financiamento ao desenvolvimento nem o envio de alimentos aos países mais pobres. Para a FAO, a produção de alimentos terá de dobrar até 2050.

**Política agrícola global ainda é meta distante** – Assis Moreira – Valor Econômico –  
Internacional – 20/04/2009

A primeira cúpula agrícola do G-8 caminhava para um resultado pífio ontem à noite, após divergências no próprio grupo dos países desenvolvidos sobre como aumentar a produção e prevenir uma crise alimentar global.

Após duras negociações que avançaram pela noite, o G-8 deve indicar hoje um consenso político para estimular a agricultura nos países em desenvolvimento, mas sem produzir medidas concretas nem iniciativa financeira para isso, apesar de considerar que a questão alimentar está se tornando uma ameaça à segurança global.

Com suas dificuldades internas, o G-8 (formado por EUA, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) marginalizou os convidados, o G-5 (Brasil, China, Índia, México, África do Sul) e Argentina, Austrália e Egito. Os ministros do G-8 só tiveram uma curta reunião conjunta, no sábado, com representantes do G-5 e do G-3. Ontem, o G-8 empurrou a segunda reunião para mais tarde, até cancelá-la.

Para completar, o G-8 decidiu não fazer o comunicado conjunto com o G-5 sobre agricultura e a recessão econômica, que vinha sendo negociado. EUA e Japão, pouco simpáticos a uma ampliação do G-8, defenderam um texto só do grupo, junto com o Canadá.

"Fomos surpreendidos aqui de que só haveria comunicado deles [G-8]", disse o representante do Brasil, embaixador José Marcondes de Carvalho. Sobre uma das principais ideias da reunião, a de criar estoques globais de cereais, o embaixador disse que "não foi sequer apresentada ao G-5".

A presidência italiana fará um resumo das posições do G-5 e dos outros convidados. O G-5 diz que a política de subsídios dos ricos desencoraja a produção agrícola. E defende que a produção de energia pela agricultura pode reforçar o setor, e não enfraquecê-lo.

A FAO alertou os ministros do G-8 de que pela primeira vez passou de 1 bilhão o número de pessoas mal nutridas no mundo, uma alta de 10% em seis meses de crise econômica e que deve crescer com a persistência também de preços altos de certos alimentos básicos.

O G-8 preparou um comunicado, ao qual o Valor teve acesso, no qual diz ser quase impossível cortar pela metade o número de famintos no mundo até 2015.

Apesar da "determinação para derrotar a fome", as divergências cresceram quando se chegou aos detalhes. Só o Canadá foi mais incisivo sobre derrubada de barreiras comerciais, provocando confronto com os protecionistas europeus e japoneses. O italiano Zaia explicou: "Não somos protecionistas, mas, se abirmos demais o mercado, a agricultura da Itália, França, Alemanha e outros países da velha Europa desaparecerá".

Houve divergência também quanto à criação de estoques mundiais de grãos, para reduzir a volatilidade nos preços e prevenir crises, com o Japão aceitando "considerá-la", mas americanos e europeus querendo uma linguagem aguada para engavetar o tema.

Os EUA, grande produtor de etanol, resistiam a um alerta de que a produção de biocombustíveis deve ocorrer de forma a "não comprometer a segurança alimentar global" - o que pressupõe que há essa ameaça. A Itália explicitou o temor de conflito entre biocombustível e produção alimentar, estimando que até 2015 a produção de etanol vai crescer 74% nos EUA, 30% no Brasil e 47% na Europa.

Mas os americanos retrucaram que a produção de milho geneticamente modificado vai ampliar enormemente a produção do etanol, sem afetar a alimentação.

O secretário de Agricultura dos EUA, Tom Vilsak, focou na importância de elevar a produção usando "a ciência". E alertou que a crise alimentar deixou de ser uma questão só humanitária e "coloca em risco nossa segurança econômica e a estabilidade internacional".

"O tamanho de terra capaz de produzir alimentos não vai aumentar. Na verdade, à medida que a população cresce, as terras aráveis vão é diminuir. E não muito distante, a mudança climática vai reduzir a segurança alimentar em vários países, devido à alta de temperaturas, inundações, secas, tempestades mais frequentes e propagação de pestes e doenças para novas áreas geográficas", disse. Os EUA confirmaram mudanças no seu programa de ajuda alimentar, com gasto extra de US\$ 1 bilhão. Mas o truque é que 99% dessa ajuda precisa ser comprada de produtores americanos, e não de agricultores dos países beneficiados.

A ausência do ministro da Agricultura do Brasil foi especialmente notada. O secretário-executivo do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, chegou a mandar uma carta ao ministro Reinhold Stephanes, sugerindo que sua presença no encontro seria politicamente importante, mas foi ignorado.(AM)

#### **Brasil e EUA debatem energia e comércio – Valor Econômico – Internacional – 20/04/2009**

Eclipsadas pelas discussões políticas na Cúpula das Américas, duas questões econômicas de interesse do governo brasileiro foram discutidas com autoridades dos EUA e devem levar a uma série de reuniões, a partir de julho. Os americanos querem aprofundar programas de cooperação com o Brasil em matéria de energia e garantem estar decididos a retomar as negociações para derrubada de barreiras comerciais na Organização Mundial de Comércio (OMC). Segundo num alto assessor da Casa Branca, Obama deve anunciar, nos próximos dias, um importante fundo para apoiar investimentos em energia nas Américas.

Os EUA querem financiar programas de energia renovável, como biocombustíveis, conservação de energia e combate às mudanças climáticas, e está interessado em parcerias com o Brasil em terceiros países, segundo disse o secretário de Energia dos EUA, Steven

Chu, em reunião com o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Chu mostrou interesse na proposta brasileira de projetos conjuntos na África e aceitou o convite para visitar o Brasil em breve.

Amorim disse aos americanos que a discussão de projetos caso a caso é a melhor maneira de avançar com uma proposta defendida por Obama durante a Cúpula das Américas, a Parceria em Energia para as Américas, pela qual o governo americano quer promover ações de economia de energia e incentivo a fontes renováveis. Obama, ao falar em um dos painéis da cúpula dedicado ao assunto, lembrou que só o aumento de eficiência no consumo doméstico de geladeiras permitiu uma economia equivalente a toda a geração de energia eólica do país.

O tema é motivo de desentendimento, porém, entre o Brasil e parceiros na América do Sul. No Paraguai, a discussão é prejudicada pela reivindicação paraguaia de preços maiores e maior liberdade para venda da energia de Itaipu. A Bolívia tem feito campanha contra os biocombustíveis, alegando que ameaçam a "segurança alimentar" ao prejudicar a produção de alimentos. Os argumentos do governo brasileiro em defesa da produção sustentável de etanol não comovem os bolivianos, que fizeram questão de deixar registrada sua discordância em relação aos biocombustíveis, no documento de encerramento da cúpula, assinado apenas pelo anfitrião, o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning, devido à recusa de vários países em firmar um documento final do encontro.

Praticamente ausente das discussões entre os presidentes, as negociações de liberalização de comércio foram objeto de discussões à margem da cúpula. O recém-nomeado Representante Comercial da Casa Branca, Ron Kirk, pediu um encontro com Amorim para informar que o governo Obama está comprometido em retomar ainda neste ano as negociações na OMC da chamada Rodada Doha, de redução de barreiras comerciais. Até maio, deve ir a Washington o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, para discutir o tema.

Obama ainda quer sondar no próprio governo as resistências à retomada de negociação, porém, e Amorim queixou-se de que a receptividade de Kirk ao convite de visitar ao Brasil não foi acompanhada pelos assessores que o acompanhavam, alguns vindos do governo George Bush.

#### **A tarefa dos progressistas - Marcio Pochmann – Carta Maior – 22/04/2009**

O Estado precisa ser refundado. Ele deve ser o meio necessário para o desenvolvimento do padrão civilizatório contemporâneo em conformidade com as



favoráveis possibilidades do século 21. Muito mais do que anunciar as dificuldades da crise global, cabe ressaltar as oportunidades que dela derivam como a realização de uma profunda reforma do Estado. Outra tarefa do presente é uma revolução na propriedade. O Brasil, que pouco avançou na democratização da propriedade segue mantendo apenas 6% de toda sua da população com posse dos meios de produção. A análise é de Marcio Pochmann.

Por quase três décadas, o pensamento liberal-conservador predominou em quase todo o mundo. Esta constatação tem seu significado expresso pelo retrocesso de conquistas socioeconômicas difundidas, sobretudo após o final da Segunda Grande Guerra Mundial. A imposição de várias derrotas às forças progressistas ficou demarcada pela emergência da globalização financeira, responsável pelo apequenamento do horizonte de possibilidades emancipatórias para toda a humanidade.

Quando mais as finanças foram sendo deslocadas da produção, mais as forças do trabalho perderam espaços nas políticas públicas, acumulando prejuízos inegáveis em termos de emprego e renda. O enquadramento neoliberal do Estado permitiu a maior monopolização das forças econômicas e financeiras privadas, a tal ponto de o mundo ser governado atualmente por não mais de 500 grandes corporações globais que respondem em conjunto por quase 50% do produto mundial.

O esvaziamento da governança pública mundial construída no segundo pós-guerra, por meio da Assembléia Geral das Nações Unidas, deu lugar ao avanço da própria desgovernança. Nesse sentido, o meio ambiente acusou o conjunto de excessos comprometidos pelo estrito compromisso com o lucro privado.

A crise do capitalismo global colocou em xeque o receituário até então adotado. A presente possibilidade de maior libertação do pensamento liberal-conservador coloca novas tarefas aos defensores do desenvolvimento socioeconômico-ambiental. No intuito de ampliar o debate sobre o papel dos progressistas neste momento de construção das bases de superação da crise, as páginas a seguir foram desenvolvidas em cinco partes complementares. Inicia-se com breve abordagem acerca da crise da globalização, sucedida por interpretação das respostas adotadas pelas políticas econômicas e sociais e, ainda, por análise da capacidade de resposta do governo brasileiro. As duas últimas partes tratam de duas tarefas fundamentais: refundação do Estado e reforma da propriedade.

## **1. Crise e desglobalização**

A crise econômica atual dissemina-se num mundo ineditamente integrado e subordinado à lógica de funcionamento das forças de mercado. Noutras oportunidades, como nas grandes crises sistêmicas de 1873, 1929 e 1973, o mundo estava constituído parcialmente por países com economias de mercado. Nas depressões de 1873 e 1929, por exemplo, havia uma quantidade significativa de colônias vinculadas aos velhos impérios (Inglaterra, França, Holanda e Portugal) que mantinha ativos os modos de produção e consumo pré-capitalistas,

enquanto nas crises de 1929 e de 1973 existiam economias centralmente planejadas, como a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nos dias de hoje, constata-se que o avançado grau de internacionalização capitalista sofre importante abalo por decorrência da crise econômica que termina colocando em xeque as principais forças privadas responsáveis pela sustentação da própria globalização. Sem a ação pública coordenada e civilizada, a inflexão desglobalizadora tende a prosseguir pela via da saída clássica. Ou seja, a promoção da maior concentração de capital nas grandes empresas em meio à contração da demanda estimulada por cortes no nível de emprego e de remuneração dos ocupados. Na seqüência das medidas estatais adotadas para salvar empresas financeiras e não-financeiras insolventes e para compensar parcialmente a queda no consumo ganham maiores destaques as intervenções de caráter protecionista. Outro ciclo de conflitos entre nações pode estar sendo gestado no mundo no caso de continuar predominando a ausência das condições concretas de retomada da trajetória do crescimento econômico e social. Com a fragmentação em curso da economia global, a dinâmica geográfica deve assumir novo patamar com estruturas de hegemonias regionalizadas. Noutras palavras, a transição do mundo unipolar desde o fim da Guerra Fria para a multipolaridade evidenciada por sinais crescentes da decadência estado-unidense. No mesmo sentido, ressalta-se que o desenvolvimento econômico deve ser reconfigurado tendo em vista a quebra dos vínculos entre as finanças nacionais e globais.

De um lado, pelo enfraquecimento das fontes geradoras de liquidez internacional, fundamentais na retroalimentação dos esquemas de financeirização da riqueza interna e externa. Na ausência de novas formas confiáveis de drenagem dos recursos entre países, empresas e famílias deficitárias ou não, a base do financiamento da globalização torna-se ainda mais escassa. Para os países não desenvolvidos, os fluxos internacionais de crédito foram praticamente interrompidos, com queda estimada para 2009 de quase 1,2 trilhão para menos de 200 bilhões de dólares. Ademais da dificuldade para as empresas que operam em rede manterem o circuito da produção desterritorializada, o comércio externo sofre enorme retrocesso. Por conta disso, não se mostra desprezível o surgimento de nova onda de recomposição produtiva no mundo multipolar consagrado por escassos esquemas de financiamentos nacionais e regionais. O fluxo de migrações inversas (das regiões ricas às não desenvolvidas) acompanhado da maior discriminação e violência contra migrantes na Europa, por exemplo, revela o quadro geral de disputa do emprego fora da globalização.

De outro lado, pelo fortalecimento das moedas de curso regional que pode levar ao estabelecimento de estruturas bancárias modificadas, já que o esvaziamento dos bancos locais, estaduais e regionais terminou por concentrar a quase totalidade dos depósitos em poucas localidades. Ou seja, a quebra de compromissos que poderiam haver entre a poupança e a aplicação de recursos na mesma localidade. De maneira geral, tende a prevalecer a transferência da poupança bancária de regiões pobres para as regiões mais ricas estimulada fortemente pela concentração bancária.

Em síntese, a desglobalização já desponta como uma das conseqüências da crise econômica

atual. Sua reversão parece possível, contudo, depende da adoção de outra modalidade de saída da crise que não seja a clássica. Neste caso, o padrão de financiamento precisa ser reconstituído, bem como outro modelo de produção e consumo necessita ser adotado. Mas para isso, uma nova maioria política global deveria ocupar o lugar deixado vago pelo grupo de interesses articulados pelo ciclo da financierização de riquezas, estabelecendo na esteira da governança mundial outra institucionalidade para além das agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outras.

## **2. Do paradigma de mudanças à mudança de paradigma**

Com o passar do tempo, percebe-se como os eventos de uma grande crise podem potencializar o surgimento de novas correntes de pensamento e ação. Por sua manifestação inicial e reação imediata por parte dos governos de diferentes países, a crise atual do capital globalizado já implica significativa mudança de paradigma. Durante as últimas duas décadas, o paradigma dominante era o das mudanças, que se expressou na reforma do Estado, com a privatização e focalização do gasto social, na financeirização da riqueza, na desregulação dos mercados (financeiro, de bens e trabalho), entre outros. Tudo isso provocou um enorme desbalanceamento na relação entre o Estado e o mercado, com extrema valorização do último. Ao invés da preocupação fundamental com resultados que melhorassem a condição de vida e trabalho do conjunto da sociedade estabelecido pelo paradigma de mudanças, prevaleceu o enfoque centrado na eficiência competitiva do mercado frente ao Estado, permeado por visões vazias de indicadores e instrumental operacional insensíveis ao sofrimento humano. Com a redução do Estado, as finanças passaram a funcionar como se fossem um fim em si mesmo, fazendo crer que a riqueza poderia ser criada sem passar pela economia real.

Se considerado apenas os primeiros momentos da crise atual, percebe-se como está em curso uma profunda mudança de paradigma, diferentemente do paradigma anterior de mudanças. Isso pode ser identificado, por exemplo, nas políticas anticrise atuais que ocorrem sem a interferência das Nações Unidas, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Até então, dificilmente alguma experiência de enfrentamento de crise anterior ocorria sem a presença de agências multilaterais. Mesmo que se constate a presença do G-20 nas tentativas de organização da convergência de ações anticrise, não caberiam dúvidas a respeito da urgência de novas bases institucionais para a governança global. O reposicionamento dos principais atores (Estado, sociedade e mercado) precisa ser restabelecido nestes novos tempos de mudança de paradigma.

Também em relação ao conjunto de políticas econômicas e sociais em curso para enfrentar a crise registra-se o perfil muito distante do adotado em períodos anteriores de grave turbulência econômica. Nas crises dos anos 80, por exemplo, a orientação predominante era a dos ajustes na contenção da demanda interna (corte de emprego e salários) para forçar o surgimento artificial de excedente exportador somente adequado às exigências de pagamento dos serviços financeiros da dívida externa.

Durante a década de 1990, as crises foram respondidas por reformas liberalizantes que

geraram a ilusão de que o menos (direitos, renda e ocupação) não significaria, em conseqüência, o mais (pobreza, desemprego e precarização). Nos dias de hoje percebe-se a manifestação de certa confluência espontânea em torno da adoção de políticas anticrise que procuram defender e promover a produção e o emprego em praticamente todos os países.

Por fim, cabe ainda chamar a atenção para o fato de que ao contrário do anterior paradigma de mudanças, que exigia o afastamento do Estado para o pleno e efetivo funcionamento dos mercados, prevalece a atual força da realidade. Ou seja, a forte pressão das próprias forças de mercado para que o Estado avance mais e de forma rápida. Destaca-se que no cenário de mudança de paradigma, o Estado forte torna-se plenamente compatível com o vigor do mercado, colocando em desuso a máxima do pensamento neoliberal de que menos Estado representaria mais mercado e vice-versa. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, déficit fiscal esperado para 2009 pode alcançar 8% do Produto Interno Bruto, somente comparável à experiência da década de 1940.

Resta saber, contudo, se a atual mudança de paradigma, que aponta para o redescobrimiento do Estado, atende prioritariamente às exigências de ricos e poderosos interessados na socialização dos prejuízos impostos pela crise. Ou, por outro lado, inaugura, de fato, um novo padrão civilizatório, em que a reorganização do Estado em novas bases permitirá um balanço mais saudável com a sociedade e mercado.

### **3. Brasil: um olhar para além da superfície**

Nos últimos cinco anos, o Brasil registrou uma importante inflexão na trajetória socioeconômica que vinha sendo percorrida desde a crise da dívida externa (1981 – 83). Tanto assim que ao longo de todo o século 20, constata-se que justamente o pior desempenho econômico e social ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, quando a renda per capita manteve-se praticamente estagnada, a distribuição da renda nacional tornou-se ainda mais concentrada, a inflação atingiu patamares inaceitáveis, o endividamento público era crescente e a inserção internacional foi regressiva.

A partir de 2004, contudo, o conjunto dos indicadores econômicos e sociais brasileiros passou a confirmar o cenário muito diferente daquele verificado até então. O endividamento do setor público passou a refluir significativamente (de mais de 50% para próximo de 1/3 do produto nacional), acompanhado por estável índice do custo de vida da população, pelo reforço das relações externas e satisfatória expansão econômica, mais de duas vezes superior à verificada nos anos 1990, por exemplo. As implicações disso para o país não tardaram a se manifestar em termos da considerável ampliação do emprego formal e da mobilidade social, bem como pela queda no desemprego, na pobreza e na desigualdade de renda. Em síntese, a combinação positiva do crescimento econômico com a inclusão social potencializada por corretas políticas públicas de incorporação de mais de duas dezenas de milhares de brasileiros ao padrão de consumo de massa.

Esta realidade recente, que permite ao Brasil conectar-se novamente à trajetória do desenvolvimento, terminou sendo fortemente abalada pela crise econômica global. O que se

verifica desde o último trimestre de 2008 representa uma inegável ameaça à própria continuidade do ciclo positivo de resultados econômicos e sociais. Inicialmente convém destacar que parte da alteração no comportamento do setor produtivo atual reflete a elevação da taxa básica de juros, cujos efeitos passaram a se fazer mais presentes a partir de setembro do ano passado. Além disso, percebe-se como também rapidamente a economia nacional passou a acusar sinais da inoculação do vírus da crise econômica internacional no setor produtivo proveniente da inadimplência das hipotecas subprime estado-unidense.

No caso brasileiro, destacam-se três principais vetores de transmissão da crise externa. O primeiro refere-se à drástica contenção do crédito internacional que atingiu fortemente o setor produtivo doméstico, especialmente as empresas produtoras de mercadorias de maior valor unitário e dependentes de financiamentos (bens de consumo durável e de capitais). O segundo vetor diz respeito ao encolhimento do comércio externo que impacta diretamente parcela do setor produtivo comprometido com o atendimento da demanda oriunda de exportações. O terceiro vetor de transmissão da crise internacional deriva das decisões das matrizes das grandes corporações transnacionais, responsáveis pelo reposicionamento mais contido das filiais em operação no Brasil.

Frente a isso, o governo brasileiro tem procurado atuar imediata e convergentemente. As respostas governamentais se diferenciam em dois níveis principais. O primeiro, que atende mais a emergência dos efeitos da crise, compreendem, em geral, medidas tradicionais de natureza anticíclica, como a flexibilização das políticas fiscais e monetárias (ampliação da liquidez, queda nos juros, subsídios e isenções tributárias), ajuda a setores econômicos em dificuldades, apoio às famílias pobres e a trabalhadores ocupados (ampliação do programa Bolsa Família e elevação do salário mínimo), entre outras.

O segundo nível de medidas implementadas pelo governo tem caráter inovador, comprometido com o médio e longo prazos da economia nacional. Tratam-se ações convergentes com o propósito maior de sustentação do atual ciclo de investimentos que acompanha o Brasil nos últimos 19 trimestres. Para isso, observa-se até agora a priorização dos recursos orçamentários para ações do Plano de Aceleração do Crescimento e reforço financeiro ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social para suprir dificuldades de capital de giro de empresas e, fundamentalmente, fortalecer os investimentos em energia e infra-estrutura, bem como o apoio à reestruturação patrimonial dos grandes grupos econômicos privados em operação no Brasil.

Nesse aspecto, o país parece explicitar, mais uma vez, a sua vocação para superar grandes dificuldades. Diante da grande Depressão de 1929, por exemplo, o Brasil aproveitou a oportunidade para transitar de sua antiga estrutura produtiva primária-exportadora para o inovador projeto de industrialização nacional somente interrompido meio século depois pela crise da dívida externa (1981-83). Em síntese, o país não somente foi um dos primeiros a sair da profunda crise econômica internacional, como se colocou de forma superior no cenário pós-depressão. Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, a produção nacional foi multiplicada por 18,2 vezes (6,0% ao ano), permitindo construir uma nova estrutura

produtiva urbano-industrial, acoplada ao desenvolvimento do sistema nacional de proteção social.

As antigas e quase inexistentes ações de proteção social por categoria profissional foram fortemente ampliadas a partir da década de 1930, inicialmente para os segmentos urbanos. Nos anos 60 foi vez da população rural passar a ser beneficiada por políticas de assistência médica e aposentadoria e, no final da década de 1980 por força da Constituição Federal de 1988, ocorreu a unificação geral do sistema nacional de assistência e previdência social.

Da mesma forma, o Brasil conseguiu se desprender da grave crise econômica internacional dos anos 70, quando o sistema monetário de Bretton Woods se desorganizou (fim da conversibilidade do dólar ao ouro, elevação do preço do petróleo, recessão, entre outros). Naquela oportunidade, o país lançou mão do seu segundo Plano Nacional de Desenvolvimento que permitiu complementar a sua base produtiva e gerar novos setores de exportação, bem como pôs em funcionamento o Proálcool, responsável pela inovação tecnológica que alterou a matriz energética. Também fez parte das ações anti-crise dos anos 70, o alívio na política de arrocho salarial e a introdução do mecanismo de garantia de renda à parcela da população mais vulnerável (Renda Mensal Vitalícia).

Na crise global dos dias de hoje, o Brasil responde positivamente. Os avanços econômicos e sociais obtidos anteriormente à crise atual indicam que o país encontra-se melhor preparado para enfrentar o grave quadro internacional. A despeito das dificuldades, o país tem condições - em plena crise - de reaparelhar o seu sistema financeiro para responder às exigências de reorganização do setor produtivo. Ou seja, utilizar as políticas públicas para ampliar e aprofundar o funcionamento do mercado, concebendo maiores oportunidades aos micro e pequenos empreendedores, bem como aos diversos setores produtivos emergentes.

Tudo isso, é claro, sem abandonar o sentido geral da repartição da renda, necessário para fazer valer o potencial do seu mercado interno, avançando nas reformas redistributivas que possam contribuir para o avanço da mobilidade social e aprofundamento do consumo de massa. Da mesma forma, cabe ressaltar o horizonte do comércio externo que nestes momentos de profundas turbulências permite tornar mais competitivo variados segmentos produtivos (micro e pequenos negócios), contribuindo para diversificar e elevar o valor agregado da pauta de exportação. Pelos exemplos do passado, sabe-se que o desafio imposto pela crise econômica internacional pode ser transformado em oportunidade a ser aproveitada pelo conjunto dos brasileiros. E é justamente isso que se percebe preliminarmente em curso. O estabelecimento de um grande entendimento nacional poderia fazer mais rápido avançar tanto a necessária reorganização produtiva e financeira como o sentido geral da redistribuição da renda e riqueza.

#### **4. Refundação do Estado**

A crise mundial torna mais evidente o conjunto de equívocos que resulta da recente experiência neoliberal. Os países que mais longe avançaram o princípio da auto-regulação

das forças de mercado e da desregulamentação do Estado encontram-se entre os mais frágeis e vulneráveis no contexto atual de turbulências e incertezas globais. Fácil imaginar como a economia brasileira estaria débil e a deriva se a trajetória privatista e de inserção externa subordinada aos interesses dos países ricos dos anos 90 não tivesse sido interrompida. Sem bancos públicos (BB, CEF, BNB e BNDES) e empresas estatais como Petrobrás e Eletrobrás, por exemplo, o Brasil não teria a mínima condição de responder imediata e positivamente à crise do crédito e do investimento privado.

Países que se desfizeram de bancos e empresas públicas, como o caso argentino, convivem hoje com maiores dificuldades para enfrentar afirmativamente a crise. No Brasil, a fase da privatização implicou reduzir a participação dos bancos públicos de mais de 50% para quase 1/3 da disponibilidade total do crédito doméstico, enquanto a transferência para o setor privado de empresas estatais respondeu por 15% do Produto Interno Bruto e pela destruição de mais de 500 mil postos de trabalho. Em valor, o processo de privatização brasileiro somente conseguiu ser inferior à experiência soviética, com parte significativa do setor produtivo estatal sendo capturado pelo capital estrangeiro.

Da mesma forma, a opção política pela diversificação comercial permite ao Brasil o seu reposicionamento no mundo com soberania, bem diferente das economias com exportações concentradas em poucos países, como parece indicar o México, com mais de 4/5 do comércio externo somente com os Estados Unidos. A recessão nos países ricos contamina mais facilmente aquelas nações dependentes de suas trocas externas. Para o Brasil, o peso dos países ricos no comércio externo encontra-se pouco acima de 40%, quando nos anos 90 era de mais de 2/3 do total. Estas constatações sobre o Brasil em relação a outras nações descrevem resumidamente uma situação melhor, porém ainda insuficiente ainda para indicar a necessária construção de um novo caminho a ser percorrido. Isso porque se tem presente que o neoliberalismo cometeu o seu haraquiri, não tendo sido superado - até o momento - pelo estabelecimento de projeto econômico e social alternativo. As respostas à crise do capital globalizado podem até ser transformadas numa etapa de desenvolvimento do novo padrão civilizatório, mas ainda se encontram distante disso.

De maneira geral, percebe-se que o Estado reaparece como elemento central do enfrentamento à turbulência mundial, embora ainda desfalcado da perspectiva transformadora de oportunidades e desafios do século 21. A reprodução dos tradicionais traços do padrão de Estado dos últimos cem anos indica tão somente o aprofundamento da organização por funções setoriais (caixinhas), cada vez mais ineficiente, quando não concorrente entre si e à margem do potencial das forças do mercado. Adiciona-se a isso o acúmulo das variadas ondas de “choques de gestão” internalizadas pela administração do Estado que produziram tanto a regressão da capacidade e sistematicidade de grande parte das políticas como o esvaziamento da própria função pública.

Por um lado, o corte do funcionalismo e de sua remuneração procedido pela internalização de métodos privados acirrou a competição na função pública e fortaleceu a autonomização setorializada e não convergente das políticas adotadas pelo conjunto do governo. Como na

lógica privada, o todo deu lugar a partes, trazendo consigo a prevalência da visão e ação de curto prazo no interior da função pública. O planejamento e o compromisso de longo prazo foram substituídos por uma sucessão irracional de programas e projetos pilotos, que alterados constantemente pelas autoridades de plantão fizeram com que o Estado fosse abandonando o sentido estruturador do padrão civilizatório fora da emergência do curtíssimo prazo.

Por outro lado, a estabilidade da esfera pública foi sendo contaminada pela lógica da eventualidade, amplamente acolhida pelo curso da terceirização das funções e da contratação de mão-de-obra. Assim, o Estado foi se comprometendo com repasses crescentes de recursos a instituições - algumas nem sempre decentes (fundações, ONG's e cooperativas) - portadoras de flexibilidade para o exercício dos desvios da função pública.

Assim, orçamentos e licitações tornaram-se, muitas vezes, o espaço privilegiado para manifestação da força dos interesses privados, negociatas e maior corrupção. Em síntese, a emergência da corrosão do caráter da função pública, posto que o tradicional funcionário de Estado, demarcado pelo profissionalismo e meritocracia, passou a dar lugar - em algumas vezes - ao comissionado e ao corpo estranho dos terceirizados.

O Estado precisa ser refundado. Ele deve ser o meio necessário para o desenvolvimento do padrão civilizatório contemporâneo em conformidade com as favoráveis possibilidades do século 21. A sociedade pós-industrial, com ganhos espetaculares de produtividade imaterial e expectativa da vida humana ao redor dos 100 anos de idade, abre uma inédita e superior perspectiva civilizatória: educação para a vida toda, ingresso no mercado de trabalho depois de 25 anos de idade, trabalho menos dependente da sobrevivência e mais associado à utilidade e criatividade sócio-coletiva.

Para além das exigências do século 20, que conformaram tanto o Novo Estado Industrial (J. Kenneth Galbraith) como o Bem Estar Social (K. Gunnar Myrdal), encontra-se em curso novos e complexos desafios que exigem profundas reformas estatais. Três grandes eixos estruturadores do novo Estado precisam ser perseguidos com clareza e efetividade.

O primeiro diz respeito à constituição de novas institucionalidades na relação do Estado com o mercado. Alavancada pela experiência neoliberal, o mercado enfraqueceu as bases de promoção da competição, cada vez mais sufocadas pelo predomínio da monopolização expresso pelos vícios privados das grandes corporações transnacionais. O esvaziamento da competição precisa ser rapidamente combatido com novas instituições portadoras de futuro, capazes de garantir a continuidade da inovação por meio da concorrência combinada com a cooperação entre empreendedores e da maior regulação das grandes corporações empresariais.

O segundo grande eixo estruturador do novo Estado deve resultar da revolução na propriedade que impulse uma relação mais transparente, democrática e justa com toda a sociedade. Neste caso, a ampliação do fundo público se faz necessária para sustentar o



padrão civilizatório do século 21, a partir da tributação sobre o excedente adicional gerado por novas fontes de riqueza, que por serem intangíveis escapam crescentemente das anacrônicas bases arrecadatórias vigentes a mais de 200 anos.

Por fim, o terceiro eixo reside na profunda transformação do padrão de gestão pública. Políticas cada vez mais matriciais e intersetoriais pressupõem a organização do Estado em torno do enfrentamento de problemas estruturais e conjunturais. Noutras palavras, a meritocracia e o profissionalismo para conduzir ações públicas articuladas para lidar com problemas estruturais e políticas governamentais descentralizadas e compartilhadas com a sociedade e mercado para enfrentar diversos e específicos problemas conjunturais. Urge fazer do Estado do futuro o experimentalismo do presente. Muito mais do que anunciar as dificuldades da crise global, cabe ressaltar as oportunidades que dela derivam como a realização de uma profunda reforma do Estado que viabilize o alcance das condições pós-crise para sustentação do novo desenvolvimento ambiental, econômico e social.

## **5. Revolução da propriedade**

As conseqüências sociais decorrentes da presente crise difundem-se rapidamente, tendo o desemprego e a precarização dos postos de trabalho a maior centralidade na organização do bem estar humano. Sem trabalho, os indicadores sociais tendem a se degradar pronunciadamente. Na Depressão de 1929, por exemplo, quando o nível de ocupação atingiu patamares reduzidos jamais vistos, o enfrentamento do desemprego não se deu exclusivamente pela porta da geração de novos postos de trabalho.

Não há dúvidas que somente a retomada sustentada da economia terminou por abrir condições adequadas de elevação do nível de ocupação, mas isso se deu no longo prazo, a partir da superação das causas que haviam levado à grande crise dos anos 1930.

Por conta disso, parcela importante das ações de enfrentamento do desemprego ocorreu para além da demanda econômica de absorção de trabalhadores. Noutras palavras, a redução do desemprego transcorreu sobre a determinação da oferta de mão-de-obra, com intuito de reduzi-la em função da crescente ociosidade da força de trabalho. Assim, por exemplo, ganhou maior importância o conjunto de ações voltadas tanto para a postergação do ingresso como a saída do mercado de trabalho. Ao invés da entrada no mercado de trabalho a partir dos cinco ou seis anos de idade, conforme experiência anterior da sociedade agrária houve a postergação para os 15 anos, após passagem pelo ensino básico. Ou seja, a educação passou a antecipar qualquer experiência laboral, da mesma forma que depois da conclusão de um determinado tempo de trabalho regular (geralmente 30 anos para mulher ou 35 anos para o homem), foi definida a saída do mercado de trabalho para a inatividade financiada por fundos públicos. Nesses termos, a superação da crise do desemprego da década de 1930 implicou uma nova combinação da jornada de trabalho com o tempo de vida. Em síntese, a jornada do trabalho pela sobrevivência, que representava 4/5 do tempo de vida do ser humano antes da Depressão de 1920, passou para não mais do que 2/5 em função da postergação do ingresso e da antecipação da saída do mercado de trabalho. Na ausência de trabalho para todos foram sendo constituídas as condições

políticas necessárias para a acomodação da oferta de mão-de-obra com garantia de renda à quantidade e qualidade da demanda econômica de trabalhadores.

Essa breve e sintética recuperação de algumas ações adotadas para fazer frente ao massivo desemprego de setenta anos atrás tem por objetivo contribuir com o debate atual sobre o desafio de enfrentar a nova onda de trabalhadores ociosos que a atual crise está gerando. Como os postos de trabalhos cortados pela força da crise econômica dificilmente serão recuperados no curto prazo, as respostas tradicionais se mostram insuficientes ao mesmo passo que as soluções neoliberais de corte de direitos, sem conseguir gerar vagas adicionais, levam à maior precarização das ocupações existentes. A oportunidade de implantação de uma agenda decente e inovadora de combate ao desemprego atualmente em expansão requer a ousadia de ações transformadoras da relação entre a jornada de trabalho pela sobrevivência e o tempo de vida.

Para uma sociedade cada vez mais focada no conhecimento, parece não haver razões para o ingresso no mercado de trabalho antes dos 25 anos de idade, somente após a conclusão do ensino superior. Isso não significaria, contudo, a possibilidade de experiência laboral voltada exclusivamente à aprendizagem teórica abstrata, mas a crescente experimentação prática, com maior aproximação possível do ensino aos requisitos da demanda econômica dos trabalhadores, por meio do estágio e períodos de labor por curtos períodos no ano, como nas férias educacionais.

Assim, questiona-se no Brasil, por exemplo, por que somente os filhos dos pobres estão condenados ao ingresso no mercado de trabalho tão cedo, o que implica, muitas vezes, o abandono da escola, quando não a combinação de brutais jornadas de atividades de 16 horas por dia (8 horas de trabalho, 2 a 4 horas de deslocamentos e 4 horas de frequência escolar). A aprendizagem de qualidade torna-se muito distante nessas condições de reprodução humana. Os filhos dos ricos, por permanecerem mais tempo na escola, ingressam mais tardiamente e ocupam os principais postos de trabalho, com maior remuneração e status social, enquanto os filhos dos pobres somente disputam a base da pirâmide do mercado de trabalho, transformado num mecanismo de reprodução das desigualdades no país.

A condenação ao trabalho precoce somente pode ser ultrapassada mediante a substituição da renda do trabalho por uma garantia monetária ao estudo. Isso seria extremamente útil, por exemplo, ao universo de 500 mil estudantes de mais de 15 anos que se matriculam no ensino médio, mas não conseguem frequência anual por decorrência de sua dependência à renda do trabalho. Da mesma forma, caberia também o avanço da alternativa de gradual redução da jornada de trabalho a partir do avanço do envelhecimento humano, bem como a instalação de programas de pré-aposentadorias que permitissem a passagem menos drástica da ocupação para a inatividade remunerada, sem mais o choque atual que representa o ingresso na aposentadoria. Talvez por isso, o Brasil registre 1/3 dos aposentados e pensionistas ainda ativos no mercado de trabalho, bem como forte concentração de trabalhadores de mais idade no exercício do duplo trabalho e horas extraordinárias.

Por fim, ademais do encaminhamento de ações de atenção à renda básica de cidadania, abre-se a oportunidade de implantação da política em emprego garantido de 12 horas semanais a todos entre 25 a 55 anos de idade. Na ausência de demanda econômica de trabalhadores, o fundo público deveria cobrir o emprego da mão-de-obra ociosa para atividades de qualificação e exercício laboral em atividades socialmente úteis, como, por exemplo, a urbanização das periferias dos centros metropolitanos, assistência técnica de micro e pequenos empreendimentos e serviços de atenção a inativos (idosos, doentes e portadores de deficiências).

Tudo isso depende de uma grande revolução na propriedade. O Brasil, que pouco avançou na democratização da propriedade segue mantendo apenas 6% de toda sua da população com posse dos meios de produção (Amorim, R et al Os proprietários no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009). As reformas urbana e tributária com sentido da justiça social permitiriam consagrar o avanço do Estado em novas bases democráticas e progressistas. A propriedade privada precisa transitar para a propriedade pública, tendo na tributação renovada o papel central. Isso porque os tributos, taxas e contribuições podem permitir a expansão do fundo público em consonância com os crescentes ganhos de produtividade imaterial: base do financiamento do novo padrão civilizatório.

*Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)*

**América Latina, um continente sem teoria** - José Luís Fiori – Agência Carta Maior – 22/04/2009

Os liberais nunca tiveram uma teoria original a respeito da América Latina, nem precisam dela. A repetição recorrente de algumas platitudes cosmopolitas foi mais do que suficiente para sustentar sua visão da economia mundial, e legitimar sua ação política e econômica idêntica em todos os países. Mas no caso dos intelectuais progressistas do continente, é uma má notícia saber que não existe mais uma teoria capaz de ler e interpretar a história do continente, e fundamentar uma estratégia coerente de construção do futuro. A análise é de José Luís Fiori.

No século XIX, o pensamento social europeu dedicou pouquíssima atenção ao continente americano. Mesmo os socialistas e marxistas que discutiram a “questão colonial”, no final do século, só estavam preocupados com a Ásia e a África. Nunca tiveram interesse teórico e político nos novos estados americanos, que alcançaram sua independência, mas se mantiveram sob a tutela diplomática e financeira da Grã Bretanha. Foi só no início do século XX, que a teoria marxista do imperialismo se dedicou ao estudo específico da internacionalização do capital e seu papel no desenvolvimento capitalista a escala global. Assim mesmo, seu objeto seguiu sendo a competição e a guerra entre os

européus e a maior parte dos autores marxistas ainda compartilhava a visão evolucionista de Marx, com relação ao futuro econômico dos países atrasados, seguros de que “os países mais desenvolvidos industrialmente mostram aos menos desenvolvidos, a imagem do que será o seu próprio futuro”.

Foi só depois da década de 20, que a III Internacional Comunista transformou o imperialismo num adversário estratégico e num obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas nos países “coloniais e semi-coloniais”. De qualquer forma, o objeto central de todas as análises e propostas revolucionárias foi sempre, a Índia, a China, o Egito e Indonésia, muito mais do que a América Latina. Na primeira metade do século XX, os Estados Unidos já haviam se transformado numa grande potência imperialista, e o resto da América Latina foi incluída pela III Internacional, depois de 1940, na mesma estratégia geral das “revoluções nacionais”, ou das “revolução democrático burguesa”, contra a aliança das forças imperialistas com as oligarquias agrárias feudais, e a favor da industrialização nacional dos países periféricos.

Um pouco mais à frente, na década de 1950, a tese da “revolução democrático-burguesa”, e sua defesa do desenvolvimento industrial, foi reforçada pela “economia política da CEPAL” (Comissão Econômica para a América Latina) que analisava a economia latino-americana no contexto de uma divisão internacional do trabalho entre países “centrais” e países “periféricos”. A CEPAL criticava a tese das “vantagens comparativas” da teoria do comércio internacional de David Ricardo, e considerava que as relações comerciais entre as duas “fatias” do sistema econômico mundial prejudicavam o desenvolvimento industrial dos países periféricos. Tratava-se de uma crítica econômica heterodoxa, de filiação keynesiana, mas do ponto de vista prático acabou convergindo com as propostas “nacional-esenvolvimentista”, que foram hegemônicas no continente, depois da II Guerra Mundial.

Na década de 60, entretanto, a Revolução Cubana, a crise econômica e a multiplicação dos golpes militares em toda América Latina provocaram um desencanto generalizado com a estratégia “democrático-burguesa”, e com a proposta “cepalina” da industrialização por “substituição de importações”. Sua crítica intelectual deu origem às três grandes vertentes da “teoria da dependência”, que talvez tenha sido a última tentativa de teorização latino-americana, do século XX.

A primeira vertente - de filiação marxista - considerava o desenvolvimento dos países centrais e o imperialismo um obstáculo intransponível para o desenvolvimento capitalista periférico. Por isto, falavam do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e defendiam a necessidade de uma revolução socialista imediata, inclusive como estratégia de desenvolvimento econômico. A segunda vertente - de filiação “cepalina”- também identificava obstáculos à industrialização do continente, mas considerava possível superá-los através de uma série de “reformas estruturais” que se transformaram em tema central da agenda política latino-americana, durante toda a década de 60. Na verdade, a própria teoria da CEPAL, sobre a relação “centro-periferia”, já não dava conta da relação dos EUA com o

seu “território econômico supranacional”, que era diferente do que havia acontecido com a Grã Bretanha.

Por fim, a terceira vertente da teoria de dependência - de filiação a um só tempo marxista e cepalina - foi a que teve vida mais longa e efeitos mais surpreendentes, por três razões fundamentais: primeiro, porque defendia a viabilidade do capitalismo latino-americano; segundo, porque defendia uma estratégia de desenvolvimento “dependente e associado” com os países centrais; e terceiro, porque saíram deste correntes alguns dos principais líderes políticos e intelectuais da “restauração neoliberal” dos anos 90. Como se tivesse ocorrido um apagão mental, velhos marxistas, nacionalistas e desenvolvimentistas abandonaram suas teorias latino-americanistas e aderiram à visão do sistema mundial e do capitalismo, própria do liberalismo europeu do século XVIII.

Nesta linha de pensamento, ainda em 2009, um importante intelectual desta corrente de idéias defendia - por cima de tudo o que passou no mundo, desde o início do século XXI - que: “não existe mais geopolítica nem imperialismo no novo mundo pós-colonial, da globalização, do sistema político e da democracia global... [e que ] a estratégia clássica da geopolítica de garantir acesso exclusivo a recursos naturais na periferia do capitalismo já não faz sentido não só por seus custos, mas também porque, com a globalização, todos os mercados estão abertos, e é inimaginável que um país recuse vender a outro, por exemplo, petróleo a preço de mercado...[donde], as guerras entre as grandes potências já não fazem sentido porque todas as fronteiras já estão definidas...”[1].

Ingenuidade à parte, os liberais nunca tiveram uma teoria original a respeito da América Latina, nem precisam dela. A repetição recorrente de algumas platitudes cosmopolitas, foi mais do que suficiente para sustentar sua visão da economia mundial, e legitimar sua ação política e econômica idêntica em todos os países. Mas no caso dos intelectuais progressistas do continente, é uma má notícia saber que não existe mais uma teoria capaz de ler e interpretar a história do continente, e fundamentar uma estratégia coerente de construção do futuro, respeitada a imensa heterogeneidade do continente latino-americano.

[1] Bresser Pereira, L.C. “O mundo menos sombrio. Política e economia nas relações internacionais entre os grandes países”, in *Jornal de Resenhas*. Março de 2009, N° 1. *Discurso Editorial*, São Paulo, pp: 6 e 7

**Reunião do G-8 alerta o Brasil sobre pressão em etanol e carne** – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 22/04/2009

A primeira cúpula agrícola do G-8, realizado na Itália, deixou vários alertas para o Brasil sobre pressões que virão nas negociações para prevenir crises alimentares, vistas como crescente ameaça à segurança internacional.

O primeiro alvo agora poderá ser a expansão das exportações brasileiras de carne bovina. Embora o tema não tenha aparecido no comunicado final do encontro, países do G-8 insistem numa estratégia que levaria a uma redução do consumo de carne em favor de produção local e uma dieta "mais equilibrada"

Um dos argumentos utilizados pelo países ricos é que são necessários oito quilos de cereais para a produção de um quilo de bife bovino, e cinco de cereais para um quilo de carne suína, o que reduziria a quantidade de grãos disponíveis para alimentar populações. Outros vão desde a queixa de que cada caloria consumida necessita de até sete apenas para transportar o alimento, até reclamações contra as emissões de metano pelos bovinos.

"Quanto mais as populações dos países emergentes melhorarem de renda, mais haverá consumo de carne. Eu não vejo nada contra, mas há quem levante questões", afirmou o presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, Kanayo Nwanze.

Para o ministro de Agricultura da Argentina, Carlos Cheppi, o que está por trás disso, porém, é o interesse de certos países em importar mais cereais para engordar suas próprias vacas com subsídios e embolsar o valor agregado.

O segundo alvo, principalmente de países europeus, volta a ser a produção de etanol, colocada em confronto com produção de alimentos. O ministro de Agricultura do Reino Unido, Hilary Benn, disse ao Valor que persiste dentro da Europa dúvidas sobre a redução de emissões de gases que causam o efeito-estufa com o uso do etanol, e sobre a mudança no uso da terra.

"O Brasil precisará dar garantias muito claras sobre o uso indireto da terra na produção do etanol", avisou. A Comissão Europeia apresentará um relatório em 2010 analisando se o problema é importante e como lidar com ele. Mas deputados europeus insistem que a produção de etanol no Nordeste brasileiro, por exemplo, torna escassa a terra para a produção de alimentos e leva agricultores a desmatar a Amazônia. Dessa forma, o cálculo da eficiência ambiental do etanol importado do Brasil teria que incluir o volume de emissões de gases-estufa no desmatamento da Amazônia, mesmo se não foi para produzir biocombustível.

Certos negociadores brasileiros parecem confiar nos EUA para frear dentro do G-8 ameaças sobre a carne bovina e o etanol em estratégias globais contra a crise alimentar. Mas a terceira lição do encontro na Itália é precisamente que o Brasil precisa levar a sério sua própria estratégia de querer influenciar na governança global e estar presente.

Segundo uma fonte europeia, quando os ministros do G-8 viram o segundo escalão enviado por alguns países emergentes, incluindo o Brasil, anularam um segundo encontro e

um comunicado conjunto sobre agricultura e a recessão global. Segundo uma fonte do G-8, os ministros não queriam discutir com "tecnocratas".

Para quem acompanhou de longe o G-8 e esperava em dois dias uma solução para a crise alimentar, pode parecer que o encontro foi um fiasco. Na verdade, ele começou a recolocar a agricultura no centro da agenda política internacional, com os alertas que ficaram para o Brasil.

### **Ruralista quer impeachment no Pará – Felipe Recondo – O Estado de São Paulo – Nacional – 23/04/2009**

Após conflito em Xinguara, CNA também aciona Ministério Público pedindo intervenção no Estado

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vai protocolar na próxima semana um pedido de impeachment contra a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), por descumprir decisões judiciais que ordenam a retirada de integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) de fazendas no Estado. No sábado à tarde, um confronto armado entre militantes do MST e seguranças de uma fazenda, em Xinguara, no sul do Estado, deixou oito feridos.

Uma ação civil pública já formulada pela CNA, que pede o impeachment de Ana Júlia, será levada à Assembleia Legislativa do Pará. "Nós queremos já na semana que vem protocolar esse pedido", afirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da entidade.

Depois do conflito de sábado na Fazenda Castanhais - pertencente à Agropecuária Santa Bárbara, do grupo do banqueiro Daniel Dantas -, Kátia pediu ao Ministério Público intervenção federal no Estado. Em março, a CNA havia solicitado à Justiça paraense que decretasse a intervenção no Pará, mas o caso ainda não foi analisado.

Durante o enfrentamento, jornalistas e uma advogada foram mantidos reféns pelo MST, usados como "escudo humano". Entre as reações, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota de repúdio ao que chamou de "ação criminosa" dos sem-terra. Em outra nota, o MST negou ter mantido reféns e acusou os seguranças de planejarem um massacre.

### **TROPA**

De acordo com a CNA, 111 decisões judiciais de reintegração de posse, algumas julgadas há mais de um ano, são descumpridas pelo governo do Estado, o que permitira a intervenção e o pedido de impeachment.

"O poder Executivo do Pará transformou-se no último juiz das invasões de terra. Quem

decide se as áreas invadidas devem ser ou não desocupadas é a governadora do Estado, autoridade que se substitui ao Judiciário, julgando em última instância o direito dos produtores rurais", reclamou a senadora, na representação protocolada no Ministério Público.

A representação protocolada ontem precisa ainda ser analisada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Se concordar com o pedido, o procurador encaminhará o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o assunto será definitivamente julgado.

## **REFORÇO**

Para evitar novos conflitos na região, o governo do Estado pediu e o governo federal aceitou mandar para a região 50 homens da Força Nacional de Segurança - 20 partirão de Brasília hoje e outros 30 chegarão no final de semana ao Pará.

Esses agentes farão apenas o policiamento ostensivo nas ruas de Belém, o que deve liberar a tropa especializada em conflitos agrários a realizarem as reintegrações de posse já decididas pela Justiça e coibir novos enfrentamentos entre fazendeiros e sem terra.

Em nota, o governo do Pará informou que as ações para reintegração de posse foram reiniciadas em abril deste ano, "havendo executado, exitosamente, nove reintegrações nos últimos 15 dias". Ainda de acordo com o texto veiculado pelo governo do Estado, as operações prosseguem "conforme planejamento pactuado com o Judiciário". Em nota anterior à imprensa, divulgada após o conflito, o governo já alegara que "não tem medido esforços para diminuir a violência agrária".

## **STJ solta réu do caso Dorothy – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 23/04/2009**

Fazendeiro acusado de mandar matar freira aguarda julgamento fora da prisão

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato na missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, no sudoeste do Pará, vai aguardar novo julgamento em liberdade. A decisão de soltar o fazendeiro foi do ministro Arnaldo Esteves Lima, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Bida estava preso desde 8 de abril, um dia depois que a Justiça anulou o julgamento em que foi absolvido por 5 votos a 2 pelo júri popular. Sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais paraenses criticaram a decisão de Esteves.

Bida deverá ser solto assim que o TJ do Pará receber a comunicação do deferimento do pedido de habeas corpus em favor dele pelo STJ - provavelmente hoje. O fazendeiro está



recolhido no Centro de Recuperação de Altamira. O novo julgamento ainda não foi marcado pelo TJ, mas deve ocorrer no começo do segundo semestre.

Segundo Esteves, o fazendeiro poderá ter a prisão novamente decretada caso "sobrevieram razões concretas a justificá-la". O ministro diz também na decisão que Bida deverá prestar compromisso perante o juízo competente de não se ausentar sem autorização judicial, além de comparecer a todos os atos do processo.

O advogado do fazendeiro, Eduardo Imbiriba, disse que a concessão da liminar respondeu às expectativas da defesa. "Nós provamos no fundamento do pedido que ele (Bida) em nenhum momento praticou qualquer ato que prejudicasse o processo." Para Imbiriba, seu cliente sabia que o julgamento poderia ser anulado e "nunca teve a intenção de fugir".

## **DESAPONTAMENTO**

Entidades e movimentos sociais ligados à questão agrária e aos direitos humanos criticaram a decisão, afirmando que ela representa uma derrota para os que lutam contra a impunidade. A religiosa Júlia Depew, integrante do Comitê Dorothy Stang, não escondeu o desapontamento com a decisão: "A gente já está ficando cansada desse jogo da Justiça. O Bida perde todas na Justiça do Pará, mas ganha todas na Justiça em Brasília."

**Banco Mundial: metade do G-20 é protecionista** - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 24/04/2009

Zoellick alerta que medidas podem agravar crise econômica. Para diretor-gerente do FMI, recuperação está longe

**WASHINGTON.** O presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, afirmou ontem que pelo menos nove dos países que compõem o G-20 (que reúne as principais economias industrializadas e emergentes) estão adotando ou estudam a adoção de medidas protecionistas.

Em reunião no início deste mês, o G-20 havia se comprometido a tomar medidas para evitar a piora da crise financeira global. O presidente do Bird, que já foi representante de Comércio dos Estados Unidos, disse também que quatro países "suspenderam restrições comerciais com uma mão e estabeleceram novas restrições com a outra".

Zoellick, que não citou os países individualmente, afirmou que o maior perigo com a adoção de medidas protecionistas neste momento de crise é que cada uma delas justifica que outros países adotem novas medidas protecionistas.

Isso criaria uma cadeia de barreiras que podem reduzir ainda mais o volume do comércio internacional, já largamente afetado pela recessão global e pela falta de crédito internacional.

Num encontro em novembro do ano passado, em Washington, os países do G-20 haviam prometido que não adotariam nenhuma medida protecionista para não piorar a crise global. O G-20 é formado por 19 países mais a União Europeia (UE).

— Desde o encontro do G20, há três semanas, nove países já tomaram ou pretendem adotar 23 medidas que restringem o comércio às custas de outros países — disse Zoellick.

— Isso é quase metade do grupo. Um retrocesso para medidas protecionistas seria o tipo de choque negativo que poderia empurrar o mundo para um cenário de crise como o dos anos 1930.

**Fundo dá empréstimos de US\$ 147 bi este ano** O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, por sua vez, afirmou que, a despeito de um ou outro “sinal verde” de recuperação em alguns países, a crise econômica “está longe de um fim”. Segundo ele, se a crise bancária e de crédito não for equacionada de forma satisfatória e a curto prazo — especialmente no epicentro da crise, ou seja, nos EUA — os riscos para a economia mundial continuarão altos e podem ameaçar os esforços de recuperação.

— O início da recuperação tem de vir dos EUA e virá dos EUA — disse Strauss-Kahn — Nós ainda acreditamos que a retomada deve acontecer no primeiro semestre de 2010.

O diretor-gerente do FMI afirmou que o organismo está emprestando este ano — até o momento — para países em dificuldades US\$ 147 bilhões, dos quais US\$ 77,9 bilhões através das novas Linhas de Crédito Flexível (LCF), sem condicionalidades, para três países: México (US\$ 47 bilhões), Polônia (US\$ 20,5 bilhões) e, mais recentemente, Colômbia (US\$ 10,4 bilhões).

Strauss-Kahn observa, no entanto, que outros países ainda devem recorrer ao FMI por causa do aperto nos mercados de crédito, especialmente no caso das economias emergentes.

### **O Brasil é o alvo da Alba** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/04/2009

Mal regressou da 5ª Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, o presidente Lula gravou uma entrevista para o seu programa *Café com o Presidente* na qual externou um otimismo sem reservas sobre o evento de que participou com evidente disposição construtiva. Lula voltou do Caribe convencido de que “demarcamos uma nova história” nas relações entre a América Latina e os Estados Unidos. A seu ver, o presidente Obama “tem a compreensão” das medidas certas que deve tomar no tempo certo e os líderes regionais “têm a convicção” de que ele é uma novidade importante para transformar esse relacionamento numa parceria mais efetiva.

O tempo dirá o quanto há de realismo e o quanto de *wishful thinking* nos prognósticos de Lula sobre a compreensão que atribui a Obama. Já a convicção que ele diz ter visto, indistintamente, entre os seus colegas das redondezas deve ser recebida no mínimo com cautela. É bem verdade que o venezuelano Hugo Chávez enfiou no saco a viola com que pretendia azucrinar os ouvidos do novo presidente americano com a sua melopeia anti-imperialista.

Mas o fez à falta de melhor, por mera “necessidade tática”: Obama, ao anunciar “um novo começo” com Cuba, e a aparente prontidão do regime de Havana para o diálogo com os Estados Unidos tiraram, por ora, o fôlego do caudilho.

Antes disso, porém, na reunião da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), Chávez levou a um ponto caricatural o seu antiamericanismo. “Onde haverá mais democracia, nos Estados Unidos ou em Cuba?”, perguntou retoricamente em dado momento.

“Eu não tenho dúvidas”, completou.

“Em Cuba há mais democracia.”

Além disso, como observa o venezuelano Moisés Naím, editor da revista *Foreign Policy*, a questão cubana ofuscou em Port of Spain “as profundas divergências que separam os latinoamericanos”. Ao que se pode acrescentar que o Brasil foi arrastado ao centro delas. A rigor, nem todos os países estendem as efusões de boa vontade que marcaram a Cúpula ao “gigante que não fala a nossa língua”, como é possível ouvir, significativamente, nas sedes de seus governos. Isso emergiu com clareza meridiana às vésperas do evento, quando se reuniram na Venezuela os líderes dos seis membros da Alba, o bloco chavista da região, mais o seu convidado paraguaio Fernando Lugo.

Fiéis a seu mentor bolivariano, eles assinaram um documento que começa rebaixando o G-20 de foro representativo da comunidade internacional – como o considera Lula depois de ter trabalhado para que substituísse nesse papel o G-8 – a um “grupo exclusivo”. O presidente brasileiro não foi obviamente citado no texto, mas a posição dos bolivarianos representou um nítido voto de desconfiança no seu empenho em ampliar o acesso dos países em desenvolvimento aos debates sobre a crise econômica.

Em seguida, por iniciativa do boliviano Evo Morales, o manifesto da Alba investe contra o programa do etanol, menina dos olhos das políticas de Lula, por seus presumíveis “efeitos negativos sobre os preços dos alimentos e recursos naturais”. Morales também queria que a menção ao etanol na declaração final da Cúpula viesse acompanhada de uma nota de rodapé sobre a sua alegada ameaça à segurança alimentar. E, para terminar, o documento da Alba emitiu um claro sinal de que se inclina a apoiar a pretensão paraguaia de renegociar com o Brasil o Tratado de Itaipu – o que o presidente Lugo rapidamente anunciou como manifestação de solidariedade.

Na entrevista de despedida da Cúpula de Trinidad, Lula deu-lhes o troco. “O Brasil é grande”, argumentou, depois de se referir a Lugo e Morales pelo nome. “Então as pessoas estão sempre achando que o Brasil é culpado por alguma coisa que acontece com eles.” A verdade é que o Brasil já há algum tempo vem tomando o lugar dos Estados Unidos como o inimigo a ser combatido pela “revolução bolivariana”.

As concessões de Lula, mesmo em detrimento do interesse nacional, como nos casos dos contenciosos comerciais com a Argentina e a Bolívia, não bastaram para aplacar os governantes vizinhos que encontraram um novo “inimigo externo” para respaldar o seu populismo e disfarçar os seus fracassos. A última coisa que lhes ocorrerá é seguir o conselho do presidente brasileiro, separando “o que é ingerência externa e o que é subserviência e erro de nossa própria classe dirigente”.

**A Cúpula de Obama** - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/04/2009

O quinto encontro de cúpula reunindo os presidentes das Américas, à exceção de Cuba, realizado em meados deste mês em Trinidad e Tobago marcou uma importante mudança na dinâmica do relacionamento entre a América Latina, o Caribe e os Estados Unidos da América.

Pela primeira vez em quase dois séculos, os EUA encontraram a região com agenda própria e um ambiente político e diplomático profundamente diversificado.

O próprio conceito de Américas ficou superado, pois, na realidade, a geografia política e econômica hemisférica está claramente dividida em Norte, Centro e Sul-América, com interesses tão diferentes quanto conflitantes.

Na área econômica e comercial, a gradual perda de interesse do governo e das empresas norte-americanas abriu espaço para que a América Latina pudesse, de forma dramática, diversificar as relações externas da região com a China, a Rússia, a Espanha, a Índia e o Irã.

Os países da região estão criando mecanismos de coordenação regional que excluem os EUA, como a Unasul, o Conselho Sul-Americano de Defesa e o anunciado conselho para o combate à droga. Sem falar na Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), criada para se contrapor aos EUA.

A Cúpula ofereceu o cenário ideal para uma ofensiva de charme e de relações públicas do presidente Barack Obama.

O homem é a mensagem.

É interessante observar a forma como o novo presidente norte-americano conseguiu, em pouco tempo, pela simples mudança de tom e de estilo, restaurar a credibilidade e a boa vontade dos EUA ante a comunidade internacional, desgastadas nos oito desastrosos anos de Bush.

Nos primeiros contatos no G-20, na Europa, na Otan, com a Rússia, com a China, com o mundo islâmico, na visita à Turquia, com o Irã e, agora, com os presidentes dos países do Hemisfério, Obama mostrou a mesma atitude: em cada reunião disse o que os interlocutores queriam ouvir, fez elogios, distribuiu sorrisos e enfatizou que estava ali para escutar, e não para ditar regras. Na Cúpula das Américas lembrou as ações de força contra países da região para dizer que agora começaria uma nova era nas relações com os EUA. Ofereceu uma parceria de iguais, em que não haveria sócios mais velhos e parceiros mais novos.

Evidentemente, em meio a uma grave crise econômica, gerada em seu próprio país, com repercussão global, e às voltas com duas guerras externas, no Afeganistão e no Iraque, sem mencionar os outros graves problemas que envolvem o Paquistão, o Irã, Israel e os palestinos, Obama encontra claras limitações naquilo que pode oferecer e obter na sua própria vizinhança.

Saber ouvir, liderar pelo exemplo e reconhecer que os outros países também têm interesses a defender são elementos do novo estilo diplomático norte-americano. O que não quer dizer que o interesse nacional vai ser deixado de lado. Obama afirmou que é importante, não só aqui, no Hemisfério, como no resto do mundo, reconhecer que o poderio

militar é apenas um braço do poder de Washington e que a diplomacia e a ajuda ao desenvolvimento devem ser utilizadas de maneira mais inteligente (*smart power*).

Nos bastidores, a participação do Brasil parece ter sido ativa para evitar confrontos e chamar a atenção para a necessidade de maior compreensão em relação à Argentina, Bolívia e Venezuela. Nas reuniões públicas, Lula foi mais um figurante que compôs o palco onde brilhou Obama.

Embora as expectativas fossem baixas, o encontro foi importante não pelos temas da agenda (prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental), mas pela discussão, fora da pauta, sobre o embargo norte-americano a Cuba e sobre o possível fim da suspensão deste país da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O processo de liberalização da política dos EUA em relação a Cuba foi tema da plataforma de Obama na campanha presidencial e começou logo depois de sua posse. É um processo em marcha que nada tem que ver com a Cúpula, mas é parte da nova política externa americana.

Para evitar que o encontro fosse sequestrado por Havana o governo de Washington anunciou, poucos dias antes, medidas para facilitar as visitas, as remessas e o comércio (telecomunicações e agrícola) com Cuba. Não tendo tido êxito nessa estratégia, Obama, de maneira hábil, aproveitou o encontro para anunciar um novo começo para as relações com a ilha. Encontrou ouvido receptivo em Havana, onde Raúl Castro disse estar disposto a conversar sobre todos os assuntos com Washington.

Salvo em relação a Cuba, poucas foram as convergências entre os presidentes. As diferenças são marcantes quanto à luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, ao papel dos Estados e do mercado na crise econômica, ao tratamento dado ao investimento externo, à concepção de democracia e às relações com os EUA.

Apesar do clima cordial, de distensão e de não confrontação, evidenciada pela atitude de Hugo Chávez em relação ao presidente americano e aos EUA, as divergências de percepção ficaram evidentes na falta de consenso, pela primeira vez na história das Cúpulas, para a assinatura, por todos os chefes de Estado, do documento final da reunião.

A oposição ao texto, liderada por Chávez e pelos demais presidentes dos países da Alba, foi resultado, em especial, da ausência de referência ao fim do embargo a Cuba e de uma análise crítica da crise econômica, além da menção à OEA e da referência positiva sobre biocombustível.

A dificuldade para definir a sede da 5ª Cúpula, finalmente realizada em Trinidad e Tobago, no Caribe, por pressão de Washington, deve repetir-se para a próxima reunião.

No longo documento final (22 páginas e 97 parágrafos) não ficaram registrados nem o local do próximo encontro nem a data de sua realização

**Lamy pede o fim da proliferação dos acordos de livre-comércio** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 30/04/2009

Para diretor da OMC, é preciso que os tratados regionais sejam revertidos gradualmente para multilaterais

Pascal Lamy, diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), sugere o fim da proliferação de acordos de livre-comércio no mundo e que os tratados regionais existentes sejam gradualmente revertidos em acordos multilaterais. Para o Itamaraty, a proposta significaria uma reforma completa no sistema comercial mundial e uma redefinição na estratégia de inserção de economias no cenário internacional. O Brasil ainda alertou que nada que seja proposto por Lamy poderá afetar o processo de integração sul americana.

Um eventual acordo entre Mercosul e Europa, negociado desde 1999, teria de ser revisto.

Lamy deve ser eleito hoje para um segundo mandato à frente da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele é o único candidato e ontem passou por uma sessão de perguntas com governos de todo o mundo. A meta de Lamy será a de concluir, em seus próximos quatro anos, a Rodada Doha, lançada em 2001 e que ainda não conseguiu chegar a um entendimento.

O processo foi lançado como objetivo de abrir mercados e corrigir as distorções no comércio agrícola mundial. Mas as diferenças entre países emergentes e ricos sobre como essa liberalização deveria ocorrer acabou impedindo um acordo.

Ontem, em um discurso perante os 152 países da OMC, Lamy deixou claro que sua idéia vai além de concluir a Rodada Doha. Uma das preocupações da entidade é com a proliferação de acordos de comércio entre países. O temor é de que, com quase 400 acordos em vigor ou sendo negociados até 2010, o sistema multilateral seria profundamente minado.

“Em relação aos acordos de livre comércio regionais, é difícil ver como tão amplas concessões e compromissos são feitos hoje sem qualquer consequência no contexto internacional”, disse. “Se somos sérios em relação à manutenção do princípio da nação mais favorecida, deveríamos pensar de forma coletiva alguma maneira de conseguir multilateralizar concessões feitas nos acordos de livre comércio”, disse. O princípio da nação mais favorecida é o principal pilar da OMC e exige que o benefício dado por um país a outro seja estendido a todos.

Nos últimos anos, diante da paralisia da Rodada Doha, países passaram a buscar acordos bilaterais. A ideia levantada por Lamy, portanto, é de que todos os acordos de livre comércio entre países sejam estendidos para as demais economias.

Para diplomatas, isso dificilmente ocorreria. Na prática, um acordo entre Brasil e países árabes teria de ser estendido para os Estados Unidos, Europa e China. O Brasil, por outro lado, se beneficiaria de acordos entre outros países.

Mas o governo não viu a proposta com bons olhos.

O Mercosul é uma união aduaneira e, portanto, não seria afetado pela proposta. Mas a realidade é que o Brasil e os demais países do bloco negociam uma série de acordos de livre comércio. O Mercosul negocia com a Índia, já fechou com Israel, com os países do Golfo Pérsico e com vários países latino-americanos.

O que mais preocupa o governo é que o projeto de integração sul-americana passaria necessariamente por acordos de livre comércio entre os países da região. Pela proposta de Lamy, isso teria de ser estendido a todo o mundo em uma fase seguinte.

Para o Itamaraty, a lógica da negociação seria totalmente modificada. Blocos como o Nafta – Canadá, Estados Unidos e México –, estariam condenados.

Os americanos ainda têm acordos com Chile, Cingapura, Israel e Jordânia.

Lamy ainda insistiu que a própria OMC teria de ser reformada.

Uma das formas de fazer isso seria por meio de um entendimento de que não seria necessário que todos os setores da economia mundial entrem em acordo para que um tratado de comércio seja assinado. Na prática, isso significaria que acordos sobre serviços financeiros ou agricultura pudessem ser fechados antes mesmo de um acordo final envolvendo todos. A ideia é de que isso acabaria facilitando as negociações, hoje completamente paralisadas.

Outra proposta é de que a secretaria da OMC ganhasse novos poderes para poder apresentar propostas de acordos. Hoje, são os governos que fazem sugestões.

A OMC ainda confirmou para o início de maio a primeira reunião com o representante de Comércio da Casa Branca, RonKirk, em Genebra. Até agora, a Casa Branca não deu qualquer indicação do que será sua política comercial.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**

